

DENISE ALVES DA COSTA

**RACIONALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: o caso
dos servidores públicos da agência do Instituto Nacional de Seguro Social de
Viçosa-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Professora Cristiane Natalício

Viçosa -MG
Março, 2024.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

C837r
2024
Costa, Denise Alves da, 2024-
Racionalização e precarização do trabalho no Brasil: o caso dos servidores públicos da agência do Instituto Nacional de Seguro Social de Viçosa - MG / Denise Alves da Costa. – Vicosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (95 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Cristiane Natalício de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Serviço Social, 2024.

Referências bibliográficas: f; 79-88.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.351>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalho - Viçosa (MG). 2. Emprego precário - Viçosa (MG). 3. Instituto Nacional de Seguro Social (Brasil) - Servidores públicos - Viçosa (MG). I. Souza, Cristiane Natalício, 1975-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 331.2098151

DENISE ALVES DA COSTA


RACIONALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: o caso dos servidores de carreira da agência do Instituto Nacional de Seguro Social de Viçosa-MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


Orientadora: Professora Cristiane Natalício

APROVADA: 22 de março 2024.

Assentimento:

 Documento assinado digitalmente
DENISE ALVES DA COSTA
Data: 25/07/2024 12:56:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Denise Alves da Costa
Autora

 Documento assinado digitalmente
CRISTIANE NATALICIO DE SOUZA
Data: 25/07/2024 10:29:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Cristiane Natalício
Orientadora

*À minha família por serem, estarem e
sempre confiarem na minha capacidade.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a Deus por segurar e guiar minha mão na construção dessa dissertação, assim como, agradeço a mim mesma por não desistir e sempre confiar que seria capaz.

Agradeço à minha orientadora, Cristiane, por se perder e se reencontrar comigo ao longo desses dois anos de trabalho, pela paciência, pela confiança e por ser uma grande amiga nesse caminho.

À minha família, que mesmo sem ter ideia do que seja um mestrado e do que isso soma à minha construção acadêmica, respeitou, acolheu e torceu por mim.

Aos meus amigos queridos, em especial à Gabriela, Pedro, Cristiano e Diana que sempre estiveram por mim e foram por tantas vezes família também.

À minha amiga Érica e ao seu marido Douglas, que por vezes me ouviram falar de como parecia distante essa construção e dos sonhos que eu tenho para além dela.

À minha psicóloga, que cumprindo seu papel sempre contribuiu para a manutenção da minha saúde mental e para que eu conseguisse me ver além da confusão de sentimentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

À Universidade Federal de Viçosa, que me acolheu nos últimos sete anos.

A todos aqueles que passaram por mim nessa caminhada, que sorriram, dançaram, que se estressaram e que vibraram ao saber que eu estava no mestrado,

Meu muito obrigada!

*“Enquanto eu tiver perguntas
e não houver respostas continuarei a escrever”
(Clarice Lispector)*

RESUMO

COSTA, D. A, M.S. Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2024. **RACIONALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: o caso dos servidores públicos da agência do Instituto Nacional de Seguro Social de Viçosa-MG.** Orientador: Cristiane Natalício.

Assentado nas perspectivas de avanço da precarização do mundo do trabalho e seus reflexos na classe trabalhadora, com ênfase nos funcionários efetivos do Instituto Nacional do Seguro Social de Viçosa – MG, a presente dissertação, apresenta em seu objetivo geral analisar os impactos da racionalização do trabalho nas condições de trabalho e saúde dos servidores públicos alocados na agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Viçosa - MG. Propõe-se através de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório compreender o processo de racionalização do trabalho e sua influência sobre os funcionários da autarquia. Sob esta ótica é possível observar as investidas neoliberais do Estado e a pressão do capital financeiro sobre as políticas sociais e seus espaços de efetivação no Brasil, principalmente a partir da expansão do capitalismo no país e da adoção do processo de racionalização do trabalho como norte para a consolidação do mercado interno junto aos países de capitalismo central. Nesse sentido, o avanço da modernização conservadora implementada no seio do INSS vai impactar diretamente sobre o trabalho e configurar uma afronta às conquistas da classe trabalhadora, principalmente no que tange às relações de trabalho, a flexibilização das leis trabalhistas, a precarização do emprego e a redução da proteção social oferecida aos trabalhadores

Palavras chave: Trabalho; Precarização; INSS.

ABSTRACT

COSTA, D. A, M.S. Federal University of Viçosa, February 2024. **REASONING AND PRECARIZATION OF WORK IN BRAZIL: the case of public servants at the agency of the National Social Security Institute of Viçosa-MG.** Advisor: Cristiane Natalício.

Based on the prospects of advancing precariousness in the world of work and its effects on the working class, with an emphasis on permanent employees of the National Social Security Institute of Viçosa – MG, this dissertation presents in its general objective to analyze the impacts of work rationalization in the working and health conditions of public servants allocated to the agency of the National Institute of Social Security (INSS) in Viçosa - MG. It is proposed, through quantitative research of an exploratory nature, to understand the process of work rationalization and its influence on the municipality's employees. From this perspective, it is possible to observe the neoliberal attacks of the State and the pressure of financial capital on social policies and their implementation spaces in Brazil, mainly from the expansion of capitalism in the country and the adoption of the process of rationalization of work as a guide for the consolidation of the internal market in central capitalist countries. In this sense, the advancement of conservative modernization implemented within the INSS will directly impact work and constitute an affront to the achievements of the working class, especially with regard to labor relations, the flexibilization of labor laws, the precariousness of employment and the reduction of social protection offered to workers

Keywords: Work; Precariousness; INSS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
MATERIAIS E MÉTODOS.....	13
CAPÍTULO 1:.....	15
RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO.....	16
1.1. Trabalho no capitalismo central.....	16
1.2. Racionalização do trabalho e gerência científica no capitalismo monopolista.....	24
1.3. Reestruturação produtiva e racionalização do trabalho no Brasil.....	28
1.4. Superexploração do trabalhador brasileiro.....	33
CAPÍTULO 2.....	39
O INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL BRASILEIRO E A INFORMATIZAÇÃO DO ACESSO.....	39
2.1. Políticas sociais e o INSS.....	39
2.2. História de racionalização do trabalho no INSS.....	47
CAPÍTULO 3.....	58
RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL DE VIÇOSA-MG.....	58
3.1. Racionalização e flexibilização do trabalho nas condições de saúde de trabalhadores do INSS de Viçosa-MG.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS:.....	88
ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	88
ANEXO 2: Questionário.....	89
ANEXO 3: Respostas das entrevistas.....	93

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa os impactos da racionalização do trabalho nas condições de trabalho e saúde dos servidores públicos alocados na agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Viçosa - MG., com ênfase na introdução de tecnologias para a informatização dos atendimentos, na percepção dos funcionários sobre o desenvolvimento do trabalho e, no conseqüente impacto sobre o acesso dos beneficiários e a saúde dos servidores.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2023c), define que a saúde e a doença estão condicionados e são determinados pelas condições de vida das pessoas e pela forma que os trabalhadores vivenciam o processo de trabalho e são colocados nesse ambiente.

Com o advento do capitalismo, em acordo com os ensinamentos de Netto, Braz (2012), tornou-se cada vez mais necessário a manutenção e a construção de meios de produção e eficácia do trabalho. Sob essa demanda, Taylor passou a estudar a forma de desenvolvimento dos serviços executados no interior das empresas. O resultado desses estudos deu vida ao processo de racionalização do trabalho, baseado na gerência científica e na maior divisão e especialização do trabalho, bem como na implementação de sistemas de avaliação de desempenho e recompensas voltados a resultados.

A expansão do meio de produção capitalista no mundo deu-se de forma diversificada, variando a partir da localização e da colonização de cada país. No Brasil, vivenciou-se o processo de capitalismo tardio, culminando em uma reprodução das forças de trabalho e industrialização aquém da vivenciada nos países centrais, como nos ensina Vargas (1985).

A adoção da racionalização do trabalho no Brasil, em acordo com Vargas (1985) e Barbosa (2015), representou um movimento iniciado pela burguesia agroexportadora brasileira. Esse movimento visava aumentar a eficiência e a produtividade nas nascentes empresas, com o objetivo de maximizar os lucros e competir em um mercado globalizado. No entanto, a adoção da racionalização do trabalho pela burguesia carrega em seu histórico controvérsias, afinal, teve como resultado a redução de postos de trabalho, aumento da precarização do emprego e desigualdades salariais.

Nesse sentido, permeados pelos impactos do processo de racionalização e precarização do trabalho no desenvolvimento dos espaços laborais do país, os

trabalhadores passaram a se organizar na busca de fomentar políticas sociais e legislações em resposta às demandas nascentes das contradições entre capital e trabalho.

A partir da Constituição Federal brasileira de 1988, a previdência social juntamente com a saúde e a assistência social, passou a compor o tripé da seguridade social, entendido como um sistema de proteção social amplo e estruturado. Um sistema de proteção social regulamentado em decorrência das ações, lutas e pressões reivindicatórias da classe trabalhadora, como defende Ennes (2012). O INSS é a instituição que tem como meta “garantir proteção aos cidadãos através do reconhecimento de seus direitos”, por meio da execução da política de previdência social (BRASIL, 2023a).

A política de previdência social contribui com a reprodução da força de trabalho¹ e das relações sociais capitalistas, através da “concessão” de direitos sociais, que ora tende para o sentido da universalização da cobertura e expansão dos benefícios e serviços, ora tende para a concepção individual de seguridade social, mais próxima do entendimento superficial acerca do seguro social. Condição determinada pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista no bojo da luta de classes.

Apesar de constituir um direito regulamentado na Constituição de 1988, a previdência social passou por diversas investidas de reformas ao longo da história brasileira e no cenário contemporâneo, fosse pelo Estado, representando o capital financeiro² ou pelo avanço do neoliberalismo, que retira os direitos conquistados pelos trabalhadores. Circunstância que tende a contribuir, cada vez mais, para a conversão dos direitos sociais em mercadoria, favorecendo o mercado, via previdência privada. Assim, no que se refere à previdência social, há uma íntima relação com as múltiplas políticas econômicas desenvolvidas na sociedade brasileira a partir da correlação de forças que as norteiam.

¹Energia humana utilizada para realização de trabalhos.

²A expressão “capital financeiro”, usada ao longo deste texto, parte das considerações feitas por Chesnais (2010). Segundo este autor, o capital financeiro ganhou visibilidade a partir do final da década de 1960 e alcançou maior expressão em 2008. Ao demarcar o período de expansão do capital financeiro, Chesnais (2010), enfatiza a dívida pública como um importante apoio para este capital, na medida em que a dívida pública incentiva investimentos e faz crescer o mercado financeiro. A dívida pública e o mercado financeiro que contribui para manter o capitalismo dependente no Brasil, tem relação direta com o esvaziamento do fundo público destinado a financiar a política social. Na medida que uma grande parcela desse fundo público vai ser destinado para pagar juros e amortizações da dívida pública, para manter as relações econômicas entre países centrais e periféricos, em favor do capital estrangeiro e nacional. Então o capital financeiro está diretamente relacionado com a precarização das políticas sociais, das leis trabalhistas e da previdência social.

Diante dessa conjuntura, os permanentes ataques à seguridade social e previdência social, historicamente conquistadas, se desdobram, por exemplo, na maior precarização das condições de trabalho dos servidores do INSS.

Conforme informações da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS, 2022³, s/p), nos últimos quatro anos, os trabalhadores do INSS apresentaram cerca de 31 mil atestados médicos, 25 mil deles com período superior a 15 dias de afastamento, colecionam relatos de esgotamento e suicídio devido ao trabalho.

Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Alagoas (SINDPREV-AL, 2021), haveria a necessidade de contratar no mínimo 23 mil novos servidores, para compensar a defasagem ao quadro de funcionários do INSS e atender demandas dos beneficiários do serviço, que formam “uma gigantesca fila virtual com mais de 1,8 milhão de requerimentos aguardando análise e concessões” (SINDPREV-AL, 2021. s/p).

A trajetória de racionalização dentro das agências de previdência no país tem sido praticada tanto pela flexibilização das funções dos trabalhadores quanto pela informatização do acesso aos direitos presentes na instituição, o que tem excluído vários usuários, sem condições de acessar direitos por meios tecnológicos. Esta racionalização intencional faz parte do movimento de contrarreformas, que encontrou na atualidade e nas novas formas de comunicação, espaço para se desenvolver. A informatização dos atendimentos tem invadido os espaços de efetivação das políticas sociais no Brasil, criando uma ilusão de inclusão. Mas, trata-se, na realidade, de uma “incorporação de tecnologia, baseada na cultura do gerencialismo”, no setor público. O que esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão” (Raichelis, 2011. p. 433). Além de favorecer a formação de trabalhadores acrílicos e majoritariamente submissos às instituições.

Diante desse cenário, essa pesquisa parte das seguintes indagações: A informatização do trabalho voltado para a excelência gera algum impacto sobre a saúde do servidor público do INSS? A agência do INSS alocada em Viçosa-MG está inserida no contexto de racionalização do trabalho e sofre algum impacto no momento do desenvolvimento do trabalho de seus integrantes? Existe relação entre racionalização

³ Informação não atualizada até o momento de desenvolvimento dessa dissertação em fevereiro de 2024.

do trabalho, contratação de novos funcionários e adoecimento do trabalhador na agência do INSS de Viçosa-Mg?

O interesse por desenvolver esse trabalho e responder a estas indagações tornou-se evidente a partir de comentários de duas docentes acerca da apresentação de um artigo, no ano de 2021, durante a VI Jornada Nordeste de Serviço Social. O artigo intitulado: “SERVIÇO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: a trajetória de inserção profissional e seus dilemas atuais” trata do processo de racionalização e flexibilização do trabalho dos(as) assistentes sociais na política de previdência social, consequentemente, no INSS. Compõe também um dos capítulos do trabalho de conclusão de cursos da pesquisadora para obtenção de bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. A indagação dos membros da predita apresentação trazia uma reflexão sobre quais seriam os dilemas do trabalho realizado no INSS, para além dos profissionais do Serviço Social, fazendo uma referência às questões de saúde/doença, precarização e excesso de demandas. Deste modo, a identificação com essas questões levou a procurar aprofundamento sobre o assunto, resultando no presente trabalho.

Assentada nos objetivos específicos de analisar a estrutura organizacional do INSS de Viçosa, MG; caracterizar o processo de trabalho dos funcionários deste instituto; caracterizar o perfil social de funcionários desta agência do INSS; identificar aspectos da racionalização e flexibilização do trabalho no INSS de Viçosa; investigar sobre processos de adoecimentos decorrentes do trabalho neste espaço sócio-ocupacional. Dividida em quatro capítulos, esta dissertação trata dos aspectos referentes ao trabalho no contexto mundial, nacional e da racionalização em ambos os âmbitos. Apresenta a metodologia utilizada para coleta de dados e desenvolvimento do referencial teórico, assim como, a análise dos dados obtidos. Por fim, nas considerações finais, elenca a visão da autora e reafirma a necessidade da manutenção dos concursos voltados ao preenchimento de vagas no INSS e a precarização do trabalho ampliada a partir da alta demanda de trabalho no espaço supracitado.

MATERIAIS E MÉTODOS

A respeito dos procedimentos metodológicos deste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Piovesan e Temporini (1995), denominam-se de estudo exploratório, a investigação desenvolvida para responder perguntas que o pesquisador elaborou no início da pesquisa e, portanto, ajuda a resolver problemas de pesquisa.

A pesquisa qualitativa, definida por Ternoski, Costa, Menon (2022), como elementos de abordagens qualitativas para fornecer uma compreensão abrangente e multifacetada de um determinado fenômeno ou questão de pesquisa. Essa abordagem busca integrar a profundidade e riqueza das análises qualitativas. Por meio da combinação dessas técnicas as nuances e complexidades do processo de racionalização do trabalho foi explorada, ao mesmo tempo em que buscou-se identificar padrões, tendências e relações.

Partindo do intuito de analisar criticamente o processo de precarização do trabalho de funcionários da agência do INSS de Viçosa, MG e a relação destas condições de trabalho com os aspectos ligados à saúde destes trabalhadores.

Para a construção dos capítulos 1 e 2, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre os temas. Sousa, Oliveira e Alves (2021), definem a pesquisa bibliográfica como um instrumento de aprimoramento do pesquisador através de pesquisas já elaboradas e publicadas. Esse modelo de pesquisa é essencial para o desenvolvimento da pesquisa de campo, sendo o processo preliminar a execução deste. Nas palavras dos autores,

Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. É essencial que o pesquisador organize as obras selecionadas que colaborem na construção da pesquisa em forma de fichas. (Sousa, Oliveira e Alves, 2021. p. 66)

Assentada nessa definição, a pesquisa bibliográfica desenvolvida buscou adensar pesquisadores, autores, jornais, documentos e demais materiais que tratem do processo de racionalização e sua influência no desenvolvimento laboral dos trabalhadores do INSS. Foram analisados sites do governo, artigos sobre o tema, leis e decretos governamentais e jornais online.

Para o desenvolvimento do processo seguinte, houve a liberação por parte do conselho de ética e pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa.

Posteriormente, foi solicitada à Gerência geral do INSS o acesso aos funcionários e a realização de entrevistas, entretanto, no período de 28 de junho até 21 de setembro de 2023, as informações passadas eram confusas e levavam a vários setores da autarquia. Os funcionários com os quais houve o diálogo não mediram esforços para compreender o procedimento de pesquisa, mas, ao findar, caberia acesso por meio de um sistema complexo, exaustivo e o tempo já estava escasso.

Os procedimentos para obtenção de dados estatísticos ou documentos oficiais do INSS envolvem várias etapas e requisitos específicos, como solicitações formais e protocolos de segurança da informação. No entanto, apesar desses desafios, foram encontradas maneiras de contornar a burocracia e realizar o estudo, a partir da colaboração com funcionários do INSS ou o uso de fontes de dados alternativos para responder às perguntas da pesquisa, optando pela amostragem bola de neve⁴, foram encontrados seis funcionários e a eles foi apresentado o questionário e o Termo de Concessão livre e Esclarecido – TCLE, referente a pesquisa.

Desse modo, desenvolveu-se um estudo de caso junto aos funcionários de carreira da agência do INSS de Viçosa – MG. Segundo Gerring (2019), o estudo de caso configura-se como uma apreensão detalhada de indivíduos específicos, na busca de abstrair do particular um conhecimento para o geral. O autor explica que “histórias contemporâneas, embora focadas principalmente na explicação de resultados e eventos particulares, fornecem os elementos fundamentais para nosso conhecimento geral do mundo.” (Gerring, 2019. s/p.).

Nesse trabalho, de acordo com Gerring (2019), o *caso* foi compreendido enquanto um fenômeno o qual foi explicado e descrito a partir de uma análise detalhada do trabalho dos servidores dentro de seu espaço sócio-ocupacional. Durante o processo de pesquisa, foram coletados diversos tipos de dados, como questionários, observações, documentos e registros históricos, a fim de compreender amplamente o caso supracitado. Em busca de informar a população sobre o fenômeno da precarização e sua relação com a saúde dos trabalhadores. Seu fator causal será observacional, possuindo um fator holístico, na busca de descrever tais fenômenos sem interferir na percepção dos pesquisados.

⁴ É uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014. p. 203).

A análise seguiu um método indutivo, buscando identificar padrões, temas ou insights relevantes que emergem do estudo. O objetivo principal foi obter uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno investigado, permitindo aos pesquisadores e aos leitores explorar suas complexidades e dinâmicas subjacentes.

As questões foram apresentadas aos participantes através de questionários online. A utilização de questionários online desempenhou um papel crucial na manutenção do sigilo pessoal dos entrevistados, proporcionando um ambiente seguro e confidencial para a coleta de informações. Essa opção surgiu para que os entrevistados tivessem a liberdade de responder às perguntas de forma anônima, sem a necessidade de revelar sua identidade. Isso foi de suma relevância por tratar-se de uma pesquisa sensível aos olhos da própria autarquia, causando desconforto nos participantes ao compartilhar informações pessoais.

Além disso, o acesso às plataformas de questionários online e o uso de um terceiro para unir e encaminhar as respostas, ofereceu maior proteção dos dados, garantindo que as respostas dos entrevistados fossem mantidas em sigilo e protegidas contra acesso não autorizado. O uso dessa ferramenta não apenas facilitou a coleta eficiente de dados, mas também promoveu a confiança e a participação dos entrevistados, contribuindo para a integridade e validade da pesquisa.

Cada pesquisado teve acesso ao questionário através de colegas de confiança, seguindo o conselho recebido pelo funcionário que recusou participar da pesquisa. A recusa nasceu de uma preocupação baseada principalmente na perda do cargo e na explanação dos dados adquiridos, sob a alegação de que “a UFV pertence ao Estado e o Estado quer conhecer os funcionários”, um ato deveras curioso partindo do pressuposto que todos entrevistados eram servidores efetivos e com mais de 10 anos de carreira, possuindo, em tese, a garantia de um vínculo permanente e de difícil exoneração.

Os questionários respondidos e encaminhados por e-mail não possuíam identificação nominal. Dos cinco entrevistados, quatro são servidores aposentados e um ainda está ativo. Todos tiveram liberdade e autonomia para responderem à sua maneira e desenvolverem suas respostas a partir de suas percepções, compondo os dados a serem analisados a seguir.

CAPÍTULO 1:

RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO

O presente capítulo tem o intuito de demonstrar o da racionalização do trabalho nas contradições do modo de produção capitalista (MPC) mantido pela exploração da força de trabalho, mais acirrada em contexto de crise estrutural e busca alucinada de valorização de valor e transferência de recursos da periferia para o centro do capitalismo.

1.1. Trabalho no capitalismo central

Conforme Marx (2013), o trabalho se coloca como condição de materialização de qualquer bem, de criação de valores determinantes da riqueza social e de referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. O trabalho, como dispêndio de força psíquica e braçal, transforma materiais naturais em produtos que visam saciar diferentes demandas e necessidades (alimentação, moradia, proteção etc.), surgidas distante da natureza instintiva.

A origem e história da humanidade apresenta, segundo Guerra (2014), dois pressupostos. O primeiro diz sobre a relação do homem com a natureza e a transformação dela por ele e dele por ela. À medida que o homem altera a natureza pelo trabalho, a natureza altera o trabalhador. Sem a relação estabelecida entre homem e natureza, não há a manutenção da sociedade. O segundo pressuposto versa sobre a criação, incisão e transformação, do homem, a partir da relação com outros homens, o que modifica a própria natureza humana e distingue o homem dos demais seres vivos. A partir destes pressupostos o homem torna “um ser prático social que se realiza pelo trabalho”. (Guerra, 2014. p.147). Esses pressupostos reforçam o trabalho como determinante da condição humana.

O trabalho realizado pelo homem acontece pela ação mediada entre sujeito e objeto e envolve planejamento prévio antes de sua concretude. O trabalho cria a mercadoria⁵, que representa a condição de existência natural do homem. Pelo trabalho o homem agrega valor de uso⁶ às mercadorias que satisfazem necessidades humanas.

⁵Netto, Braz (2012) e Marx (2013) apresentam a mercadoria como parte constituinte da riqueza do capital, enquanto objeto exterior ao ser humano, capaz de satisfazer necessidades como um todo, sejam elas materiais ou espirituais, agregando a ela valor de uso. Ao produzir valor de uso, o trabalho se associa à figura de mercadorias. Mas nem tudo que resulta do trabalho e possui valor de uso é mercadoria, afinal, mercadoria é aquilo que pode ser produzido em grande escala. Enquanto objetos que possuem valor de uso próprio do trabalhador não são compreendidos como mercadorias.

⁶A “utilidade da mercadoria para o usuário é o que torna a mercadoria um “objeto de uma troca” (Dicionário do Pensamento Marxista, 1983. p. 401).

O trabalho como materialização e uma das objetivações do ser social⁷ vai ser composto “pela atividade teleológica⁸ orientada, pela tendência à universalização e pela linguagem articulada” (Netto, Braz, 2012 p.43). Em outras palavras, o trabalho representa a condição de materialização do pensamento, de articulação e contato dos indivíduos e de satisfação das necessidades socialmente produzidas.

As objetivações humanas⁹ se desenvolvem a partir da *práxis*¹⁰ que em sua amplitude “revela o homem como um ser criativo e produtivo” (Netto e Braz, 2012. p.43). Nas palavras de Lessa (2007, p. 45), “o trabalho é a *práxis* social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir”. A *práxis* varia de acordo com o contexto sócio histórico em que se insere.

Na passagem do trabalho artesanal ao manufactureiro, a *práxis* vai, conforme Marx (2013), se vincular ao processo de alienação. Quando as obras e criações do homem deixam de lhe pertencer e o homem deixa de se reconhecer nos produtos finais, enquanto criadores, transformando-se em seres alienados. A relação entre criação e criador vai ser invertida, na medida em que a criatura passa a ter domínio sobre o seu criador. Este processo de alienação é resultado do modo de produção capitalista (MPC), da “divisão social do trabalho¹¹ e da propriedade privada dos meios de produção fundamentais¹² ” (Netto, Braz, 2012. p. 45), onde há exploração do homem pelo homem e o próprio trabalhador se transforma em mercadoria.

Os modos de produção se constituem enquanto produto de variadas mudanças engendradas na sociedade mediante “alterações das atividades econômicas,

⁷É na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui. (Netto, Braz, 2012. p. 37). “Processo de humanização dos homens, através do qual as determinações naturais, sem deixar de existir, jogam um papel cada vez mais relevante na vida humana. É a síntese das determinações estruturais, capaz de realizar atividades teleologicamente orientadas; traçar objetivos materiais e ideais; fazer uso da linguagem articulada para comunicar-se; refletir, conscientizar-se e auto conscientizar-se; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; sociabilizar-se (Netto, Braz, 2012. p. 51-53).

⁸Atividade ou processo que é orientado por um objetivo final ou finalidade específica. Nesse contexto, “teleológico” deriva do termo grego “*telos*”, que significa “fim” ou “propósito”, como ensina Bezerra (2018).

⁹As objetivações humanas são, segundo Marx (2013), processos de transferência da subjetividade humana para objetos exteriores à própria consciência do sujeito.

¹⁰Conjunto de objetivações humanas, não representa apenas o trabalho, porém é através dela que o ser social se insere nas relações, se cria, recreia. Para além de uma categoria ontológica, representa a fundação da história (Guerra, 2014. p. 149).

¹¹Divisão das ocupações necessárias à produção de bens entre seus componentes, seu avanço liga-se à produção de bens. “Reparte o trabalho em especialidades, mas não reparte as especialidades em operações limitadas.” (Netto, Braz, 2012. p. 62).

¹²Divide-se em dois grupos de interesses: “proprietários e não-proprietários”, gerando relações de antagonismo, os proprietários se apropriam do fruto do trabalho dos produtores diretos, em um movimento de exploração. Na propriedade privada nasce as classes sociais (NETTO e BRAZ, 2012. p.64).

desenvolvimento de forças produtivas, processos sociopolíticos e culturais que envolvem classes sociais”, (Netto, Braz, 2012, p. 171). O modo de produção capitalista, originado a partir do modo de produção feudal, se consolidou “na passagem do século XVIII ao século XIX” (Netto, Braz, 2012. p. 95), com a expropriação do produtor direto, destituído de seus meios de produção. Esta expropriação do trabalhador foi condição para a acumulação primitiva de capital¹³, que foi investido na manufatura e indústria e, também, obrigou o produtor, desprovido de seus meios de produção, a vender o uso da sua força de trabalho aos donos dos meios de produção.

A força de trabalho é, deste modo, incorporada ao que Marx (2013) define como “elemento morto” componente do produto final. Nas palavras de Marx (2013, p. 337):

Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (Marx, 2013. p.337)

De acordo com Marx (2013), a produção de mercadoria no capitalismo depende de matérias primas, equipamentos, espaço fabril e da própria força de trabalho. No capitalismo, o trabalho passou a ser vendido no mercado como mercadoria e, portanto, associado a um objeto externo ao homem. Neste contexto, os donos dos meios de produção, denominados capitalistas, passaram a ser proprietários da força de trabalho a partir da sua compra e a usufruírem do direito de utilizá-la pelo período que compreenderem necessário.

Guerra (2014, P. 151) elucida a introdução de uma nova forma de trabalho com o capitalismo. Segundo o referido autor, trata-se de um trabalho diferente daquele realizado anteriormente, que buscava produzir valor de uso para quem o executava, sendo este o “proprietário dos meios de produção, dos instrumentos e das habilidades”.

As mudanças ocorridas no processo de trabalho, a partir do capitalismo, fomentam a base para o tecnicismo, que compreende a abordagem da tecnologia e da ciência que, na Visão de Marx (2013) estava subordinada aos interesses do capitalismo. No capitalismo, o valor de uso da mercadoria vai ser interessante para elevar o montante

¹³A acumulação primitiva de capital é um conceito desenvolvido por Karl Marx para descrever o processo histórico pelo qual o capitalismo se estabeleceu como sistema econômico dominante. Foi marcada por desigualdades sociais extremas, violência e exploração, e suas consequências continuam a ser sentidas até os dias de hoje, moldando as estruturas econômicas, políticas e sociais do mundo contemporâneo.

investido inicialmente, denominado valor acrescido. No capitalismo, o trabalho organizado para a produção de mercadorias passou, segundo Guerra (2014), a envolver trabalho concreto e trabalho abstrato. Trabalho concreto que produz valor de uso das mercadorias para suprir demandas sociais, repassando o valor pertencente ao meio de produção¹⁴, que seria perdido, para o produto. E, também, trabalho abstrato que produz mercadorias cabíveis de trocas e produz valor. Dessa forma, a produção de valor está, diretamente, ligada à quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário¹⁵ e dispêndio de energia humana utilizada. Ou seja, o valor produzido é diretamente ligado ao tempo e à energia gasta na produção do trabalho ou do objeto resultante do trabalho.

Nesse sentido, a produção de mercadorias envolve capital constante ou fixo formado, por exemplo, por matérias primas e meios de produção que não variam nos processos e envolve força de trabalho, ou seja, capital variável que produz excedente, identificado por Marx (2013) como *mais-valia*¹⁶ e lucro¹⁷. Assim, para a preservação do sistema capitalista, capital fixo e variável devem ser expandidos (Guerra, 2014).

De acordo com Marx (2013), a subordinação do trabalhador (capital variável) ao capital, para produzir *mais-valia*, impulsiona a amplificação dos processos de trabalho e a permanência das técnicas de produção, que resultam na subsunção formal do trabalho. A subsunção formal do trabalho é a operacionalização de um processo de trabalho já existente - formado em processos de produção anteriores - e que mantém e acirram a exploração do trabalhador e as contradições no modo de produção capitalista. Assim, a exploração do trabalhador é “mediada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, métodos de trabalho e relação de produção” (Guerra, 2014. p. 157).

Para reduzir o trabalho necessário e ampliar o trabalho excedente, expropriado e transformado em lucro, o capitalista expande as horas trabalhadas, assim como, a

¹⁴ “Com a perda de seu valor de uso, os meios de produção não perdem, ao mesmo tempo, seu valor, uma vez que, por meio do processo de trabalho, eles só perdem a figura originária de seu valor de uso para, no produto, ganhar a figura de outro valor de uso. Mas do mesmo modo que para o valor é importante que ele exista num valor de uso qualquer, também lhe é indiferente em qual valor determinado ele existe, como fica evidente na metamorfose das mercadorias. Disso se segue que, no processo de trabalho, o valor do meio de produção só se transfere ao produto na medida em que o meio de produção perde, juntamente com seu valor de uso independente, também seu valor de troca. Ele só cede ao produto o valor que perde como meio de produção” (Marx, 2013. p. 358).

¹⁵ Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. (Marx, 2013. p. 162).

¹⁶ A *mais-valia* é resultante da transformação do valor da mercadoria, a partir do capital variável, acrescida após a identificação do valor de uso. Dependendo diretamente do dispêndio da força de trabalho e seu excedente, segundo Marx (2013).

¹⁷ Guerra (2014) apresenta o lucro enquanto um conceito central no sistema capitalista. Refere-se ao ganho financeiro obtido após deduzir todos os custos e despesas associados à produção ou prestação de serviços.

precarização do trabalho e o desgaste da força de trabalho. Deste modo, tem-se a redução do valor da força de trabalho e dos bens necessários à sua reprodução. Netto e Braz (2012), a partir da teoria marxista, reconhecem que o processo de exploração do trabalhador torna-se mais acirrado com o desenvolvimento das forças produtivas e o avanço da ciência. Conforme Netto e Braz (2012, p. 109):

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, potenciando a produtividade do trabalho, contribui para o aumento do tempo de trabalho excedente sem ampliação de jornada - contribui pois para o acréscimo do excedente apropriado pelo capitalista. Compreende-se, então, por que o capitalista, pressionado pela resistência operária a não prolongar a jornada, se interesse pelo desenvolvimento do conjunto de forças produtivas: ele encontra aí mais uma condição para aumento do excedente.

Para o próprio Marx (2013) toda produção capitalista é, além de um processo de trabalho, um processo de valorização do capital, que se mantém pela exploração do trabalhador, que vai trabalhar em condições ainda mais precarizadas com o advento das máquinas no seio da produção capitalista e o desenvolvimento de novas relações sociais.

Nessa direção, Guerra (2014) destaca que o desenvolvimento das máquinas amplia o capitalismo e inclui, ao trabalho, nova roupagem para a exploração do trabalhador. “Ao mesmo tempo que a manufatura cria bases técnicas para a grande indústria, encontra-se condicionada pelas relações sociais, constituintes e constitutivas desse estágio do desenvolvimento capitalista” (Guerra, 2014. p.159). Segundo Guerra (2014), a introdução de tecnologias está diretamente associada à expansão das relações de troca de mercadorias e inserção do dinheiro¹⁸, para facilitar essas relações.

Nas sociedades mercantis, o processo de circulação de mercadorias, que se objetiva pelo movimento do dinheiro, operava-se por meio de dupla metamorfose, necessária e consequente: com a venda, a mercadoria transforma-se em dinheiro para, em seguida ser transformada novamente em mercadoria, por intermédio da compra. (Guerra, 2014. p. 168).

No período mercantil ou “pré-capitalista” (séc. XIV ao séc. XVIII), houve um grande crescimento da burguesia e do comércio na Europa, fruto das grandes navegações e da revolução comercial (Bresser-Pereira, 2011. p.11). Essas mudanças impulsionaram a expansão da troca mundial de mercadorias, gerando vínculos entre diferentes nações e povos que anteriormente não possuíam relações.

¹⁸ O dinheiro equivale ao preço de todas as mercadorias, inclusive o trabalho humano, em forma de salário.

De acordo com Marx (2013), no denominado processo de circulação simples, o dinheiro circulava para saciar necessidades de seus possuidores. No decorrer do capitalismo concorrencial ou industrial (entre meados do séc. XVIII e início do séc. XIX) tivemos a consolidação do sistema capitalista e das contradições entre capital e trabalho. Como consequência da formação dos primeiros Estados-nação, da ampliação das indústrias, da ascensão da burguesia industrial, da predominância do liberalismo e da primeira revolução industrial, em acordo com Bresser-Pereira (2009). O êxodo rural latente contribuiu para o aumento das cidades e a expansão do número de trabalhadores em busca do assalariamento. Essa nova fase surgiu a partir de um processo de mudanças políticas e tecnologias e abrangeu diferentes setores: capital-comercial,¹⁹ capital-produtivo²⁰ e a livre concorrência de mercado²¹. Neste momento, a primeira revolução industrial ditou a forma de realização e execução do trabalho.

Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em assalariados. (Marx, 2013, p. 961).

O avanço da ciência nos idos da primeira revolução industrial, segundo Candido (2009), representou uma transformação com características violentas na vida dos trabalhadores, cada vez mais distantes de seus meios próprios de produção e forçados a vender a sua força de trabalho em troca de assalariamento. Os trabalhadores rurais, agora componentes das cidades, passaram a constituir o exército industrial de reserva, tencionando para baixo o valor dos salários. Com a mundialização da economia, o desenvolvimento capitalista passou a apresentar uma característica dual, sendo desigual e combinado

Trata-se de um desenvolvimento desigual: em função de razões históricas, políticas e sociais, a dinâmica capitalista opera em ritmo diferenciado nos diversos espaços nacionais, afetando tanto países

¹⁹ “É o capital investido na esfera da circulação mercantil. Na esfera da circulação, não há criação de mais-valia, efetua a realização das mercadorias através da exploração dos empregados no comércio. O trabalho dos empregados assalariados, que se ocupam com a realização das mercadorias, isto é, com a transformação das mercadorias em dinheiro e do dinheiro em mercadorias, não cria valor nem mais-valia, mas possibilita ao capitalista comerciante apropriar-se de uma parte da mais-valia, criada na produção.” (Goreder, Almeida, 1961. s/p. *apud*. Ivasco, Sene. 2022. p. 73).

²⁰ Proveniente da extração da mais valia e do lucro das produções. Cabe ressaltar que a mais valia divide-se entre mais valia relativa e mais valia absoluta, onde a primeira é resultado do aumento da produtividade sem aumento do salário e a segunda do aumento das horas trabalhadas.

²¹ Possibilidade dada a qualquer pessoa de explorar qualquer atividade econômica, sem inviabilizar a concorrência das demais pessoas ou empresas, artigo 170, inciso IV da Constituição Federal.

capitalistas como as relações entre eles. [...] Pressionados pelo capital dos países desenvolvidos, os atrasados progredem aos saltos, combinando a assimilação de técnicas as mais modernas com relações sociais arcaicas - e esse processo não lhes retira a condição de economias dependentes e exploradas. (Netto, Braz, 2012. p.186-187)

Tais traços e características foram ampliados a partir do estágio imperialista²², com a interdependência entre os Estados e nações, o que gerou novo fluxo de conexões entre as economias, como afirma Netto e Braz (2012). A política imperialista buscou expandir as Nações-Estados, a partir da conquista de novas colônias na África e na Ásia. Essa nova fase do capitalismo, denominada de monopolista ou financeira compreende um sistema econômico mundial, caracterizado pelo crescimento desigual e combinado, com ascendência da economia produtora de mercadorias.

Na fase monopolista a exploração dos trabalhadores foi ampliada, em decorrência da composição orgânica do capital, das suas crises sequenciais, voltadas à amortização do capital constante, e da ameaça das taxas de lucro. Deste modo, a organização monopolista visava “obter lucros acima da média (lucros extraordinários monopolistas) e escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro” (Netto, Braz, 2012. p.188). Em 1910, por exemplo, os trabalhadores realizavam em média 60 horas de trabalho semanais, variando entre ramos de atuação sindicalizados ou não (Lucas, 2016). Essa diferenciação entre sindicalizados e não sindicalizados ocorria, pois, os sindicatos representavam o principal limite organizacional e político encontrado pela expansão monopolista na busca de lucratividade, a partir da exploração da força de trabalho.

Os lucros extraordinários advinham principalmente de três fontes: “fixação de preço superior ao preço de mercado, em acordo entre os setores monopolistas produtores de uma mesma mercadoria; apropriação de parte da *mais-valia* de setores não monopolizados; vantagens sobre as empresas menores” (Netto, Braz, 2012. p.189). Ainda que tais lucros não ultrapassassem de forma extrema a lei do valor²³, deixavam de incentivar a concorrência ou a anarquia do mercado.

²² Nos últimos anos do século XIX, o capital financeiro tem papel decisivo, interessado no crescimento dos lucros, compra e funde empresas em todo mundo formando multinacionais. O monopólio é adotado como forma empresarial. Alguns autores denominam como ‘capitalismo monopolista’, segundo Netto e Braz (2012).

²³ A "Lei do Valor" é um conceito central na teoria econômica de Karl Marx, que descreve a relação entre o valor de um bem ou serviço e a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Como informam, Netto e Braz (2012), de acordo com essa lei, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho humano médio requerido para sua produção em uma sociedade capitalista.

A política imperialista introduziu novas tensões na dinâmica econômica. Netto e Braz (2012) dão destaque a duas características marcantes: a primeira associada à expansão da produção e ao desenvolvimento de monopólios²⁴ com condições de promover a ampliação da produção e acelerar o crescimento econômico ante às possibilidades de compra e venda de empresas menores, ao aumento de capital humano, ao alargamento de horas de trabalho, dentre outras. A segunda diz respeito à inovação tecnológica, mais lenta no período do imperialismo do que no período do capitalismo concorrencial.

Segundo Netto e Braz (2012), a exportação de capitais tornou-se mais expressiva, a partir do capital de empréstimo que impulsionou a transferência de capital entre os países. Esse impulso ao empréstimo a partir da concessão de crédito e a implementação de indústrias, possuía um caráter contraditório, uma vez que, a industrialização subsidiada por esses empréstimos ampliou e criou atividades nos países credores, mas, por outro lado, subordinou a tomada de decisões aos países que concederam o crédito.

O monopólio busca, desta forma, o controle do mercado. Ao conquistarem o controle sobre o mercado do país onde são fundados, os monopólios buscam conquistar o mercado externo, associando-se a empresas similares. Exemplo disso é que antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra Mundial, o mercado de petróleo já havia sido objeto de acordo entre norte americanos e holandeses. Netto e Braz (2012), explicitam não serem acordos de eliminação da concorrência, mas de limites temporários, que culminaram na partilha econômica do mundo ao longo do século XX.

Bresser-Pereira (2009) relaciona a terceira fase do capitalismo ao momento de advento da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela revolução da eletricidade, pela explosão da produção em linha de montagem e pelo consumo de massa. Vai de encontro ao que Bresser-Pereira (2009, p. 12) denomina “revolução organizacional”, diretamente ligada à segunda revolução industrial e ao término do capitalismo clássico, ou, como denominam Netto e Braz (2012), à fase monopolista do capitalismo, responsável pela

[...] a produção e o consumo de massa; o fato de o capital ter-se tornado abundante e deixado de ser o fator estratégico de produção sendo substituído pelo conhecimento; e a transição da produção realizada diretamente por famílias ou por empresas familiares para produção realizada em organizações. A sociedade continuou capitalista, porque

²⁴Em acordo com Netto e Braz (2012) é nesse período que vemos o acirramento do pauperismo nos Estados, levando-os a necessidade de atuação sobre esse fenômeno denominado questão-social, na busca de mitigar seu impacto sobre a classe trabalhadora, assalariada e para a manutenção da produção de riquezas.

orientada para o lucro e baseada na acumulação de capital, mas deixou de ser possível se falar em um capitalismo “puro”, ou melhor, no capitalismo clássico do século XIX, porque agora o conhecimento passava a ter um papel decisivo na administração da sociedade, porque ele passava a garantir poder e privilégio para aqueles que detivessem o conhecimento técnico, comunicativo e principalmente organizacional e, assim, fossem capazes de administrar as grandes organizações privadas e públicas. (Bresser-Pereira, 2009. p. 11).

A revolução organizacional, foi fruto de um processo anterior, que gera impactos no mundo do trabalho até a contemporaneidade, o qual é objeto direto do presente estudo. Deste modo, voltando na história do capitalismo, surge no contexto de reformulação da exploração da força de trabalho, uma nova relação de produção, denominada racionalização, à qual será detalhada no tópico seguinte.

1.2. Racionalização do trabalho e gerência científica no capitalismo monopolista

No século XX, Lênin e Gramsci, pensadores marxistas, buscaram estudar a redefinição no tratamento analítico e político das condições do trabalho industrial capitalista, em outras palavras, o processo de racionalização das relações trabalhistas a partir do taylorismo. Esse modelo de administração do processo produtivo foi desenvolvido ao final do século XIX e início do século XX, pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, com o objetivo de introduzir técnicas de racionalização da produção em favor de elevar a produtividade. Sem problematizar o trabalho no capitalismo, o taylorismo condicionava liberdade à intensificação do trabalho e elevação da produtividade (Lucas, 2016).

Marx, Lênin e Gramsci analisam criticamente esse modelo de racionalização e gerência científica do trabalho levando em conta o processo de divisão social do trabalho, o maior aproveitamento de máquinas e a maior exploração da *mais-valia* nas indústrias, com maior subordinação e alienação da classe trabalhadora.

Lucas (2016) retoma o debate de Marx, Lênin e Gramsci em torno da racionalização da produção quando destaca que o surgimento e a difusão do taylorismo no contexto norte americano, na primeira década do século XX, ia claramente contra a classe operária. Tendo em vista que, ao implementar um novo formato de trabalho e a cronometragem dos movimentos executados, Taylor visava transformar os trabalhadores em extensão das máquinas operadas. Desta forma, o taylorismo, com a proposta de

oferecer vantagens acabava por desumanizar os trabalhadores, que segundo Lucas (2016, p. 659),

levou, inclusive, à criação de uma comissão de inquérito do Congresso americano, em 1912, à qual o próprio Taylor compareceu e se viu obrigado a enfatizar o caráter “científico” de seu sistema e a dimensão conciliadora (de “paz entre as classes”) de sua filosofia da eficiência que visava a “uma era de prosperidade universal” (Linhart, 1983b, p. 11).

De acordo com Lucas (2016), tanto nos Estados Unidos quanto na Europa a recepção do Taylorismo foi conflituosa, com recorrentes greves contra a cronometragem de tempo, em diversas fábricas da França e de São Petersburgo. Mas, a despeito do seu caráter desumanizador, o Taylorismo ganhou força no período pós Primeira Guerra (1914-1918), quando a ideia de civilização técnica, voltada à eficiência e produtividade, ganhou adeptos da extrema direita e, também, da esquerda revolucionária (Lucas, 2016). Nesse contexto favorável ao capitalismo, o taylorismo buscou aprimorar a tendência capitalista de legitimar o processo de trabalho através da cientificidade. Conforme Lucas (2016, p.660)

o elemento fundamental que define o taylorismo é o one best way, ou seja, a noção de que existe um melhor jeito para realizar cada etapa do processo de trabalho, e este deve ser definido pelo estudo científico dos fatores de produção. Assim, a ideia de eliminar operações inúteis e, conseqüentemente, produzir mais com o menor esforço possível tinha um importante poder de atração, desde que fosse ‘depurada’ de seu aspecto de classe.

Nesse contexto de avanço do Taylorismo, muitos estudos marxistas ganharam força. Lênin como um revolucionário comunista passou a considerar o estudo do taylorismo como uma tarefa imediata para o poder soviético, principalmente, com as dificuldades organizacionais enfrentadas pela produção na Rússia, após a Primeira Guerra Mundial (Lucas, 2016). Mas, a ideia de Lênin era estudar e adaptar os métodos e princípios do taylorismo em favor da edificação do comunismo na Rússia (Lucas, 2016, p. 660). Lênin contou com as análises desenvolvidas no Instituto do Trabalho, coordenado pelo revolucionário russo, Kapitonovitch Gastev²⁵, que reconhecia na mecanização e padronização do processo produtivo, uma forma de impulsionar a organização política dos trabalhadores submetidos à precarização do trabalho. Reconhecia, também, que essa organização política iniciada no âmbito laboral

²⁵Kapitonovitch Gastev foi um proeminente poeta, artista, crítico cultural e figura pública soviética. Nasceu em 1879 e foi uma figura significativa durante o período da Revolução Russa e os primeiros anos da União Soviética. Gastev é mais conhecido por seu papel como líder do movimento Proletkult, uma iniciativa cultural que buscava promover a expressão artística e criativa das classes trabalhadoras.

alcançaria a vida cotidiana e os valores dessa força de trabalho. Tendo em vista que o ‘Sistema Taylor’, ao intensificar a escravização do homem pelo homem poderia incentivar a consciência crítica e a organização política do trabalhador em favor de superar o sistema capitalista e todas as suas formas de opressão (Lucas, 2016).

Gramsci como Lênin defendia a disseminação do taylorismo e de seus princípios técnico-científicos para a sociedade, em favor de superar o capitalismo. Marx que ao contrário de Lênin e Gramsci defendia a superação do capitalismo pela revolução do trabalhador, não explorou o processo de formação de consciência do trabalhador a partir do Taylorismo, mas a maior subordinação do trabalhador submetido ao processo de racionalização dos meios de trabalho e produção.

O taylorismo e a racionalização do processo produtivo foram apropriados de forma diferenciada pelos defensores do capitalismo, socialismo e comunismo. Nos locais onde o desenvolvimento capitalista já estava avançado, o taylorismo obteve grande êxito e sofreu menos tensões. Também, foi nesses países que as consequências do taylorismo apareceram inicialmente (Lucas, 2016).

Desse modo, no final da década de 1920, na França já estava formada a base do discurso sindical de aceitação do taylorismo: era necessário distinguir a organização científica de seus abusos capitalistas e, principalmente, buscar compensações salariais ao aumento do ritmo de trabalho. (Lucas, 2016. p. 664).

De acordo com o referido autor, os métodos do taylorismo, impulsionadores da precarização do trabalho, foram compreendidos pelos socialistas e comunistas como mecanismo importante para superar o capitalismo. Os socialistas aceitaram, com ressalvas, o taylorismo. Concordavam com a gerência científica do trabalho mediante maior colaboração do Estado e representação patronal, para evitar imposições e regras sobre os trabalhadores, em favor da superação gradual do capitalismo. Já os comunistas, orientados pelos bolcheviques²⁶ (Lucas, 2016. p. 663) apoiavam a ideia de racionalização capitalista e o taylorismo, como possibilidade de impulsionar a organização política dos trabalhadores insatisfeitos, em favor do comunismo. Em países como a Rússia em que a ideia de revolução tomou centralidade, junto aos operários, após a Primeira Guerra Mundial, o taylorismo e seus princípios em favor de elevar a produtividade regrediu rapidamente, e foi apropriado como estratégia por parte das organizações operárias, para superar o capitalismo (Lucas, 2016).

²⁶ Os bolcheviques foram um dos principais grupos políticos envolvidos na Revolução Russa de 1917 e posteriormente se tornaram o partido dominante na recém-criada União Soviética, segundo Freeze (2017).

Nos países que continuaram defendendo o avanço do capitalismo após a Primeira Guerra Mundial, o taylorismo ganhou força, principalmente, com a derrota dos regimes nazifascistas. Para Netto e Braz (2012) e Lucas (2016) a expansão do taylorismo ganhou maior fôlego com o fordismo, proposto por Henry Ford (1863-1967), que provocou mudanças expressivas na organização do trabalho industrial. E com o Keynesianismo caracterizado pela maior intervenção do Estado, após a Segunda Guerra Mundial, que favorecido pelo taylorismo-fordismo buscou legitimar a universalização dos direitos sociais.

Na perspectiva de Antunes (1999) o fordismo emergiu pela necessidade de racionalizar as operações realizadas pelos trabalhadores das fábricas de automóveis, diminuir o desperdício na produção, reduzir o tempo de fabricação dos automóveis e ampliar o ritmo dessa produção, o que contribuiu para alargar as formas de exploração do trabalhador. O padrão produtivo desenvolvido assentou-se no trabalho fragmentado, com tarefas parceladas e repetitivas, com o objetivo de produzir mais veículos. Esse processo produtivo foi formado a partir da junção do cronômetro taylorista, da produção em série fordista e da diferenciação entre elaboração e execução do trabalho. “Para o capital, tratava-se de apropriar-se do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida às esferas de gerência científica. A atividade era reduzida à ação mecânica e repetitiva” (Antunes, 1999. p. 37).

A ascensão do keynesianismo na década de 1930, como resposta à crise de 1929, e o gradativo fortalecimento do braço intervencionista e assistencialista do Estado deram traços estáveis e institucionais ao compromisso da sociedade salarial (Lucas, 2016. p.664). O grande diferencial do Estado no capitalismo monopolista (imperialista) e no concorrencial foi o papel desempenhado frente a força de trabalho e a ameaça da maior exploração do trabalhador. O Estado passou a retirar das mãos do capitalista a responsabilidade da preservação da força de trabalho, tomando para si esse papel e tornando essa responsabilidade parte do montante advindo dos tributos adquiridos da massa da população.

Netto e Braz (2012) argumenta sobre a expansão do taylorismo-fordismo no capitalismo imperialista com a consolidação dos meios de dominação e alargamento dos pensamentos do grande capital para os demais países de capitalismo periférico, com maiores impactos para os trabalhadores desses países, principalmente, a partir de 1940. A penalização dos assalariados em geral e dos trabalhadores em particular, era funcional ao capital monopolista, na medida em que favorecia a transferência de valores da

periferia para o capitalismo central. A ruína das bases ideológicas do Taylorismo foi favorecida pela efervescência política de maio de 1968²⁷, quando as greves se tornaram maiores que o domínio sindical e não houve mais contenção de classe, havendo a exigência do despotismo taylorista e do controle operário. O “capitalismo democrático” (Netto, Braz, 2012. p. 206), entrou em crise e a orientação macroeconômica assentada no keynesianismo conjugada a organização taylorista-fordista perdeu espaço.

Nos anos de 1974-1975, os ciclos produtivos sofreram alterações, tornando o padrão taylorista-fordista insuficiente. A acumulação rígida pleiteada por ele, se tornou descartável. O contexto capitalista passou a adotar a acumulação flexível, característica marcante do terceiro estágio imperialista. Conhecida como pós-fordismo, a acumulação flexível contou com a reestruturação produtiva. Com a substituição parcial da produção rígida massificada –(taylorista-fordista) pela produção de produtos mais diversificados que contou com planejamentos e análises de mercados, para adentrar em novos locais, culturas e nichos de consumo com base em suas particularidades e demandas. A reestruturação produtiva aliou qualificação, desemprego e terceirização. Na medida que restringiu o trabalho formal, nas indústrias, aos trabalhadores mais qualificados para atender às novas demandas de planejamento da produção mais tecnológica, diversificada, flexível e exigente. O incremento de tecnologias excluiu a força de trabalho menos preparada e terceirizou o trabalho que poderia ser realizado nos domicílios. O que possibilitou a redução de custos, transferidos das empresas aos trabalhadores por conta própria.

Para Netto e Braz (2012) a reestruturação produtiva nos países periféricos e subdesenvolvidos, alargou a exploração da força de trabalho e acentuou ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista, como demonstrado no tópico seguinte.

1.3. Reestruturação produtiva e racionalização do trabalho no Brasil

A “gerência científica” e seus princípios tiveram fortes impactos sobre a maneira de realizar o trabalho no Brasil, principalmente durante o processo de industrialização,

²⁷ Em acordo com Muller (2021), refere-se a um movimento de protesto e agitação social que eclodiu na França em maio daquele ano, tornando-se um dos momentos mais emblemáticos da história política e cultural do século XX. O movimento começou como uma série de protestos estudantis contra as políticas conservadoras do governo, a falta de liberdade de expressão nas universidades e as condições de vida dos estudantes.

mais intenso a partir do século XX, com suas particularidades e seus principais atores sociais.

O processo de racionalização do trabalho no Brasil, baseado em preceitos e princípios tayloristas, foi, segundo Rebechi (2011), iniciado pelo empresariado paulista²⁸ de forma gradual a partir do século XX, no interior das organizações públicas e privadas, as técnicas introduzidas antes dos princípios apresentam, conforme Vargas (1985), certas especificidades. Por causa do seu caráter doutrinário, os princípios “podem ter aspecto de ação muito maior do que as técnicas” que “informam normas e padrões de produção” e são “mais sensíveis aos condicionantes sociais, econômicos e ao processo de trabalho” (Vargas, 1985, p. 162).

No Brasil, não houve a implementação de técnicas adaptadas do Taylorismo Estadunidense, uma vez que os princípios seguem padrões, mas as técnicas foram adaptadas ao contexto brasileiro. Portanto, o Brasil vivenciou a adoção de um processo voltado ao capitalismo do país, com o intuito de socializar a força de trabalho assalariada e incentivar a formação “ideológica da tecnocracia industrial (engenheiros, psicólogos, assistentes sociais etc.)” (Vargas, 1985, p. 162). As técnicas adaptadas do Taylorismo, também, tiveram importante protagonismo na máquina estatal, para racionalizar o trabalho por ela executado.

A adoção de princípios do Taylorismo para a doutrinação da classe trabalhadora brasileira tem início com o advento da Revolução de 30 e as mudanças de ordem institucional acarretadas por essa revolução. A nascente burguesia industrial brasileira, em comunhão com os ideais capitalistas procurou adequar princípios da “moderna gestão da força de trabalho vivenciada nos países industrializados” para formar a classe trabalhadora comprometida com o desenvolvimento, mediante “interferência do Estado na regulação dos fatores econômicos”. Nas palavras de Vargas (1985, p.171):

Para que o capitalismo fosse desenvolvido em bases sólidas havia a necessidade que a população existente se transformasse em trabalhador. E para efetivar essa transformação havia a necessidade da socialização do conhecimento técnico e da disciplina fabril. Nos primórdios da nossa industrialização os capitalistas nacionais haviam experimentado: ou uma estratégia do tipo “paternalista” (ou patrimonialista) – em que interferiam privadamente, no âmbito de cada fábrica, na formação e reprodução do trabalhador e de sua família (como nas vilas operárias) –

²⁸ O setor industrial paulista começou a se expandir rapidamente, principalmente nas áreas têxtil, metalúrgica, alimentícia e de produtos químicos. Grandes empresas foram fundadas nesse período, muitas delas ainda em atividade hoje em dia. O empresariado paulista, em grande parte composto por cafeicultores que buscavam novas oportunidades de investimento, desempenhou um papel fundamental nesse processo de industrialização, trazendo capital, tecnologia e conhecimento de gestão para o setor industrial emergente.

ou seguiam a via da coerção física e policial para submeter os trabalhadores às regras de produção.

Em junho de 1931 foi criado no Brasil o Instituto de Organização Racional do Trabalho -IDORT, por Aldo Mário de Azevedo, o que favoreceu a introdução de princípios do Taylorismo no Brasil (Vargas, 1985, p. 164). Em grande medida, para conter a organização política do trabalhador, já que essa resistência era prejudicial ao desenvolvimento do país.

A difusão das ideias e princípios tayloristas foi ainda mais fortalecida com a criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), responsável por gerir e capacitar as repartições e os administradores públicos. De acordo com Rebechi (2011), o referido departamento impulsionou a criação, em 1944, da Fundação Getúlio Vargas, incumbida de buscar apoio para a consolidação do processo de racionalização no Brasil. Também incentivou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional da Indústria (SESI), em 1946, para capacitar trabalhadores mais adaptados ao Taylorismo.

A propagação do taylorismo no Brasil atingiu o seu auge, no ano de 1946, durante a apresentação de um memorial do IDORT à assembleia constituinte, mediante discurso que defendeu a proposta positivista de organização racional do trabalho, favorável à inclusão do trabalhador comprometido com a ordem capitalista. Assentado nas diretrizes da gerência científica e na expansão do ideário de racionalização o IDORT obteve êxito ao disseminar as práticas de dominação social favoráveis à burguesia industrial brasileira daquela época. Nas palavras de Antonacci (1993, p. 19):

Participando e explorando potencialidades das ideias que, fundadas no progresso científico, na ordem tecnológica, na confiança ilimitada, na razão para a regeneração social e bem-estar comum, percorreram todos os tempos, espaços e instâncias sociais desde a virada do século, ideólogos do IDORT – através de expressões desta natureza – trabalharam o imaginário social. Operaram com significados sócio culturais emanados no decorrer de práticas de luta e de reflexão em torno das virtualidades libertárias e igualitárias da razão, redimensionando-os na direção de uma cultura técnico-científica em conformidade aos interesses patronais, revestidos de interesses nacionais”.

O IDORT, segundo Rebechi (2011) e Batista (2015), propagava o discurso de cooperação entre trabalhadores e as organizações brasileiras na busca do bem-estar comum e da expansão da produção e do consumo. Com a intenção de tornar os trabalhadores, mais parceiros das instituições e organizações públicas e privadas, o

IDORT buscou enfatizar a comunicação como estratégia crucial e forte aliada nas relações de trabalho. Rebecchi (2011) destaca que a comunicação, enquanto uma atividade intrínseca ao homem, foi de grande valia e interesse por parte dos agentes de racionalização no trabalho.

A racionalização da indústria brasileira, mediante incorporação de técnicas tayloristas adaptadas, foi iniciada no século XX e avançou na década de 1950, ou seja, nesse período que Vargas (1985, p. 176) denominou de “primeiro período de difusão do taylorismo”. Quando avançaram ideias favoráveis à introdução, nas indústrias brasileiras, de novas técnicas fabris; de profissionais formados (engenheiros e administradores) e da socialização do assalariamento.

No processo de disseminação do discurso em favor de incorporar a gerência científica, o Estado e o empresariado foram cruciais para impulsionar o surgimento de grupos de instituições interessados em estabelecer a racionalização no país.

Nesse período o IDORT passou, conforme estudos de Vargas (1985), Rebecchi (2011) e Batista (2015), a ter papel primordial na formulação de cursos e literaturas voltadas às relações de trabalho no seio das organizações públicas e estatais. O IDORT tinha grande reconhecimento do empresariado paulista, principalmente por causa do comprometimento desse instituto com as ideias e opiniões dos usuários das instituições públicas e privadas, para melhorar condições de atendimento nessas organizações. Assim como destaca a autora, fica evidente que

o IDORT muito se interessava pela atividade de relações públicas, enxergando nela um eficiente instrumento para formar uma opinião cristalizada e favorável à instituição da racionalização do trabalho em organizações brasileiras, bem como era entendida como parte integrante da própria “mentalidade racional”. A fundação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) em 1954, por meio de uma assembleia realizada na sede nacional do IDORT com o apoio de diversos de seus membros - dentre estes estava Cândido Teobaldo de Souza Andrade, figura importante na disseminação das relações públicas no meio acadêmico e intelectual brasileiro – aparece como uma das estratégias do Instituto neste sentido. (Rebecchi, 2011. p.5 e 6).

As instituições criadas para disseminar princípios e técnicas, adaptados do Taylorismo atuavam no sentido de constituir, consensualmente, um tipo de força de trabalho especializada, doutrinada e adaptada à disciplina fabril e aos ritmos do novo padrão industrial.

A IDORT perde o seu posto de liderança no processo de disseminação do Taylorismo no Brasil, durante o governo de Kubitschek (1956). Nesse momento que

Vargas (1985) reconhece como segundo período de expansão da racionalização da indústria brasileira, caracterizado pela concorrência das empresas nacionais com as multinacionais que ingressaram no Brasil. A grande propulsora desse movimento foi a indústria automobilística que se instaurou no país e trouxe consigo os aspectos da produção de massa baseados nas técnicas fordistas de produção, estabelecendo forte concorrência entre as multinacionais instaladas em solo brasileiro e contribuindo para o desenvolvimento rápido da industrialização entre 1954 e 1960. Para Vargas (1985, p. 177):

Se a fase anterior foi caracterizada pela formulação de um capitalismo nacionalista, nesta iniciou-se a internacionalização da nossa produção, por meio da modernização de nosso aparelho produtivo, isto é, a adoção aqui dos padrões produtivos dos países industrializados. Essa indução foi provocada pelo incentivo ao deslocamento de subsidiárias das multinacionais. Não se tratava, contudo, de eliminar os capitalistas nacionais, mas, pelo contrário, efetuar uma seleção por meio de inserção das normas internacionais de produção dentro de determinados segmentos da nossa economia.

Durante o governo Kubistchek houve um consenso entre as elites dirigentes de que a modernização necessitava dar um novo salto econômico, introduzindo o capital de risco e normas internacionais de produção.

Vargas (1985, p. 173) compreende os investimentos para a difusão do Taylorismo no Brasil como um movimento orientado para a mudança de “mentalidade do povo brasileiro”, para tornar essa sociedade mais adepta à introdução de doutrinas e técnicas que buscavam reduzir o tempo de trabalho e aumentar condições de superexploração do trabalhador.

Entretanto, como afirma Oliveira (1975), tais mudanças nunca foram concretizadas. A despeito da proposta desse movimento de racionalizar e modernizar a produção, o mesmo não conseguiu superar as formas arcaicas da produção e precarizadas de trabalho. O processo de industrialização vivenciado no país, principalmente entre 1965 e 1985, não contou com a participação dos trabalhadores nos resultados economicamente conquistados pelo desenvolvimento econômico, na realidade os salários foram reduzidos. Vargas (1985) e Batista (2015) destacam que a racionalidade empresarial no país possui características específicas, que contribuíram para a instalação do processo de racionalização no país somente na década de 1970, quando superou as barreiras sociais e findou a segunda fase de racionalização com a estruturação da indústria de base e o desenvolvimento tecnológico nacional recebendo incentivo.

Na proposta do Taylorismo apresentada por Taylor e Ford, o aumento salarial era peça fundamental para a aplicação da racionalização do trabalho, em busca de elevar a produtividade ou intensificar o trabalho. No Brasil, a proposta de aumentar os salários foi sombreada por empresários e técnicos, como informa Vargas (1985) e Rebechi (2011).

O processo de racionalização no país só obteve existência a partir de 1970. Os autores Vargas (1985) e Batista (2015) destacam que a racionalidade empresarial possui características específicas e as barreiras sociais, superadas apenas ao fim da segunda fase de racionalização com a estruturação da indústria de base e o desenvolvimento tecnológico nacional. Em outras palavras, o formato de racionalização que propunha ampliar o trabalho cientificamente gerenciado e elevar o salário, não foi implementada no Brasil que ampliou o trabalho com a manutenção de salários sucateados.

A ideia desse movimento era controlar a reprodução do trabalho coletivo e adaptá-lo aos princípios e técnicas do Taylorismo, entretanto, as próprias condições do capitalismo dependente do país interromperam esse processo, como discutido em seguida.

1.4. Superexploração do trabalhador brasileiro

Esta parte da dissertação explora as particularidades do trabalho alienado e explorado que, no capitalismo dependente, assumem diferentes configurações, a depender da formação sócio histórica de cada país. Nesta direção, Souza (2021) reconhece a necessidade de apropriar das teorias críticas mais clássicas que discutem as relações sociais capitalistas numa dimensão mais ampla, sem desconsiderar as teorias e categorias analíticas que permeiam o debate do desenvolvimento próprio do capitalismo e do trabalho na América Latina e no Brasil, em favor de qualificar a análise da perspectiva crítica de totalidade.

Compreender o capitalismo enquanto sistema econômico mundial, segundo Teixeira e Neves (2018), vai ser determinante para a análise das condições de desenvolvimento do capitalismo em países periféricos e dependentes, com seus processos sociais historicamente determinados. E para a análise das particularidades e contradições essenciais da reprodução e dominação da classe trabalhadora e a materialização das desigualdades sociais nesses países.

De acordo com Teixeira e Neves (2018) e Fernandes (1979), as condições de dependência do capitalismo latino-americano mantidas pelo neocolonialismo²⁹, são fortes determinantes do trabalho na realidade de países desse continente. Na medida em que a dependência, induzida na periferia, não cria apenas mercadorias, mas também estruturas sociais e as próprias condições de vulnerabilidade das relações sociais (Fernandes, 1979). A colonização das Américas, para a transferência de riquezas à Europa, determinou a inserção do Brasil, no comércio mundial, como exportador de produtos primários, condicionando as condições de precarização do nosso trabalhador.

Como exportador de produtos primários, países de capitalismo dependente favorecem a industrialização mais acelerada nos países centrais, na medida em que exporta matérias primas e alimentos, a custos mais reduzidos, para a produção e a reprodução dos trabalhadores nesses países. A plenitude do processo de industrialização nesses países foi favorecida pela redução do custo de produção industrial, pelo aumento das possibilidades de consumo dessas mercadorias e pelo consequente aquecimento dessa produção.

Então, países periféricos, como o Brasil, foram determinantes para o desenvolvimento industrial dos países centrais e, conseqüentemente, para as vantagens desses países tecnologicamente mais avançados, no mercado mundial. A forma de ingresso no mercado mundial modificou as relações de trabalho, ao passo que favoreceu a elevação da produtividade acelerada pelo desenvolvimento das tecnologias. Para Marini (2010, p. 162):

As circunstâncias que permitem elevar ali os salários reais, a partir da segunda metade do século XIX, às quais não são estranhas a desvalorização dos alimentos e a possibilidade de redistribuir internamente parte do excedente subtraído das nações dependentes, ajudam, na medida em que ampliam o consumo individual dos trabalhadores, a se contrapor às tendências desarticuladas que atuam no nível da circulação.

Nesse sentido, o papel de exportador de alimentos e matérias-primas foi determinante para as condições do trabalho nos países centrais e para a inserção subordinada do Brasil no mercado, com impactos para o trabalhador brasileiro. Isso porque, como exportador de produtos primários e importador de tecnologias, os países de capitalismo dependente ficam em desvantagem nas relações comerciais com os

²⁹Segundo Sousa (2021), trata-se do processo de dominação política e econômica instituído pelas potências capitalistas emergentes (Reino Unido, Arábia e Bélgica, Estados Unidos, Prússia, França e Itália) sobre a África, Ásia e Oceania ao longo do século XIX e início do século XX. (s/p)

países centrais . E para manter lucros e conseguir pagar juros da dívida externa, o capitalista vai super explorar o trabalhador.

No mercado mundial, o capitalista industrial, com baixo nível tecnológico recorre à superexploração da força de trabalho, mais acirrada conforme a proporção de excedente de força de trabalho. Então, a condição mais precarizada da força de trabalho nos países periféricos vai ser determinada “pela própria economia agroexportadora e agravado pela crise que essa atravessa”, que contribui “para pressionar os salários no sentido descendente” (Marini, 2012, p.163-164).

Marini (2010) destaca que o caminho mais aconselhável para compensar as trocas desiguais no âmbito do mercado externo e incrementar a capacidade produtiva dos países latino-americanos, seria equilibrar os preços e o valor das mercadorias ofertadas.. E não por meio da superexploração do trabalhador, como tem acontecido. Da superexploração que, segundo Marini (2010, p. 205) combina: “intensificação do trabalho; extensão da jornada de trabalho, ou seja, aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica e remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor” para a “conversão do fundo necessário de consumo do operário em fundo de acumulação de capital”.. Para Marini (2010) trata-se de superexploração do trabalho, uma vez que houve um acréscimo exorbitante na extração de mais-valia.

Segundo Marini (2010) a superexploração submeteu a força de trabalho a um desgaste maior que o necessário para a execução do serviço e reduziu possibilidades do consumo necessário para conservar a força de trabalho e repor o dispêndio de energia gasto para a execução do trabalho. Sob essa perspectiva, as economias dependentes reduzem o consumo do operário bem abaixo do limite esperado, à medida que aumenta o tempo de trabalho excedente.

A força de trabalho latino-americana não consegue acessar a maioria das mercadorias dado o rebaixamento do valor dos salários enquanto mecanismo que resguarda mais-valia e lucros que se esvaem no comércio externo. Então, a força de trabalho superexplorada não consegue consumir grande parte dos produtos industrializados, principalmente, com a variação da produção. Para Fernandes (1979), no capitalismo dependente, as leis que regulamentam o trabalho e o capital, como o salário mínimo, representaram apenas uma medida artificial, distante da demanda real necessária para a reprodução do trabalhador.

A exportação de produtos primários brasileiros, mantida na atualidade pelo agronegócio, continua gerando impactos para as condições de trabalho nos países

latino-americanos. A exportação de produtos primários, mais desvalorizados do que produtos industrializados importados, sucateou a troca entre capitalismo central e capitalismo periférico, sempre em busca de elevar a transferência de mais-valia e lucro, aos países centrais, principalmente, em tempos de crises mais acirradas. À medida que o novo mercado avançava, a agricultura passou a receber novo tratamento, que permitiu a manutenção do padrão primitivo de acumulação ampliando a taxa de exploração do trabalho. Para Marini (2010), essas defasagens continuam sendo compensadas com o alargamento da exploração do trabalho nas nações desfavorecidas, com aval da burguesia periférica.

Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável e em alguns momentos cai lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato com a depreciação dos bens primários. É evidente que tal depreciação não pode corresponder a desvalorização real desses bens, devido a um aumento de produtividade nos países não industriais. (p. 144).

A dependência e subordinação das economias periféricas, de acordo com Teixeira e Neves (2018), compreendem um componente social geral, que se desenvolveu a partir do capitalismo colonial, se expandiu durante a fase imperialista³⁰ do capitalismo e se renovou com o fortalecimento do capital financeiro. Dependência e subordinação que se fortaleceu assentada na concentração e centralização do capital financeiro, que penaliza e super explora, cada vez mais, a força de trabalho nos países periféricos.

Nesse contexto em que a acumulação do empresário nacional se realiza pela superexploração do trabalho, o Estado brasileiro precisou assumir função peculiar e subordinada à reprodução do capital em escala mundial, em busca de legitimar a precarização do trabalho enquanto pilar de sustentação do capitalismo dependente. Ao criar o mercado, o Estado brasileiro interpretou o salário mínimo enquanto “salário de subsistência”, levando em conta apenas as necessidades básicas de alimentação necessárias à manutenção de subsistência e reprodução da força de trabalho para o capitalismo. As próprias democracias, construídas pelo Estado corporativo burguês, precisam ser controladas, restritas, governáveis e viáveis. Impondo ainda mais limites sociais, políticos e culturais aos modelos de proteção social.

³⁰Durante o século XIX consistiu em uma variedade da política expansionista presente nas principais nações européias, seu objetivo consistia na busca de mercado consumidor, de mão de obra barata e de matérias-primas para o desenvolvimento das indústrias, como evidencia Fernandes (2021).

A manutenção do capitalismo dependente vai contar com a intervenção estatal na esfera econômica e na esfera da regulamentação de fatores como: preços fixos, distribuição de perdas e ganhos entre os grupos capitalistas, gastos fiscais para fins produtivos e subsídio a atividades produtivas. Fernandes (1979, p. 27) compreende o Estado como “criador de bases para a acumulação capitalista industrial, no nível que a empresa possa se reproduzir”.

A dinâmica do capitalismo dependente se manifestou como realidade econômica, mas sobretudo, como realidade social, impondo desafios maiores para a realização de reformas sociais (na busca de mitigar desigualdades sociais) e possuindo particularidades quanto à formação do Estado, como ensinam Soares e Burginski (2020).

A própria institucionalização dos direitos sociais nos países periféricos vai ser tardia. Esses direitos institucionalizados na Europa, na primeira metade do século XIX, vão ser legalmente reconhecidos no Brasil, após a primeira década do século XX, quando a luta de classes passou a se fazer evidente no país e os direitos sociais foram institucionalizados como respostas graduais a essas lutas. Com ênfase nos direitos trabalhistas e previdenciários, que legitimaram as relações sociais capitalistas.

Também, foram determinantes da regulamentação dos direitos sociais no Brasil, a partir do século XX, os efeitos da crise de 1929-1932 que, segundo Behring e Boschetti (2011), fortaleceram os movimentos sindicais e as medidas estatais para enfrentamento das expressões da questão social, publicizadas no país, pelos trabalhadores. O que desencadeou mudança na correlação de forças no interior das classes sociais, com a conquista de direitos pelo proletariado, principalmente a partir da Revolução de 30³¹.

A Revolução de 1930, segundo Fernandes (1979), marca o fim de um ciclo e o início de outro para a economia do Brasil: “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”, consolidada em 1956. Essa revolução foi determinante para a mudança na correlação de forças no interior das classes sociais na medida em que reformulou o aparelho e a ação estatal e conferiu novo olhar ao trabalho necessário para a estrutura produtiva de base urbano-industrial.

³¹Behring e Boschetti (2011) desmistificam a ideia da revolução burguesa e esclarecem que o que houve no Brasil nesse período foi um momento de inflexão no processo de constituição das relações sociais tipicamente capitalistas até então construídas no país.

Os direitos sociais e trabalhistas que começaram a ser institucionalizados a partir do século XX, para atender demandas do desenvolvimento do capitalismo na periferia sofreram retrocessos com o golpe de 1964, que introduziu o período de ditadura no Brasil. Quando tivemos a eliminação da luta sindical e perseguição de suas lideranças, como demonstra Vargas (1985). Quando foram institucionalizados alguns direitos que favoreceram a precarização do trabalho. Como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que eliminou a estabilidade empregatícia e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para unificar os institutos de aposentadoria e de serviços de assistência médica, anteriormente vinculados a cada sindicato.

Os direitos trabalhistas, também, sofreram impactos da crise alastrada a partir de 1970 que, de acordo com Prado e Duarte (2015), introduziu novas ferramentas para a manutenção da ordem por parte do Estado. Essas ferramentas apresentaram características neoliberais, ao passo que estimulavam a reprodução da força de trabalho e reativaram o tratamento clássico liberal voltado à sobrevivência da classe trabalhadora. Essa crise passou a afetar o Brasil a partir de 1980 e houve por parte do Estado, de forma imediata, a implementação do aparato neoliberal seguindo as orientações dos órgãos financeiros internacionais, dos empresários ligados ao grande capital e da burocracia estatal a eles associadas, como ensina Mota (1995).

De acordo com Prado e Duarte (2015), a crise alastrada a partir de 1970, trouxe a nota a emergência de novas ferramentas para a manutenção da ordem por parte do Estado, essas ferramentas apresentaram características neoliberais, ao passo que estimulavam a reprodução da força de trabalho e reativaram o tratamento clássico liberal voltado a sobrevivência da classe trabalhadora. O Brasil, a partir de 1980, ao ser afetado pela crise mundial implementou de forma imediata, aparatos neoliberais seguindo as orientações dos órgãos financeiros internacionais, dos empresários ligados ao grande capital e da burocracia estatal a eles associadas, como ensina Mota (1995).

A ampliação do ideário neoliberal durante seu governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), deu início ao projeto de Reforma do Estado, voltado mitigar a crise sob uma intensa intervenção estatal, deflagrada durante o Estado de “Bem-estar”, culminando no alargamento das demandas por parte da população. Como resposta o Brasil buscou atender às solicitações da classe trabalhadora e implementar medidas que ao passo que garantiam o acesso às políticas sociais, as sucatearam.

Nesse sentido, Prado e Duarte (2015) destacam que as medidas mais contundentes do governo foram os cortes do orçamento público e as restrições de

direitos e as mudanças no mundo do trabalho. Segundo Brasil (1995), nesse momento o gerenciamento da força de trabalho, diante da proposta da Reforma de Estado, visava a modernização conservadora³². O plano diretor lançado em 1995, responsável por conduzir a Reforma, dizia haver a necessidade de transitar do modelo burocrático para o gerencial referente à gestão da força de trabalho

A administração pública gerencial constitui um avanço e até certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, a qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental. (Brasil, 1995. p. 27).

As propostas da Reforma Administrativa passaram a incluir a Previdência ao fim da década de 1990, que para além dos cortes de direitos dos trabalhadores, constitucionalmente previstos a partir de 1988, indicou mudanças na gestão do INSS e seus padrões. Somente a partir de 2005, quando Nelson Machado assumiu o Ministério da Previdência Social, houve a implementação de tais medidas.

CAPÍTULO 2

O INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL BRASILEIRO E A INFORMATIZAÇÃO DO ACESSO

Doravante trataremos da história da política social no Brasil e do INSS enquanto autarquia federal, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, responsável pela efetivação da política social de previdência social e do processo de informatização desse instituto.

2.1. Políticas sociais e o INSS

³²Movimento vivido a partir de 1964, que buscava alavancar os meios industriais no país sem quebrar com os antigos preceitos agroexportadores, como nos ensina Behring e Boschetti (2011).

A política social surgiu sob a forma de seguro social para afirmar as relações sociais capitalistas, buscando atender, de forma básica, às demandas proletárias e garantir a manutenção da acumulação capitalista.

No Brasil, as políticas sociais foram ampliadas a partir da CF 1988, com a institucionalização da seguridade social (formada pelo tripé Previdência, Saúde e Assistência Social) que reconhece, na cidadania, um meio para ampliar possibilidades de acesso a uma vida digna e civilizada. Compreender o movimento de consolidação das políticas sociais, ante a Constituição Federal de 1988 (CF 88) e do tripé da seguridade social, com seus avanços e retrocessos sócio históricos, implica em considerar o jogo de interesses, as lutas sociais, as conquistas populares, a coexistência de forças e as interferências do poder público (Ennes, 2012).

Com a Constituição Cidadã a seguridade social brasileira, reconhece legalmente o compromisso do Estado com o futuro dos trabalhadores (na velhice ou enfermidade) e de sua família. Segundo Ennes (2012), na Constituição Cidadã, a seguridade social assume a condição de universal, redistributiva e solidarista, em busca de garantir a ampliação de direitos e o resgate da cidadania. A família vai apresentar para as políticas sociais diferentes demandas a partir do envelhecimento, da gravidez precoce, da redução da natalidade, dentre outras, o que exige uma política social estrategicamente diversificada na busca de proteção de seus membros.

O modelo de proteção social, a partir da CF 88, ao mesmo tempo que reconhece legalmente diferentes demandas da família, passaram a reforçar, em suas institucionalizações, a centralidade da família, com as suas diferentes constituições e arranjos, como *locus* privilegiado de proteção. Em acordo com Egler, Polônio e Moira (2012)

A Constituição de 1988 promove um avanço na conceituação de família, pois neste momento a mulher e o homem são assumidos com igualdade em relação aos direitos e deveres na sociedade conjugal, superando uma ultrapassada legislação marcada por traços patriarcal que persistiram até a família conjugal moderna. Constitucionalmente a expressão entidade familiar é legitimada não só pelo casamento, mas também por vínculos afetivos outros, como a união estável entre homem e mulher, e as relações entre um dos ascendentes.

Para além disso, a despeito da proposta da CF 88, de garantir a universalidade dos direitos sociais, o Estado não tem cumprido com esse compromisso e não tem atendido às demandas dos trabalhadores, tendo em vista a condição de dependência do país. De acordo com Marini (2010, p. 184), a superexploração da força de trabalho na

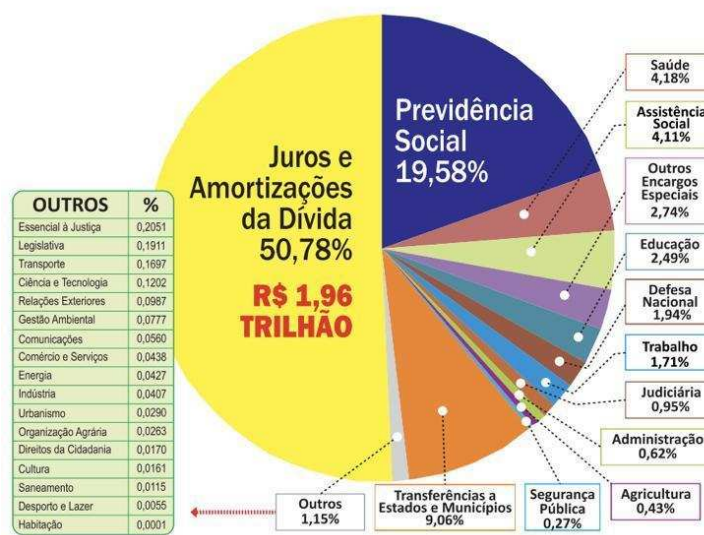
América Latina, “inerente aos modos de primitivos de acumulação”, “cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho” para compensar a perda de mais-valia na troca desigual com os países de capitalismo central. Ao invés de compensar a troca desigual nas relações de mercado, por meio do “incremento de sua capacidade produtiva”, o capitalismo dependente da América Latina busca retirar essa perda da “maior exploração do trabalhador”. Nas palavras de Marini (2010, p. 149),

Os três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que ali se realizam de fato. Mais que na indústria fabril, na indústria extrativa e na agricultura os efeitos do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem o capital adicional.

O Estado no capitalismo periférico procura manter seus privilégios, elevando o nível da superexploração do trabalho e da fragilização dos direitos trabalhistas que constituem condição para o desenvolvimento do capitalismo na periferia. Além de compensar os prejuízos das trocas desiguais na superexploração do trabalhador, a economia dependente vai direcionar grande parte dos recursos do fundo público, destinado a financiar as políticas sociais, para manter as relações comerciais com os países centrais. Para manter as relações comerciais com o capital estrangeiro, o Estado tem esvaziado o fundo público para pagar a dívida gerada dessa dependência. Fundo público já fragilizado, devido a intensificação da desocupação estrutural e da informalidade (Ennes, 2012). Ou seja, menos trabalhadores, menos contribuições e recursos para financiar essa política social, maior responsabilização da família.

Em 2021, mesmo em tempos de tentar recuperar os prejuízos decorrentes da pandemia da Covid-19, o governo brasileiro transferiu a maior parcela dos recursos do Fundo Público para o pagamento de juros e a amortização da dívida pública (Figura 01).

Figura 01: Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$3,861 trilhões



Fonte: Fattorelli e Ávila, 2022.

O esvaziamento do fundo público no polo de financiamento dos bens e serviços sociais torna-se crucial para cobrir as exigências que são postas às peculiaridades do capitalismo periférico dependente. O que representou grande retrocesso nos direitos dos trabalhadores brasileiros e maior penalização dessa classe, principalmente, dos trabalhadores menos abastados. Nesse contexto, o poder centralizador do Estado brasileiro se coloca como principal protagonista da crise da política social.

Segundo Boschetti e Behring (2021), os direitos trabalhistas (como licença maternidade) e os direitos previdenciários (como seguro desemprego, a aposentadoria, pensões e auxílios doença e reclusão) para os contribuintes, são fundamentais na reprodução da força de trabalho, principalmente, com o aumento do desemprego no Brasil. A própria política de Assistência Social, não contributiva, tem sido muito demandada com a precarização das condições de trabalho e vida da população brasileira. Apesar da demanda aumentada por essas políticas sociais, muitas famílias são excluídas desses direitos, em decorrência da crise dos padrões de seguridade social, mais acentuada com a reforma do Estado, que tende a reforçar a proteção social como uma atribuição da família.

De acordo com Alencar (2012) e Egler, Polônio e Moura (2012) variados estatutos legais em vigência no país, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso, dentre outros, reforçam a família enquanto espaço de proteção social. A família tem sido responsabilizada pela formação social, desenvolvimento de seus membros e pela presença dos seus componentes adultos no mercado de trabalho.

Engler, Polônio e Moura (2012) destacam que “a divisão social do trabalho, a produção flexível, a entrada da mulher no mercado de trabalho e a diminuição da taxa de natalidade” (p. 201) influenciam na identificação de famílias e grupos, novas formações familiares e a necessidade de uma reformulação das políticas sociais, que trate individualmente os componentes da família no momento de acesso ao direito. No Brasil, a família perpassa a política vigente e toma para si questões de ordem pública, societária e estatal, sendo responsabilizada pela manutenção da saúde e sobrevivência de seus membros. Horst e Miotto (2021, p. 10), nesse sentido, explicitam

[...] a família é alçada à condição de instituição que estrutura a sociedade capitalista (“a família é a base da sociedade”), donde as determinações advindas da lei geral da acumulação capitalista, da exploração do trabalho, devem ser explicadas a partir dos modelos familiares que não seguem o padrão patriarcal-monogâmico burguês e/ou pelo desvio moral de seus membros, mas nunca como expressões de uma sociabilidade estruturada na violência, exploração e opressão.

O projeto político-ideológico volta sua atenção à classe trabalhadora e suas famílias, em busca de consolidar o chamado *ethos* burguês, assentado na valorização do trabalho sob um padrão moral, que coloca a família como pilar da nação. A família aparece como elo entre o homem e o Estado, bem como entre o Estado e o homem, tomando espaço, segundo Alencar (2012), em diversas áreas da prática social, médica e jurista.

A centralidade da família na reprodução da força de trabalho vincula-se diretamente a aspectos ideológicos e materiais. Para Alencar (2012) existe relação direta entre família e ideologia, gerando consciência sobre os indivíduos. A figura do trabalhador dócil e disciplinado surge neste contexto, que responsabiliza a família pelo disciplinamento da classe para a indústria emergente no país, em seu interior, os padrões da sociedade capitalista são reproduzidos na medida em que, segundo Mészáros (2012), hierarquiza, discrimina e violenta os seus membros. A organização da produção material cobra do trabalhador e sua família coesão, tal socialização, reforça na família uma nova ética sobre as relações afetivas, de trabalho e lazer.

Na passagem do século XX para o XXI, o pensamento católico e positivista primava a família, ao desenvolver uma propagação do familiarismo que carrega consigo o discurso da valorização do trabalho.

No Brasil, ambos o familiarismo e a valorização do trabalho fornecem insumos suficientes para a articulação de uma política de normatização e disciplinamento das classes trabalhadoras urbanas, cujo conteúdo se expressava na disciplinarização do espaço urbano, no controle das

unidades habitacionais e na regulação dos corpos e afetos. (Colbari, 1995 apud Alencar, 2012. s/p).

Para a interiorização do modo de vida ligado à racionalidade, emergente neste contexto, a família assume papel fundamental, uma vez que o Estado, ao gerir e regulamentar os conflitos e as relações de trabalho, segundo Alencar (2012), passou a reconhecer a “questão social”, dada a amplitude dos conflitos gerados no seio das famílias e institucionalizou a relação capital/trabalho, assumindo papel de mediador.

O aumento da precarização do trabalho, advindo da inserção tardia do país no processo de reestruturação econômica mundial contribui para o desassalariamento e o alargamento da questão social, em um contexto de incentivo à informalidade. Estas mudanças no mundo do trabalho impactam diretamente a vida das famílias e dos trabalhadores, “fragilizam ainda mais as clássicas estratégias de sobrevivência das classes trabalhadoras pobres” (Alencar, 2012. s/p), corroboram para adoção de empregos precários e sem garantias, muitas vezes insalubres.

Para o capital, na forma de Estado, a interferência estatal só faz sentido à medida que gera lucro, em contrapartida, o processo de expulsão dos trabalhadores do mercado de trabalho aumenta com a ânsia de aceleração da supercapitalização. Nesse sentido Behring (2009) demonstra que, o capital na busca da manutenção dos lucros, principalmente, em países de capitalismo tardio, aumenta a exploração da força de trabalho, aciona o exército industrial de reserva, gerando o desemprego estrutural aprofundado no contexto brasileiro durante as últimas décadas. Com o advento do setor de serviços parte desta força de trabalho sobressalente foi absorvida, entretanto, ainda de forma limitada.

Na década de 80, a perspectiva da cidadania salário veio à tona novamente no cenário político do Brasil como pauta de discussão, em um contexto de forte pressão democrática e, também, de empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias, a questão do avanço da universalização da proteção social, a redução das desigualdades internas aos sistemas e a maior efetividade social do gasto. (Alencar, 2012, s/p)

O afastamento do trabalho assalariado surge na contramão ao que a sociedade salarial conquistou ao longo dos anos no território brasileiro, como por exemplo, da tributação do trabalho por meio da seguridade social paga por seu empregador. Segundo Alencar (2012), o pagamento de impostos pelo trabalhador contribui para garantir proteção social mais ampla e para a manutenção da condução da economia.

A flexibilização das relações de trabalho, ligada às exigências de racionalização produtiva, impactam no papel econômico e social do Estado que abandona o status de promotor e articulador do desenvolvimento social e econômico no país. Este movimento caracteriza as regulações do mercado sobre o Estado, inserindo o Brasil na lógica da “modernização”, que nada mais é do que a interrupção do processo de regulação social, como ensina Alencar (2012).

Com o advento do pensamento neoliberal na década de 1990, há a hegemonia da negação do trabalho assalariado no Brasil e passa a haver a realização de qualquer trabalho, indo contra os avanços assegurados na CF 88, deferindo estratégias fortemente ofensivas sobre os direitos sociais e o mundo do trabalho. Segundo Behring (2009), o discurso paternalista alargado durante o Welfare States dizia que o trabalho deve ser regulado a partir da demanda dos trabalhadores e seu interesse pessoal, para além dos interesses dos empregadores, sendo de sua inteira responsabilidade a adesão ao mercado de trabalho e a venda de sua força laboral, o neoliberalismo utiliza desse pensamento no ataque às políticas sociais.

A sociabilidade brasileira ao ser fundada na precariedade da vida social, constrói materialidade para o caráter familista das políticas sociais. No neoliberalismo, há o aprofundamento dessa perspectiva de responsabilização onde a família e o Estado passam a dividir a proteção social, Alencar (2012). Afinal, as famílias socializadas a suprirem as demandas de seus membros, ao serem incluídas nas agendas das políticas sociais, passam por uma regularização da atuação, cobrindo as lacunas deixadas pelo Estado.

O aumento da carga horária trabalhada para suprir os déficits deixados pelo trabalho informal ou pelo baixo valor de compra do salário no Brasil, traz reflexos diretos para as famílias, com maior adoecimento e a diminuição da perspectiva de vida de seus membros em acordo com Horst, (2015), em um contexto de entraves ao acesso da política social que deveria fornecer meios para sobrevivência e recolocação da força de trabalho no mercado.

Neste ínterim, o Estado opta por institucionalizar medidas para a privatização de políticas sociais, principalmente a Saúde e a Previdência Social, diante de uma conjuntura de ampliação da precarização, flexibilização e desemprego, palco para alargamento das legislações que garantem direitos sociais ao trabalhador. Portanto, com o aumento do desemprego e a diminuição de recursos provenientes do Estado brasileiro para financiar as políticas sociais, a família passa a ser referência direta de acesso a bens

e serviços pelos seus componentes. Em outras palavras, este descompromisso do Estado com a incorporação dos trabalhadores no processo de trabalho e com a garantia de acesso aos direitos sociais exige a responsabilização da família que reassume seu papel tradicional de proteção, recebendo responsabilidade sobre o sucesso ou fracasso de seus membros, o que segundo Alencar (2012), é quase natural ao contexto brasileiro.

As reformas mais amplas no sistema de proteção se deram em decorrência da necessidade da manutenção dos lucros em tempos de crise econômica. E para justificar a precarização das políticas sociais, o Estado contou, mais uma vez, com o neoliberalismo. De acordo com Alencar (2012), “a pressão neoliberal pelos ajustes fiscais na busca de redução dos gastos públicos levou a uma reorientação dos gastos sociais, em níveis macroeconômicos”. As políticas e os programas sociais tornaram-se focalizados e compensatórios e, mesmo restritos aos pobres e vulneráveis, excluem muitos desses sujeitos.

A privatização dos serviços de saúde, educação e previdência, convive com aspectos assistencialistas dos programas sociais e as novas formas de gestão das políticas sociais, que descentraliza e municipaliza as ações, alargando a pobreza e miséria no país. No padrão de acumulação capitalista contemporâneo, as relações entre capital e Estado se tornam mais estreitas, a taxa de lucro e sobrevivência do mercado demandam ainda mais do dinheiro público.

Exemplo disso é a instituição da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instaurou um novo regime fiscal e um novo regime próprio à Seguridade Social, congelando por 20 anos os limites constitucionais para investimentos com Saúde, Educação, Assistência Social, Defensoria Pública, dentre outros. Também, a aprovação da contrarreforma trabalhista em julho de 2017, que engloba desde a elevação da jornada de trabalho, passando pela terceirização plena até o trabalho intermitente. Quanto à nova contrarreforma da Previdência Social, a proposta configurou-se em uma “afrenta social e visa sua entrega ao capital financeiro.” (Silva, 2018. p. 13).

As propostas da contrarreforma, enviadas em 2017 à Câmara dos deputados, diziam respeito à Seguridade Social geral, atacando a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde. Visavam burocratizar o acesso aos direitos por elas fornecidos.

O Brasil ao ser governado através da ótica ultraneoliberal conservadora, acompanhada de um discurso antidemocrático, que demonstra aversão às políticas sociais, caracterizado por um Estado totalmente submisso ao capital estrangeiro, do ano

de 2018 até 2023, possibilitou a tramitação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição 06 - PEC nº 06, de 20 de fevereiro de 2019.

Nesse momento, a respeito do papel das políticas sociais, o Estado brasileiro buscou modificar a política de Previdência Social, sob a alegação de restabelecer, a longo prazo, equilíbrio fiscal entre receitas e despesas públicas e, com isso, gerar crescimento econômico e social. Porém, de acordo com o DIEESE (2019), a real intenção seria modificar constitucionalmente os fundamentos da Seguridade Social, instaurados em 1988 e vigentes até 2023, alterar os princípios ligados à universalidade, solidariedade e sortimento público de proteção social, privatizar a previdência social e adotar um caráter individualista e focalizado para as políticas sociais, criando condicionalidades ao acesso. Segundo Mészáros (2012), “a família se torna um dos principais eixos das políticas sociais enquanto instituição”, afinal, cabe a ela amparar o indivíduo, aquém de qualquer outro aspecto subjetivo que possa permear a convivência de seus membros, como brigas pessoais, mal trator, baixo poder aquisitivo.

Diante disto, temos que o Estado a cada contrarreforma assume um caráter mais seletivo e excludente. O trabalhador, com acesso a rendas mínimas, insuficiente para a manutenção de sua subsistência, não tem acesso às políticas sociais contributivas (previdência social) e torna-se dependente das políticas de distribuição de renda (assistência social), ficando à margem do sistema. A família resta seu papel enquanto aparato para suprir as lacunas deixadas pelas políticas sociais na interação com os indivíduos e suas demandas.

Essas reformas buscam modificar as regras de acesso e os benefícios oferecidos pela previdência, tornando-as mais restritivas e seletivas. Resultando na maior burocracia para acesso aos benefícios previdenciários, além da redução do valor e da duração dos pagamentos, afetando diretamente a segurança financeira dos trabalhadores e aposentados. Em outras palavras, as contrarreformas do Estado têm um impacto significativo na política de previdência social e, por consequência, no INSS.

Essas mudanças geram sobrecarga no instituto e ampliam o desafio permanente de lidar com o aumento da demanda e a redução dos recursos disponíveis. Tornando mais seletivos e excludentes, limitando o acesso e reduzindo os benefícios disponíveis. Gerando uma pressão adicional sobre os trabalhadores que dependem desses programas para sua subsistência e aos servidores responsáveis pelo trabalho na autarquia.

2.2: História de racionalização do trabalho no INSS

Por tratar de um espaço de efetivação de uma política pública, o Instituto Nacional de Seguro Social não pode ser analisado sem considerar o jogo de interesses, a correlação de forças, as lutas sociais, as conquistas populares e as concessões do Estado.

Conforme Ennes (2012), o processo de construção da Previdência Social no Brasil, do seu início até a Constituição Federal de 1988, seu marco enquanto política inscrita no tripé da Seguridade Social, enfatiza diferentes processos sócio-históricos. O sistema de proteção social surgiu para afirmar as relações entre capital e trabalho, buscando atender de forma básica as demandas proletárias e manter a acumulação capitalista. Como o Brasil possuía particularidades referentes à sua localização geopolítica, econômica e social em relação ao restante do mundo, as características de seu capitalismo dependente, assim como mencionamos no item anterior deste trabalho, contornaram a constituição e o desenvolvimento da Previdência Social no país³³ e, por consequência, do INSS.

Ao desenvolver-se de forma “privada/voluntária/beneficente, passando pela mutualidade e chegando ao intervencionismo estatal” (Ennes, 2012. p.50), a Previdência Social brasileira enquadrou-se em padrões mundialmente adotados. De acordo com Ennes (2012), a promulgação da Lei Eloy Chaves (1923) compreende o marco inicial da Previdência Social brasileira já que foi a partir da referida lei que foi criado um sistema de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e o seguro social, inicialmente voltado para trabalhadores inseridos em companhias ferroviárias que possuíssem número de funcionários superior a cinquenta. Para as companhias com menos funcionários, a aplicação da referida lei era facultativa. Este sistema concedia o direito à assistência médica e aposentadoria por tempo de serviço, senilidade e invalidez aos seus segurados, bem como pensão e auxílio funeral aos familiares. A garantia desses direitos representava uma resposta às lutas sociais e greves dos trabalhadores, que mantiveram a economia exportadora de café funcionando. Esse seguro social incluiu apenas os marítimos e portuários, em 1926 e outros nichos de trabalhadores formais entre 1928 e 1936.

As CAPs foram substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), na década de 1930, com o avanço da indústria brasileira e as mudanças da conjuntura política e econômica desse país. As CAPs foram reestruturadas devido à

³³ Na legislação previdenciária há uma diferenciação entre o trabalho urbano e o trabalho rural, desse modo, o acesso às garantias fornecidas por essa lei varia entre os tipos de trabalhadores. Os benefícios rurais, em sua maioria, são acessados através do judiciário, segundo Beschizza (2023).

nova roupagem assumida pelo governo, entre 1930 e 1940, com a substituição das importações a partir da instalação de um parque industrial brasileiro. O que exigiu maior intervenção do Estado no campo econômico e político, modificando a relação entre Estado e sociedade.

Segundo Faleiros (2000), as contribuições e os benefícios variavam conforme demandas de cada Instituto, o que gerava uma não homogeneidade na qualidade do amparo social prestado. Para padronizar a institucionalização do seguro social, o governo Vargas buscou controlar os IAPS e sancionou uma reforma no sistema previdenciário. O projeto apresentado no referido governo propunha centralizar a Previdência através da elaboração do Instituto de Serviços Sociais (ISS) com traços do modelo Beveridgiano consolidado na Inglaterra. Não obtendo êxito a partir da criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), no governo de Juscelino Kubitschek. Para unificar e uniformizar os benefícios prestados pelos IAPs, a LOPS incorporou ao quadro de assistidos, pela lei previdenciária, os trabalhadores autônomos. Além disso, definiu tempo mínimo para aposentadoria, divergente entre homens e mulheres (60 anos mulheres, 65 homens) e incluiu outros benefícios e serviços, tais como, o serviço social e a alimentação.

Com a ideia de modernizar o Estado, em 1966, os IAPs foram unificados e deram origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ao mesmo tempo que se modernizou o Estado, retirou os mecanismos de decisões das mãos dos trabalhadores, como destaca Ennes (2012). No período ditatorial (1964 e 1985), segundo Gentil (2006), a Previdência sofreu uma grande reforma, com numerosas mudanças, que incluíam cortes de pessoas, terceirizações do trabalho e adoção de tecnologias visando aumentar a produtividade e diminuir a burocracia das empresas.

O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), criado em 1977, adotava uma medida de gestão para proteção social, cabendo a ele a concessão e manutenção de benefícios, prestação de serviços, custeio de atividades e programas, gestão administrativa, financeira e patrimonial da Previdência Social, elenca Ennes (2012).

Na década de 1970, o país passava por um período instável no que concerne à economia, marcado pela falência do “Milagre Brasileiro” e por crises internacionais do petróleo, entrando em recessão, aumentando o desemprego e a pauperização. Também enfrentando o estreitamento dos movimentos populares em favor das liberdades democráticas, através de organizações político-sindicais e populares.

O marco dos anos de 1980, com a queda do regime militar, foi a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Neste período, com a adesão das novas legislações implementadas pela constituição, o processo de ordenamento geral da Seguridade Social no país se consolidou. A Seguridade Social se efetivou como um conjunto integral de ações, sendo seu tripé a Saúde, Previdência e Assistência Social, garantindo que estes direitos fossem ações e iniciativas dos poderes públicos. A Previdência passou a adotar o modelo bismarckiano, a Saúde e Assistência do modelo Beveridgeano, caracterizando uma Seguridade Social baseada na lógica do seguro social.

Na década de 1990, ainda sob o governo Collor, as reformas sob o prisma do neoliberalismo ganharam destaque. Voltadas para o mercado, essas reformas visavam estabilizar a moeda e privatizar os mecanismos do Estado. Resultando em uma previdência pública mínima e básica. Essas exigências tinham como objetivo final que o Brasil acompanhasse a nova ordem econômica mundializada. A previdência foi consolidada como seguro após a transformação, em 1990, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em Instituto Nacional do Seguro Social (Decreto nº 99.350, de 27 de junho), fundindo os IAPAS com o INPS. A previdência social deu espaço para o Seguro Social, adotando a lógica securitária. O INSS, enquanto autarquia federal relacionada ao Ministério da Previdência Social (MPS), foi designado a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais, que tem como meta “garantir proteção aos cidadãos através do reconhecimento de seus direitos”, por meio da execução da política de previdência social (Brasil, 2023. s/p).

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o INSS passou por transformações significativas em seus processos e estrutura organizacional, muitas vezes em resposta a políticas governamentais que enfatizavam a redução de custos, a eficiência e a privatização de serviços. Essas mudanças frequentemente resultaram em reestruturações, cortes de pessoal, terceirizações e adoção de tecnologias visando aumentar a produtividade e diminuir a burocracia.

A racionalização do trabalho vai impactar na previdência social, na medida em que implicou em consequências para o quadro de funcionários do INSS, ainda em 1990. Durante o alargamento das iniciativas de cunho neoliberal, adotadas, inicialmente, no Governo FHC. Quando outro aspecto importante da racionalização do trabalho no INSS durante o plano de modernização de FHC foi a reestruturação organizacional e a descentralização administrativa. Isso incluiu a criação de agências da Previdência Social

em todo o país, buscando uma maior proximidade com os segurados e uma melhor distribuição dos serviços previdenciários. A ampliação dessas iniciativas ganhou força com os estudos elaborados pela direção do instituto na busca de implementar as novas medidas de controle do funcionalismo público. O que implicou na proposição, no início dos anos 2000, de um projeto de modernização voltado à previdência.

Segundo Prado e Duarte (2015), os impactos negativos da proposta de modernização da previdência social, que aumenta a exploração do trabalhador a partir do controle de gastos e das restrições de direitos, não chega à sociedade. A explicação dada para a população geral sobre a implementação do Projeto de Modernização da previdência, visava camuflar o principal objetivo do projeto de racionalização, atrelado ao aumento da exploração do trabalho, na busca por controle de gastos e restrição de direitos. Explicação que reforça o quanto o Projeto de Modernização da previdência tem o potencial de melhorar o atendimento nas agências do INSS; efetivar a política de previdência social; reduzir filas de atendimento de usuários e combater fraudes.

As novas medidas da proposta de modernização da previdência foram implementadas sob o pretexto de manter “foco no cidadão e na humanização do atendimento” de “dar ‘resolutividade’ às inúmeras demandas dos cidadãos e de facilitar o acesso aos direitos, por meio de atenção constante ao atendimento – aos processos de gestão, ao acompanhamento de metas, às tecnologias envolvidas, às dimensões do quadro de pessoal, às políticas de futuro” (Dataprev, 2013, p. 8). As medidas para modernização do INSS voltavam-se aos seguintes eixos: mudanças organizacionais, gestão de pessoas e de processos e melhoria da tecnologia de informação, como informa o Dataprev (2013).

Conforme Prado e Duarte (2015), para as mudanças organizacionais, dois tipos de ações foram efetivadas: alteração do organograma da instituição, que aproximou os trabalhadores de diferentes setores e níveis hierárquicos e incorporação dos setores de arrecadação e fiscalização previdenciária à Receita Federal, cabendo ao INSS apenas a concessão e manutenção dos benefícios. Para a gestão de pessoas e processos, houve incentivo aos desempenhos a partir da implementação e ampliação dos aspectos meritocráticos e da propagação da ascensão profissional (Prado e Duarte, 2015 e Souza e Anunciação, 2020). Também, houve a profissionalização da gestão, em busca de alcançar resultados a partir de critérios de mérito, mensuração de resultados e de mais eficiência ao sistema. Para melhorar tecnologias de informação, foram criados novos

meios para informatizar as etapas do processo de trabalho. O que implicou, segundo Souza e Anunciação (2020, p. 228-229), em:

possibilidade do teletrabalho e de todo acesso à previdência social pelo sistema digital no INSS e do E-Social, sendo que esse último sistema permite amplo cruzamento de dados das informações dos segurados. Tais agenciamentos levarão o sistema de previdência social a uma nova configuração, que, como bem exposto pelo depoimento, caminha para a extinção da autarquia previdenciária.

Para Prado e Duarte (2013) e Souza e Anunciação (2020) a adoção dessas mudanças agregou, ao contexto do INSS, diferentes ferramentas e atribuiu a elas um constante processo de aprimoramento na busca de alcançar os objetivos propostos pelo Projeto de Modernização da Previdência Social. Esses autores elencam as seguintes mudanças como as de maiores relevância e impacto na vida dos trabalhadores:

- 1- Sistemas informatizados: estes têm sido uma das ferramentas com maior investimento ao longo dos anos no INSS. Atualmente eles não apenas processam informações dos segurados da previdência e seus benefícios, mas controlam toda a execução do trabalho dos trabalhadores da instituição mediante o controle da duração de cada atendimento prestado, da quantidade de atendimentos realizados durante a jornada de trabalho, do alcance de metas institucionais e do registro de entrada e saída diária da jornada de trabalho;
- 2- Aumento da jornada de trabalho: em 2009 a jornada de trabalho do servidor passou de seis para oito horas diárias. Posteriormente, diante de muita pressão da categoria implantou-se o sistema ininterrupto de atendimento, caracterizado pela realização de dois turnos de seis horas diárias cada um. Entretanto, para que os servidores tenham direito a este benefício cada Agência da Previdência Social (APS) precisa estar dentro das metas impostas pela instituição. A cada seis meses, cada APS é reavaliada e caso não tenha cumprido as metas perde o direito a realização dos turnos de seis horas. Caso a APS atinja novamente as metas, pode ou não ter reestabelecido o turno de seis horas, tudo irá depender da gerência que pode decidir pela execução ou não da jornada diferenciada;
- 3- Implantação de sistema de gratificação vinculado ao cumprimento de metas institucionais e ao desempenho individual: as APS precisam cumprir semestralmente metas previamente definidas no plano de ação institucional. Caso não as cumpram pode haver um impacto sobre a remuneração do servidor com o desconto de uma porcentagem do valor pago. Há ainda a gratificação de desempenho individual, que submete cada servidor a uma avaliação semestral por parte da gerência da APS, avaliando-se sua assiduidade, desempenho, colaboração e etc. (Prado e Duarte, 2015, p. 165)

No período entre a formulação do Projeto de Modernização e sua efetivação, que compreende os anos de 2000 a 2015, o INSS passou por significativas mudanças rumo a informatização, marcadas por avanços na modernização dos seus sistemas e processos operacionais. Foram implementados projetos para a digitalização de documentos e

automação de processos internos, visando aumentar a eficiência e reduzir o tempo de tramitação dos benefícios (Prado e Duarte, 2015; Sousa e Anunciação, 2020 e Abramides e Cabral, 2003). Ao longo dos anos, o INSS expandiu seus serviços online, possibilitando aos segurados realizar consultas, agendamentos e requerimentos de benefícios através da internet. Além disso, foram desenvolvidos sistemas integrados de gestão previdenciária, permitindo uma melhor coordenação e monitoramento das atividades do instituto.

Essas mudanças avançam ainda mais a partir de 2016, durante o governo Temer, quando foram instituídas medidas mais amplas de racionalização do trabalho, como programas de demissão voluntária, reestruturações administrativas e cortes orçamentários mais drásticos, se tornaram mais evidentes e controversos. Essas iniciativas foram parte de um esforço mais amplo para reorganizar e modernizar o INSS, mas também geraram preocupações sobre os impactos negativos sobre os serviços prestados e sobre os próprios servidores públicos.

A racionalização do trabalho vai impactar sobre o quadro de funcionários do INSS a partir de 1990, no momento de alargamento das primeiras iniciativas de cunho neoliberal, como visto nos tópicos anteriores, entretanto, somente em 2016, durante o governo Temer, as iniciativas voltadas a expansão desse processo se tornam visíveis para a sociedade civil, gerando impacto no atendimento e na forma de acesso aos benefícios.

A informatização também trouxe melhorias na comunicação entre as agências do INSS, facilitando o compartilhamento de informações e a prestação de serviços de forma mais ágil e eficaz. No entanto, apesar dos avanços, o processo de informatização enfrentou desafios, como a necessidade de atualização tecnológica constante e a garantia da segurança e privacidade dos dados dos segurados. Na compreensão de Souza e Anunciação (2020), as mudanças introduzidas a partir do projeto de modernização da previdência implicaram, a longo prazo, em redução do trabalho vivo e, por conseguinte, em fechamento das agências físicas voltadas ao atendimento dos usuários da previdência social no Brasil.

Além de explorar a força de trabalho, a racionalização do INSS implicou em desmobilização do atendimento presencial nas agências, na medida em que este atendimento passou a ser realizado por computadores e tecnologias. Principalmente durante o período pandêmico vivenciado no ano de 2020, com a aprovação da Portaria nº412, de 20 de março, que estipulou “o exercício de atividades remotas pelos

servidores durante o período de restrição de atendimento ao público”, sob o pretexto de garantir “a máxima eficiência no atendimento aos serviços oferecidos aos cidadãos. (Brasil, 2020. s/p).

Para Alves (2013), a mecanização do atendimento do INSS afetou, diretamente, a noção de universalidade atribuída à previdência social, pela CF/88. Na medida em que o movimento de exclusão de trabalhadores e usuários das agências físicas tende a desumanizar e a desqualificar o atendimento, dificultando o acesso do trabalhador aos direitos previdenciários.

Alves (2013) elucida que presenciamos uma crise do trabalho vivo e sua deterioração social, por efeito da “exploração e espoliação da sua corporalidade viva (corpo e mente) pelo capital.” (Alves, 2013. p. 15). Trata-se da busca pelo rompimento da razão salarial e dos direitos trabalhistas, com conseqüente queda da razão social do trabalho.

Para Antunes e Praun (2015), a nova divisão internacional do trabalho associada à imposição do manejo de instrumentos tecnológicos e virtuais, traz consigo novas manifestações de adoecimento laboral. Esta relação pode ser notada, principalmente, no interior de organizações que se utilizam de sistemas informacionais, robôs e formas de comunicação sofisticadas, o que nos retorna ao supramencionado processo de racionalização da previdência social, que passa a exigir de seus trabalhadores novas competências, divergentes das técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas adquiridas em suas graduações e profissionalizações.

Apesar de mais evidente na atual conjuntura brasileira, este processo de ampliação da precarização do trabalho vem sendo alargado desde 2008, na nova fase da crise estrutural do capitalismo (Antunes, 2013. p.19), com aprofundamento da corrosão das condições de trabalho, sob respaldo do governo.

Para Abramides e Cabral (2003), a maior precarização das condições de trabalho com demissões frequentes, trabalhos esporádicos, desemprego, terceirização, restrições de direitos trabalhistas e sociais, potencializa possibilidade de adoecimento da classe trabalhadora. O que reflete no aumento do quadro de doenças físicas, mas também, doenças psíquicas dos indivíduos, como crises de ansiedade e distúrbios emocionais (Abramides e Cabral, 2003. s/p).

Os autores supracitados destacam, ainda, que o movimento do capital que incentiva a transferência de atividades produtivas para o interior das residências dos trabalhadores a partir da terceirização e da adoção do trabalho remoto, influem

diretamente na vida social, com o que eles denominam ser uma “barbarização diretamente atrelada às relações saúde-doença” (Abramides e Cabral, 2003. s/p).

A precarização das formas do trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas expressas, sobretudo, nas contrarreformas da previdência social, demonstram a ânsia do capital financeiro e do Estado em dominar a classe-que-vive-do-trabalho ³⁴(Abramides e Cabral, 2003. s/p).

As ofensivas do capital financeiro, atingem não somente a precarização às relações trabalhistas, mas também, a previdência social enquanto política em si, que impactam sobre as condições de trabalho dos servidores do INSS, na medida em que buscam desestruturar o sistema de proteção social. A precarização do INSS compromete a competência desse instituto de operacionalizar o reconhecimento dos direitos dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Bem como de manter o caráter contributivo e obrigatório de adoção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como descrito no art.201 da Constituição Federal de 1988.

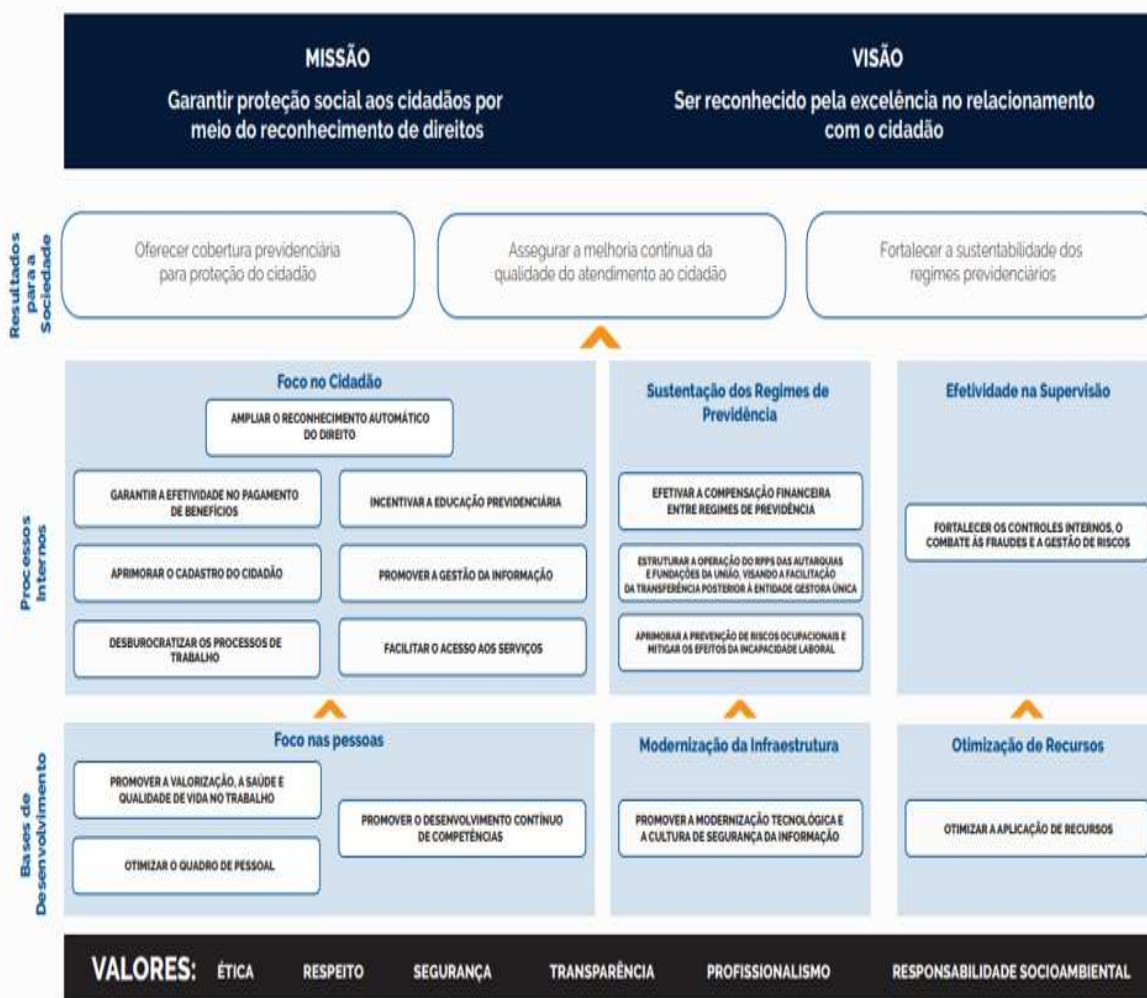
O que enfraquece o compromisso do INSS, de prestar como organização pública, serviços previdenciários para a sociedade brasileira. E fragiliza a missão do INSS de garantir proteção social aos cidadãos por meio de reconhecimento de direitos e de manter excelência no relacionamento com o cidadão, por meio da ética, segurança, transparência, profissionalismo e responsabilidade socioambiental.

³⁴ Uma ideia ampla do que seria a classe trabalhadora, agregando em seu interior o "trabalho produtivo, presente na indústria, agricultura e os setores de serviços, privatizados pela lógica do capital financeiro, como aqueles assalariados improdutivos, que não geram mais-valia, mas que são imprescindíveis no processo de trabalho capitalista e vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos(as) trabalhadores(as) produtivos." (ANTUNES e PRAUN, 2015. p. 408).

MAPA ESTRATÉGICO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

2022
2023



Fonte: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – Gov.br (2023).

Como fica evidente no mapa acima, o INSS possui uma estrutura baseada nos princípios da racionalização de Taylor, buscando a sistematização e divisão dos trabalhos de forma efetiva e a serem desenvolvidos em pares. Nesse sentido, Brasil (2023b), esclarece que o Estado, ainda sob o projeto de Modernização criado por FHC, reafirma a importância da informatização do espaço e do acesso ao INSS, na

procura de preservar a integridade da qualidade do atendimento a essa clientela, que o Instituto (INSS) vem buscando alternativas de melhoria contínua, com programas de modernização e excelência operacional, ressaltando a maximização e otimização de resultados e de ferramentas que fundamentem o processo de atendimento ideal aos anseios da sociedade em geral. (online).

Outro destaque fica por conta dos esforços para a precarização da política, do seguro social, dado o aprofundamento do processo de contrarreformas a partir de 2020. Nesta direção, tem-se como informa o SINDPREV-AL (2021), a contratação de militares aposentados e de empresas terceirizadas para cargos administrativos dentro do INSS, instituída a partir da Portaria nº 315, de 25 de outubro de 2021.

No ano de 2022, a FENASPS emitiu nota acerca de falhas preocupantes do ministro do Trabalho e Previdência, Jose Carlos Oliveira, que participou com gerentes da Superintendência Sul do INSS, em um evento, onde falou da possibilidade dos funcionários deste Instituto trabalharem em horários variados (incluindo a noite, finais de semana e feriados) e reconheceu esta flexibilização do trabalho como mudança de interesse dos próprios(as) servidores(as).

De acordo com o referido ministro, a flexibilização do trabalho no INSS traria de um benefício aos funcionários(as), que não estavam alcançando as metas de trabalho e gerando problemas estruturais ao sistema da previdência (FENASPS, 2022). Nas palavras deste ministro que associa a instabilidade do INSS ao trabalho humano, “os sistemas do INSS caem durante o dia e quando não caem, ficam lentos e instáveis” (FENASPS, 2022, s/p). A FENASPS (2022) vai contrapor estes argumentos ao defender que:

Diferentemente da fala do ministro, as jornadas extensivas e extenuantes, sem horário ou dias definidos de trabalho, têm levado a categoria ao adoecimento e à morte, conforme os dados do próprio INSS apresentados na reunião com a DGP no último dia 6 de abril. Apenas nos últimos quatro anos, foram apresentados 31 mil atestados médicos, 25 mil deles com período superior a 15 dias de afastamento. Nos locais de trabalho há diversos relatos de esgotamento mental, e inclusive de suicídio de trabalhadores(as) do INSS (FENASPS, 2022, s/p).

Deste modo, os trabalhadores do INSS estão envolvidos na seguinte dualidade: mediam o acesso aos direitos previdenciários de trabalhadores de todos os segmentos e, também, são usuários da política que atuam. Contribuem para penalizar o acesso aos direitos previdenciários e são diretamente atingidos por essa penalização, na medida em

que são subordinados às tecnologias da informação. Segundo Souza e Anunciação (2020, p. 228-229), “a contrarreforma da previdência social em curso e a interação do acesso ao sistema via estrutura on-line, cria dificuldades nas condições materiais e de infraestrutura para o acesso aos direitos e benefícios previdenciários, enquanto estrutura física, tal como a conhecemos”.

Na busca de implantar a lógica de mercado no âmbito estatal, o Estado incentiva a racionalização informatizada e o trabalho flexível às custas da superexploração da força de trabalho

Sob essa perspectiva, a precarização do trabalho, decorrente do processo de racionalização do INSS pode ter impactos significativos na saúde do servidor público. A busca por eficiência e redução de custos muitas vezes leva à sobrecarga de trabalho, aumento da pressão por produtividade e diminuição das condições laborais adequadas, como elencam Abramides e Cabral (2003). Em última análise, a precarização do trabalho no INSS não apenas compromete a qualidade dos serviços prestados aos segurados, mas também coloca em risco a saúde e a qualidade de vida dos servidores públicos, como evidenciado em seguida.

CAPÍTULO 3

RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL DE VIÇOSA-MG

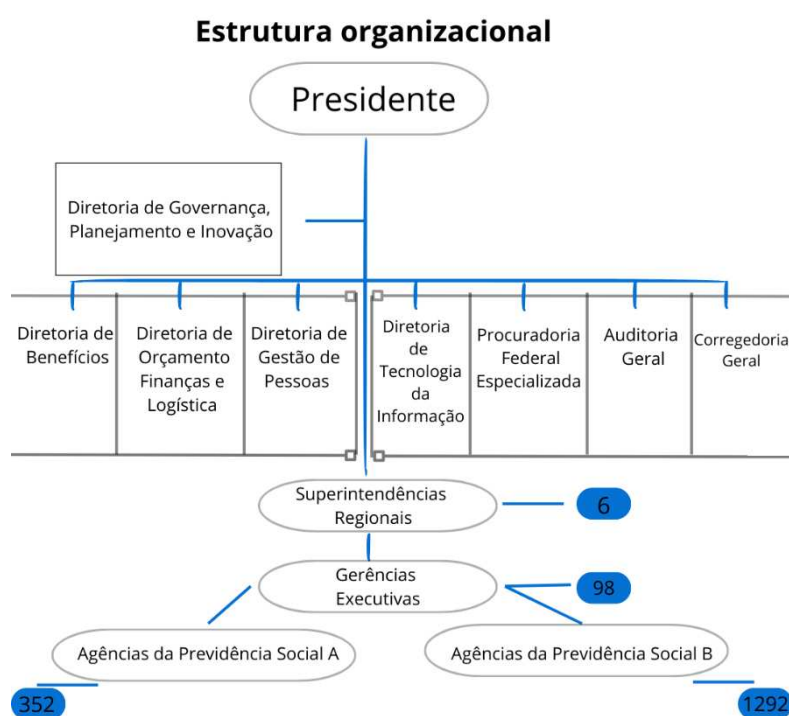
O presente capítulo apresenta os dados quali-quantitativos coletados através dos bancos de dados disponíveis para consulta no site do governo federal e dos questionários aplicados a quatro funcionários aposentados e um ativo da agência de INSS de Viçosa-MG.

3.1. Racionalização e flexibilização do trabalho nas condições de saúde de trabalhadores do INSS de Viçosa-MG.

Para analisar os impactos da racionalização e flexibilização do trabalho nas condições de saúde dos servidores públicos alocados na agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Viçosa - MG, buscou-se inicialmente discorrer sobre a estrutura organizacional das agências e da gerência do INSS no Brasil. Para gerir e operacionalizar serviços previdenciários no Brasil, o INSS conta com uma unidade central em Brasília e diversas unidades de atendimento, que inclui agências da

Previdência Social, postos de atendimento e unidades de análise de benefícios. O INSS³⁵ tem em sua estrutura organizacional setores organizados hierarquicamente. A presidência como instância de maior poder, responsável pelo funcionamento de toda a estrutura do INSS. Abaixo da presidência está a Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação que controla outras quatro diretorias (de Benefícios; de Orçamento, Finanças e Logística; de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação), a Procuradoria Federal Especializada, a Auditoria Geral e a Corregedoria Geral. Sob a administração desses setores estão as Superintendências Regionais e as Gerências Executivas, formadas pelas Agências da Previdência Social (Figura 02).

Figura 01: Estrutura organizacional do INSS



Fonte: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (2024). Disponível em Gov.br

³⁵ O INSS, possui uma estrutura dividida em treze departamento e suas subdivisões, sendo eles: Presidência – PRES; Gabinete – GABPRE; Assessoria de Comunicação Social – ASCOM; Ouvidoria – OUVID; Auditoria-Geral – AUDGER; Corregedoria Geral – CORREG; Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão – DIRBEN; Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP; Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação – DIGOV; Diretoria de Orçamento Finanças e Logística – DIROFL; Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI; Procuradoria Federal Especializada – PEE e Unidades Descentralizadas (Superintendência Regional Sudeste I, Superintendência Regional Sudeste II, Superintendência Regional – Sudeste II, Superintendência Regional – Sul, Superintendência Regional – Nordeste, Superintendência Regional – Norte/Centro-Oeste)..

Conforme dados do governo federal (2022³⁶), sobre as Unidades de Atendimento do INSS nas grandes regiões e unidades da federação, das 1570 agências da previdência social brasileira, 544 estão na região sudeste e, dessas unidades, 183 concentram-se em Minas Gerais, como apresentado na Tabela 01.

Tabela 01: Unidades de atendimento do INSS

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES DE ATENDIMENTOS INSS										
	Superintendência Regional	Gerência Executiva	Agência da Previdência Social				PREVICidade (5)	Auditoria Regional	Procuradorias Regionais	Procuradorias Seccionais	Corregedorias Regionais
			Fixas (4)	ADJ (1)	AI (2)	Móveis					
BRASIL	6	97	1570	-	7	5	14	5	6	21	8
SUDESTE	3	39	544	-	3	-	1	2	3	1	3
Minas Gerais	1	14	183	-	1	-	1	1	1	-	1

(1) Agência de Atendimento a Demandas Judiciais foram extintas em abril/2022 com a nova estrutura, passando a uma Seção de Atendimento de Demandas Judiciais - SADJ em cada GEX.

(2) Agência de Acordos Internacionais

(3) Superintendência atende as regiões Norte e Centro-Oeste

(4) As unidades fixas englobam: Agências da Previdência Social, Centrais de Análise (Foram extintas em abril de 2022 com a nova estrutura) e Agências da Previdência Social Digital (Foram extintas em abril de 2022 com a nova estrutura).

(5) Diminuição de PREVICidades em razão de substituição de convênios por Acordos de Cooperação Técnica ou encerramento do contrato.

FONTE: INSS, Diretoria de Atendimento. Atualizado em 31/12/2022

Minas Gerais possui uma superintendência regional, localizada em Belo Horizonte e 183 agências fixas, dentre as quais encontra-se a agência de Viçosa-Mg, que funciona das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira, na rua Dr. Milton Bandeira nº 160. Sua gerência está a cargo da agência de Barbacena-MG – GEX-BBC, que pertence à Superintendência Regional Sudeste II.

A agência de Barbacena MG, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conta com, aproximadamente, 114 funcionários dos 29.085 servidores em exercício, nas agências do INSS espalhadas pelo país, conforme descrito na Tabela 02 (Brasil, 2024).

Tabela 02: Servidores distribuídos nas agências brasileiras do INSS

³⁶ Cabe ressaltar que até o momento de desenvolvimento da presente dissertação ainda não haviam sido fornecidos os dados referentes ao ano de 2023 por parte do governo federal.

Servidores em exercício e afastados

SITUAÇÃO DO VÍNCULO	QUANTIDADE DE VÍNCULOS	PERCENTUAL RELATIVO AO TOTAL
Em exercício	29.085	100,00%
Afastados (cedidos, em licença, etc)	0	0,00%
Total	29.085	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS DOS CARGOS/FUNÇÕES COMISSIONADOS

SITUAÇÃO DO VÍNCULO	QUANTIDADE DE VÍNCULOS DE CARGOS/FUNÇÕES COMISSIONADOS	PERCENTUAL RELATIVO AO TOTAL
Ocupados por servidores/empregados efetivos da Adm. Pública	3.896	99,29%
Ocupados por pessoas sem outro vínculo com a Adm. Pública	28	0,71%
Total	3.924	100,00%

Visão geral dos vínculos de aposentados e pensionistas

TIPO DE INATIVO	QUANTIDADE	% RELATIVO AO TODO
Aposentado	38.446	76,86%
Pensionista	11.574	23,14%
Total	50.020	100,00%

Fonte: Portal da transparência (2024), INSS. Gov.br

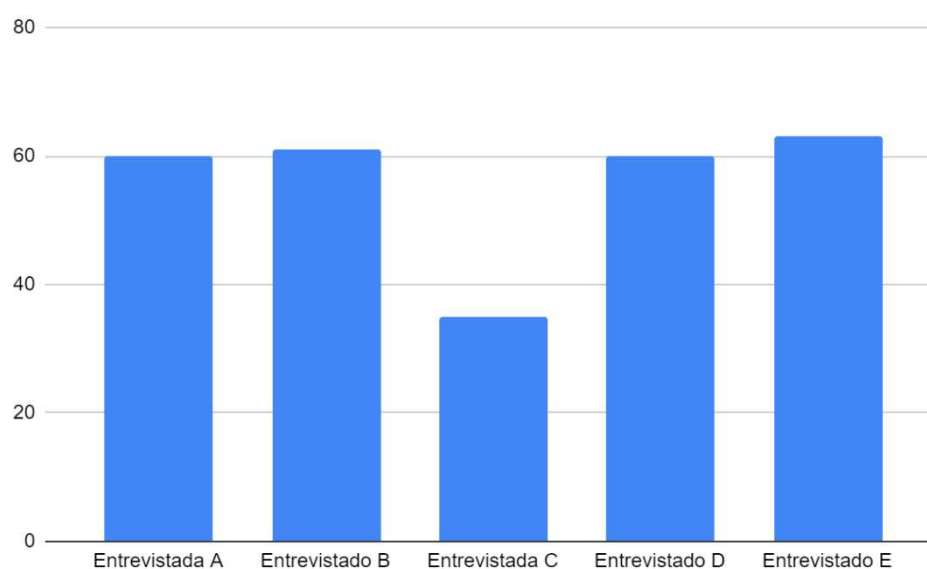
Dentre os funcionários do INSS estão os efetivos, os de cargos comissionados e o montante já aposentado. Os funcionários comissionados geralmente ocupam cargos de chefia ou de confiança, desempenhando funções de gestão e coordenação dentro da agência (Brasil, 2024). Quanto aos aposentados, podem ser contratados para trabalhar em regime de contratação temporária, por meio de programas de retorno ao trabalho ou para fornecer consultoria em áreas específicas de conhecimento. O que indica avanço rumo a precarização do trabalho, com aumento do emprego para suprir demandas momentâneas, que reduzem a abertura de novos concursos públicos para a contratação de funcionários efetivos.

Em contato com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COPG SRSE II), responsável pelos funcionários de Viçosa-MG, ocorreu a negativa de informar o número de funcionários atuantes na agência, sob a justificativa da pesquisa ter sido desenvolvida sem a liberação do INSS, mesmo após inúmeras tentativas para realizar a pesquisa com funcionários do INSS. O que demonstra dificuldade de acessar dados do INSS ou realizar estudos dentro da instituição.

No que se refere ao perfil dos cinco funcionários do INSS de Viçosa, MG, contatados a partir do método Bola de Neve, anteriormente descrito nesta dissertação, buscou-se identificar informações (Anexo 01) sobre: perfil dos funcionários entrevistados; racionalização e flexibilização do trabalho; condições do trabalho; saúde e adoecimento dos trabalhadores.

Os cinco informantes, casados e em sua maioria do sexo masculino, possuem entre 35 e 63 anos. Três se identificam como brancos e dois se identificam como pardos, conforme o Gráfico 01.

Gráfico 01: idade dos entrevistados



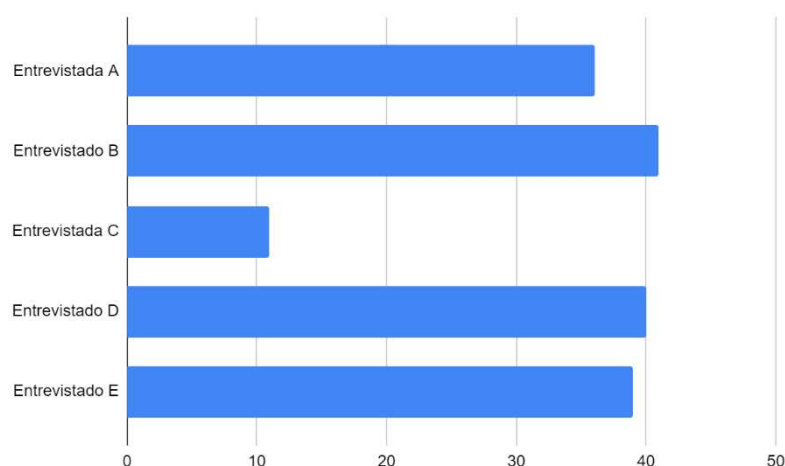
Fonte: Desenvolvido pela autora. (2024)

Todos os entrevistados são servidores efetivos e ingressaram na agência do INSS, em Viçosa, MG, por meio de concurso público. Desses trabalhadores, três estão aposentados. Um se aposentou em setembro de 2020 e o outro se aposentou em julho de 2023. Aos 63 anos, já estava aposentado a mais tempo. Os dois funcionários continuam em exercício.

O tempo de trabalho desses servidores públicos concursados variou entre 11 e 41 anos, sendo que a maioria (4 casos) estava há mais de 35 anos na agência do INSS (Gráfico 02). Um dos entrevistados, com longo tempo de trabalho, fez questão de comentar sobre a sua experiência em mais de uma agência do INSS. Nas palavras dessa

informante: “Trabalhei 36 anos no INSS. Nesse tempo exerci minhas atividades em várias localidades. Inicialmente na Agência em Ponte Nova, depois em Viçosa, em seguida Belo Horizonte e por último em Viçosa, novamente. Aposentei em setembro de 2020” (Entrevistada A).

Gráfico 02: Tempo de trabalho dos entrevistados, no INSS



Fonte: Desenvolvido pela autora. (2024)

Por tratar-se de uma análise socioeconômica, a área de habitação e o tipo de habitação dos entrevistados foi levada em conta. Segundo o modelo de análise criado por Ferrante et al (1976), o peso referente ao indicador de habitação está vinculado ao estilo de vida, meio de transporte, podendo haver até um padrão entre as residências, uma vez que há um certo prestígio existente entre bairros de uma mesma cidade. Ao perguntar aos informantes sobre condições de suas moradias identificou-se que a maioria possui casas próprias e está satisfeita com o bairro onde moram. Somente uma entrevistada mora em residência alugada e um entrevistado considera o seu bairro “mais ou menos” seguro. Todos esses servidores possuem carro próprio e usam, com frequência, esse meio de transporte. Apenas uma entrevistada informou fazer uso, também, de transporte público.

Quanto aos aspectos de saúde, todos os informantes contrataram plano privado de saúde, em busca de acessar melhores condições de cuidados médicos e auto preservar a vida, especialmente, em um contexto em que o sistema de saúde público pode enfrentar desafios para atender às necessidades específicas desses indivíduos.

Segundo Vasconcelos (2022), os brasileiros investem mais em saúde privada que a maioria dos países presentes na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³⁷. O que reforça as informações de Martines (2024) que identifica um recorde de aderência aos planos de saúde, em 2023, quando 26% da população brasileira encontrava-se inscrita em planos de saúde privados. Para Martines (2024), esse fato pode ser explicado por vários fatores, entre eles o envelhecimento da população e a mudança das legislações que regem a saúde pública e privada no país, assim como, o acesso a terapias como psicoterapia e do tratamento voltado ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), o autor atrela essa adesão também ao crescimento do custo de medicações e tecnologias, sendo mais fácil acessá-las via planos de saúde.

Também, tem a ver, conforme o referido autor, com o fato de a maioria dos entrevistados serem aposentados e necessitarem acessar com mais cuidados à saúde. Ainda, de acordo com Martinez (2024), os aposentados podem perceber os planos de saúde como uma forma de garantir uma cobertura abrangente e acesso mais rápido a serviços médicos, considerando a possível sobrecarga ou demora no sistema público de saúde. Para muitos aposentados, especialmente aqueles com condições de saúde crônicas ou que necessitam de cuidados regulares, a segurança e a comodidade oferecidas pelos planos de saúde privados podem ser considerações importantes na tomada de decisão (Marinez, 2024).

Além de pagarem plano privado de saúde, 3 informantes acessam previdência privada e 2 informantes fazem uso da previdência social a partir do Regime Próprio da Previdência Social³⁸. Mesmo assim, servidores aposentados desta autarquia, responsável pela efetivação da previdência social no Brasil, acessam a previdência privada.

A previdência privada foi impulsionada com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) em 2012, com o

³⁷ Também conhecida como clube dos ricos, formada por 36 membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia. O Brasil se encaixa em parceiros estrangeiros, assim como a África do Sul, China, Índia e Indonésia.

³⁸ Segundo Brasil (2020), “os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS são instituídos pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios até a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, para amparar seus servidores públicos titulares de cargos efetivos e devem ser organizados pelos respectivos entes federativos de acordo com o art. 40 da Constituição Federal e com as normas estabelecidas na Lei nº 9.717/1998, que estabelece as normas gerais para o funcionamento desses regimes.”

objetivo de “gerir planos de benefícios para os servidores dos três poderes” e igualar “o valor do teto de aposentadoria dos servidores públicos” com o valor do teto do RGPS (SILVA, 2018, s/p). A complementação da previdência foi favorecida, em 2023, com o funcionamento conjunto da Funpresp *executivo* e a Funpresp *judiciário*³⁹;impulsionaram a Previdência Complementar.

Nesse íterim, os trabalhadores mais bem remunerados na busca de garantias, passaram a acessar a Previdência Complementar pública ou privada, que possui um caráter menos burocrático e restritivo, tornando a Previdência Pública, como anseia o capital financeiro, “cada vez mais diminuta, estratificada quanto aos direitos e com reduzido potencial de expansão” (Silva, 2018, p.150).

No Brasil, segundo informações do portal Valor Investe (2023), 11 milhões de pessoas acessam a previdência privada aberta do país, isso equivale a 9% da população adulta brasileira, 8,8 milhões dessas pessoas acessam planos individuais e o restante planos coletivos. Esse cenário indica uma significativa adesão à previdência privada no país, com um número expressivo de brasileiros optando por garantir uma renda complementar para a aposentadoria por meio desses planos. A popularidade dos planos individuais de previdência reflete a busca por maior autonomia e flexibilidade na gestão dos investimentos previdenciários, em linha com os interesses do capital financeiro em seus primeiros movimentos em relação aos regimes RGPS e RPPS, conforme discutido por Moreira e Nobre (2016).

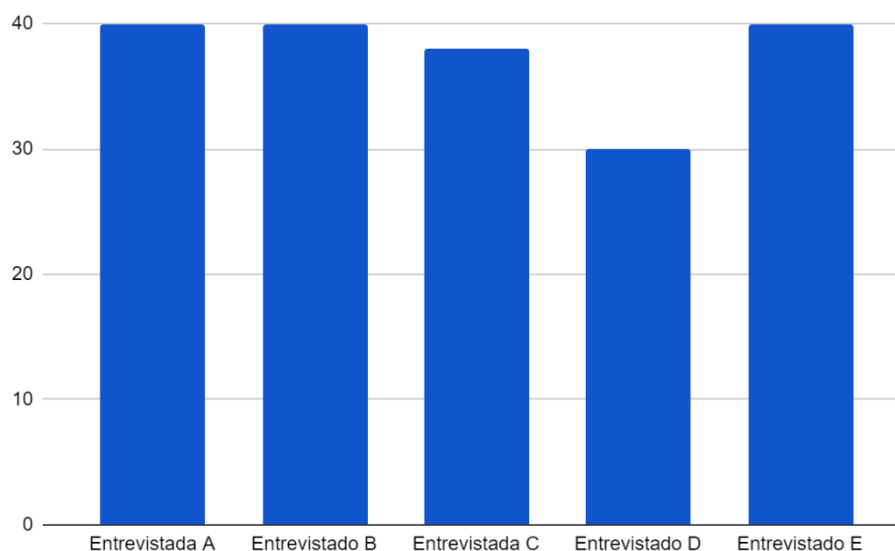
Além disso, muitos servidores públicos preferem acessar o Regime de Previdência Complementar (RPC) e abandonar o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em busca de melhores condições de acesso aos benefícios e receber integralmente o valor de seus salários após aposentadoria. O que gera impactos diretos no trabalho efetuado pela Previdência Social, afinal, segundo Granemann (2016), para que se possam prosperar as variações da previdência privada é indispensável a redução da eficiência da previdência pública.

Esta pesquisa, também, buscou analisar as condições de trabalho desses servidores, em termos de jornada de trabalho e forma de ingresso na agência do INSS. Os entrevistados trabalhavam uma média de 34 horas semanais (a soma de todas as

³⁹ Ambos Funpresp-Exe-Jud, funcionam como uma entidade fechada de previdência complementar, ou seja, é uma fundação que administra planos de benefícios previdenciários exclusivos para os seus participantes, seguindo as diretrizes estabelecidas pela legislação específica. A funpresp-executiva serve aos servidores em geral, vinculados ao governo, e a judiciária serve a todos os membros e servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

horas informadas divididas pelos números de questionários respondidos). Apenas o um cumpria, antes de se aposentar em 2023, 30 horas semanais, como apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 03: Horas semanais trabalhadas



Fonte: Desenvolvido pela autora. (2024)

A carga horária de 30 horas semanais para os servidores do INSS foi regulamentada pelos decretos nº 1.590, de 1995, e nº 4.863, de 2003⁴⁰. Mas, a despeito dessa legislação, nem todos os servidores do INSS acessaram esse direito. Segundo dados do FENASPS (2021), os servidores do INSS se organizaram politicamente para lutar pelo direito de cumprir 30 horas.

Em grande medida, por causa de manifestações dos trabalhadores. Em setembro de 2021, o comitê de gestão de carreira alterou a lei e estipulou a volta das 40 horas semanais de trabalho para os servidores do INSS. Passando a gerir o programa de metas individuais, de pontuação inexecutáveis, mas que, na prática, impõem aumento de jornada e intensificação do trabalho, a partir da Portaria Presi INSS 1.347/2021. Entretanto, em acordo com a FENASPS (2023), ficou estipulado em 2022:

⁴⁰ Art. 1º O [art. 3º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995](#), passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições. (BRASIL, 2003).

a manutenção da atual jornada de 6h+1,22, bem como a jornada das Centrais de Análise de Benefícios - CEABs, até que seja realizada a avaliação final do projeto piloto de retomada do atendimento das Agências de Previdência Social - APS, prevista para julho de 2024.

O aumento da jornada de trabalho foi necessário para conseguir atender às muitas demandas do INSS, aumentadas com a redução do quadro de servidores efetivos e a precarização das condições de trabalho (FENASPS, 2021). Conforme essa Federação:

No INSS, com 23 mil servidores a menos, a administração declarou guerra pelo cumprimento de metas e produtividade acima da realidade estrutural do instituto, com péssimas condições de trabalho, um parque tecnológico ultrapassado e a internet uma das piores entre as instituições públicas. A pressão e o trabalho exaustivo provocaram adoecimento de grande parte da categoria, sem nenhum amparo nem programas de prevenção e recuperação destes servidores por parte do governo. (FENASPS, 2021. Online)

A sobrecarga de trabalho no INSS foi confirmada pelos informantes que atendem de seis a 20 usuários que fazem contato, virtualmente, com o referido Instituto. De acordo com a entrevistada “A”:

Desde 2018, aproximadamente, a maioria das atividades é executada sem atendimento presencial ao beneficiário. Os pedidos e os contatos são feitos virtualmente. Posso dizer que dependendo da complexidade, não é possível concluir mais que cinco por dia. Mas há tarefas simples que é possível concluir em torno de 20 por dia (Entrevistada “A”).

Quatro dos informantes consideram a carga de trabalho alta para a jornada de trabalho alta. Apenas o entrevistado “E”, compreende que o seu trabalho era tranquilo.

No que tange ao vínculo empregatício dos servidores e à forma de entrada desses trabalhadores no INSS, todos eram efetivos e foram admitidos mediante concurso público, realizado a partir de chamamento do Governo Federal. O primeiro concurso foi realizado em 2003, para preencher 2.275 vagas para o cargo de Técnico Previdenciário e 1525 vagas para o cargo de Analista Previdenciário (atualmente Técnico do Seguro Social e Analista do Seguro Social). O segundo concurso, realizado em 2004/2005, ofereceu 600 vagas para Técnico e 300 vagas para Analista. No ano de 2007/2008 foram disponibilizadas mais 1.400 vagas para Técnico e 600 vagas para Analista. Em 2012 mais 1.500 vagas foram oferecidas para Técnico. O penúltimo concurso para o INSS, foi realizado em 2015 e ofertou 800 vagas para Técnico e 150 vagas para Analista. (Goes, 2020. *online*).

Conforme o SINDPREV-AL (2022), entre 2015 e 2021, não foram abertos concursos para o INSS, mesmo com o posicionamento, em novembro de 2021, do ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, que solicitou ao Ministério da Economia 7.500 vagas, dentre as quais em nível técnico abrange

as áreas de Análise Reconhecimento de Direito RGPS (2.938 vagas), Combate à Fraude (734), Serviço de Apoio ao Reconhecimento de Direito (216), Serviço de Atendimento de Demandas Judiciais (40), Serviço de Cobrança Administrativa (34), Análise Reconhecimento de Direito RPPS (46) e Recomposição do Quadro de Aposentados até 2023 (1.996). (Folha Dirigida, 2024. p. 2).

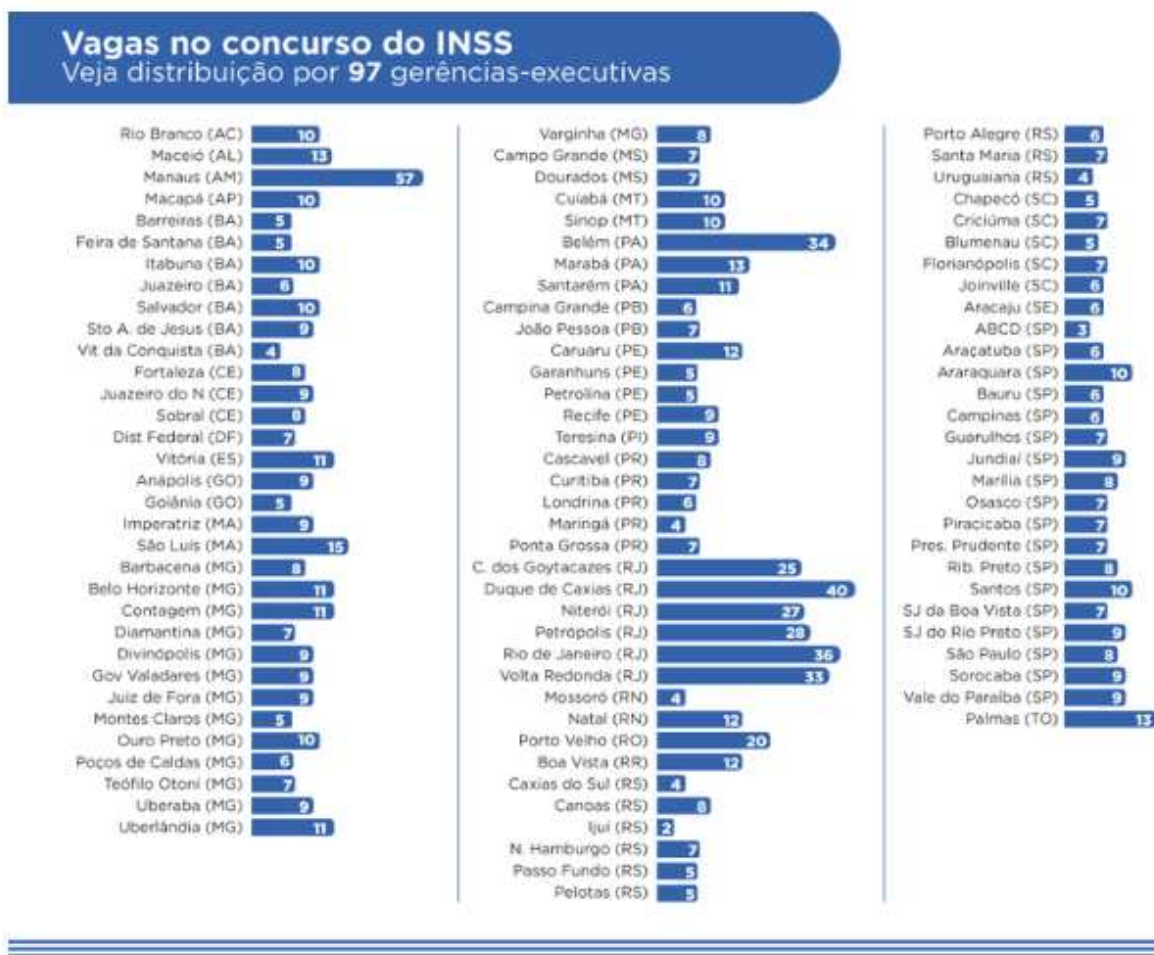
Pronunciamento que reconhecia a defasagem no quadro de recursos humanos do INSS que perdeu, desde de 2015, mais de 19 mil funcionários, entre aposentados, falecidos e auto exonerados, com risco ao instituto que acumula demanda para um número cada vez mais restrito de funcionários. Essa sobrecarga de trabalho foi identificada por todos os informantes, mesmo pelo entrevistado 5, que informou ser tranquilo o trabalho nas agências do INSS. Todos os servidores entrevistados reconhecem que as demandas aumentaram com o atendimento online, com o aumento da expectativa de vida da população e pela própria complexidade dos atendimentos no INSS, o que evidencia a necessidade de concursos para compensar o número defasado de servidores. Nas palavras dos dois informantes que ainda trabalham no INSS:

como relatei na indagação anterior, a legislação previdenciária pode se comparar a uma “colcha de retalhos”, como por exemplo: há várias Ações Cíveis Públicas que um determinado benefício é concedido em um Estado da Federação e em outros não, há dezenas de Medidas Provisórias que não se tornaram Leis, que no período de sua vigência um determinado benefício era concedido e depois de sua vigência não era mais e muitos outros entraves (Entrevistado “B”, 61 anos).
a cada ano o número de servidores vai diminuindo devido à aposentadoria e não há reposição proporcional do governo federal. A defasagem de servidor acontece desde 2014 e hoje o quadro de servidores é menos da metade que tinha nessa época (Entrevistada “C”).

Para atender demandas que chegam mais rapidamente, via internet, o governo federal realizou um concurso, em 2022, ofertando mil (1000) vagas para o cargo de Técnico do Seguro Social, encarregado de orientar, informar e conscientizar usuários da previdência social, sobre seus direitos. O Estado buscou por via deste concurso “reforçar o quadro de pessoal e melhorar os serviços prestados no INSS”. Segundo Brasil (2023c.), a despeito de o concurso oferecer 1000 vagas, em junho de 2023 foram convocados somente 986 candidatos, que tiveram os seus nomes divulgados na listagem

oficial. Cada candidato foi encaminhado para uma das 97 gerências-executivas que escolheu no momento da candidatura. A gerência de Barbacena – MG, como demonstrado na Figura 02, recebeu oito novos funcionários.

Figura 02: Distribuição de vagas no concurso do INSS



Fonte: Gov.br / Nomeações são por gerência-executiva (2023)

Outros 250 candidatos aprovados neste concurso, que poderá valer até 2025, foram convocados pelo Ministério da Gestão da Inovação em Serviços Públicos. Esses servidores aprovados foram, conforme o presidente do INSS, contratados em função do compromisso do Ministro da Previdência de melhorar a análise de requerimentos dos usuários.

Os informantes reconhecem que na agência do INSS, de Viçosa, MG, existem lacunas nas interações, nos relacionamentos e nas trocas de informações decorrentes da sobrecarga de trabalho.

Todos os informantes reforçam a necessidade de convocações e da realização de concursos para que o INSS possa dar conta de atender a todas as demandas que chegam.

Esse consenso sugere que os entrevistados reconhecem a importância de reforçar os recursos humanos dentro do INSS e que a convocação de novos servidores, por meio de concursos públicos, configura uma estratégia crucial para melhorar a análise dos muitos requerimentos e atender às necessidades crescentes dos usuários dos serviços públicos

Segundo Resende e Caran (2020), os dados que informam sobre a relação entre número de segurados e número de funcionários não têm sido atualizados desde 2021.

Para alavancar os atendimentos presenciais e diminuir as filas de espera, em 2021, o Ministério da Economia publicou no Diário Oficial da União (DOU) a portaria 1.315/2021, para informar sobre a proposta piloto do Programa de Gestão do Atendimento Presencial do INSS – PGAP, que compreende um plano de ação voltado a estipular metas e mensurar os resultados do atendimento presencial. O PGAP traz na sua proposta as seguintes regras (Brasil, 2021):

- Os servidores participantes ficam dispensados do controle de frequência e ficam submetidos às regras da portaria;
- Os servidores participantes não podem se ausentar do atendimento enquanto houver beneficiário para atender, ainda que a meta já tenha sido batida;
- Os servidores com jornadas de 40 horas terão metas diárias de 4,27 pontos e os que possuem jornada de 30 horas, de 3,20 pontos (os funcionários com horário especial terão a produtividade calculada de forma proporcional);
- A tolerância de atraso para os segurados do INSS será de 10 minutos. Após esse período, o agendamento será cancelado (com exceção de situações excepcionais);
- Quando a demanda de atendimento presencial for insuficiente, os servidores deverão fazer análise de tarefas para atingir a pontuação diária, as quais estão especificadas na portaria;
- Os gestores das unidades de atendimento podem designar atividades urgentes, se necessário. (Online)

O PGAP gera impactos negativos para os usuários e os servidores da previdência social, na medida em que esses trabalhadores devem respeitar os tempos especificados, pelo referido programa, para os atendimentos. Além de piorar as condições dos atendimentos ficam sobrecarregados. Essa sobrecarga de trabalho tende a aumentar com a permanência do trabalho remoto, naturalizado em tempos da Pandemia da Covid-19, em 2020. Pandemia que justificou a alteração das formas de trabalho e comunicação em diferentes esferas da sociedade, inclusive no seio das agências do INSS, que tiveram os trabalhos suspensos a partir da portaria nº 412 de 2020, publicada no DOU e que estipulou em seu artigo 1º:

I - atendimento às solicitações dos requerentes de forma remota;

II - dispensa de autenticação de cópias de documentos específicos nas unidades de atendimento, por prazo determinado, nos termos dos arts. 8º e 9º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017;

III - suspensão dos prazos para cumprimento de exigências que não puderem ser cumpridas pelos canais remotos; e

IV - autorização aos agentes bancários para pagamento de benefícios e prova de vida por meio de procurador ou representante legal, sem o prévio cadastramento junto ao INSS.

Art. 2º Fica suspenso o atendimento presencial nas unidades do INSS até 30 de abril de 2020, permitida a prorrogação. (Brasil, 2020b, online).

Em 2020, durante a pandemia da Covid19, foi estipulado o fechamento das agências de INSS de todo Brasil. Posteriormente foram definidas medidas excepcionais para o atendimento remoto, através da Lei nº13.982, de 2 de abril de 2020. Essa lei foi uma resposta às condições extraordinárias causadas pela pandemia e seu objetivo era contribuir para que os procedimentos tivessem continuidade a partir da flexibilização de algumas regras e procedimentos dos serviços previdenciários. Dentre as medidas adotadas pela lei supracitada encontravam-se o auxílio emergencial⁴¹, a possibilidade de acesso antecipado aos benefícios e a autorização do atendimento remoto no âmbito do INSS, na busca de garantir a permanência dos funcionários em casa.

Diante desse cenário, o processo de informatização e de racionalização do INSS, para manter os atendimentos estritamente remotos, tornou-se ainda mais evidente, a necessidade de adaptação rápida e eficaz às novas circunstâncias exigiu ampliação significativa dos recursos tecnológicos disponíveis para garantir a continuidade dos serviços previdenciários. Isso incluiu a implementação de sistemas de teleatendimento, plataformas online para solicitação de benefícios, envio de documentos digitalizados e outras soluções digitais que permitiram aos segurados acessar os serviços do INSS sem a necessidade de comparecer fisicamente às agências.

A informatização e racionalização dos processos do INSS possibilitaram manter a continuidade dos serviços, minimizando os impactos da pandemia, mas, com consequências para as condições de trabalho no INSS, cada vez mais precarizada para manter a acumulação no capitalismo dependente, que exige maior esvaziamento do fundo público em tempos de crises estruturais mais acirradas.

⁴¹O Auxílio Emergencial foi uma importante medida de suporte econômico durante um período desafiador, beneficiando milhões de brasileiros que enfrentaram dificuldades financeiras devido à pandemia. Foi uma ação emergencial que recebeu diversas críticas e reconhecimento pela sua contribuição no alívio das consequências econômicas da crise sanitária, definido pela Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020, estipulava o pagamento de R\$300,00, houve uma revisão e passou para R\$600 para os beneficiários no geral e R\$1.200 para mães solteiras.

Conforme os servidores entrevistados, desde 2015, quando o regime de trabalho deixou de ser majoritariamente presencial, as condições dos atendimentos pioraram, pela própria sobrecarga de trabalho. Quando os servidores atendiam, presencialmente, conseguiam dar encaminhamentos a uma média de três processos por dia. Segundo esses informantes, nesse período já havia filas de espera, mas, o servidor público era menos penalizado. Atualmente, mesmo trabalhando muito mais não conseguem dar conta das demandas e eliminar a fila de espera. Fila que segundo os informantes têm a ver com as condições precárias da informatização. Então, a racionalização que cria mais demandas, mantém a fila de espera. Na percepção desses informantes, mais funcionários precisam ser contratados, principalmente, com o atendimento online. Nas palavras de um dos servidores:

Antes de 2015, o regime de trabalho era majoritariamente presencial e o volume de servidores era aproximadamente compatível com a demanda de trabalho. Desde então, o volume de servidores foi reduzido consideravelmente, em função de aposentadorias e não realização de concursos públicos. Além disso, a partir de 03/2020 foi estabelecido o trabalho remoto (Entrevistado “D”).

O trabalho online no INSS, também, contribuiu para precarizar condições do trabalhador, na medida em que, segundo os informantes, passou a demandar dos servidores diferentes habilidades.

Na compreensão dos informantes, INSS e qualquer organização requer uma abordagem cuidadosa e holística para garantir eficácia, segurança e satisfação de todas as partes envolvidas no uso de ferramentas virtuais. A introdução de tecnologias no processo de trabalho exige tempo para o treinamento e a qualificação dos funcionários, que necessitam aprender de forma adequada a utilização das novas ferramentas, para evitar a elevada carga de estresse e ansiedade diante da mudança.

Ao serem questionados sobre treinamentos ofertados pelo INSS, dois informantes disseram nunca ter participado de nenhuma qualificação e três trabalhadores afirmaram ter recebido esse treinamento, um desses informantes definiram o treinamento como “um pequeno treinamento que deixou muito a desejar” (Entrevistada “C”, 35 anos).

Segundo os servidores, o atendimento online do INSS, também, dificulta as possibilidades de o usuário acessar seus direitos. De acordo com esses funcionários, os usuários da previdência social têm dificuldades de acessar e usar as ferramentas (o 135 e o MeuINSS) disponibilizadas pelo INSS. Nas palavras desses informantes:

O 135 já existe há mais tempo. O MeuINSS é que é relativamente recente. Sem dúvida que essa ferramenta melhorou bastante a relação dos clientes com a Instituição e facilitou o cotidiano de trabalho. Por outro lado há muitas pessoas que não possuem acesso a essa ferramenta, seja por questão financeira, seja por desconhecimento da tecnologia (Entrevistada “A”).

O sistema 135 proporcionou uma ajuda ao segurado da previdência. No entanto, percebo que os segurados tem dificuldade de utilizar o MeuINSS, em função de ser um aplicativo que demanda familiaridade com uso de smartphones ou computadores / notebooks (Entrevistado “D”).

Na perspectiva dos informantes, os atendimentos online dificultam o acesso de direitos, pelos usuários, pela própria complexidade das informações do INSS. Conforme a Entrevistada A, “a legislação previdenciária é, por demais, complexa e de difícil interpretação, obrigando a maioria dos seus clientes a recorrer aos profissionais externos e especializados”. Segundo Prado e Duarte (2015), a experiência do usuário deve ser investigada a partir da acessibilidade e dos canais de comunicação, para verificar as habilidades digitais e melhorar o acesso às ferramentas disponibilizadas.

O trabalho ofertado a partir de plataformas virtuais possui características que distanciam o servidor do usuário, tornando mais mecânica a forma de atendimento inicial. A natureza virtual do ambiente de trabalho pode criar uma separação física entre o servidor e o usuário, eliminando a interação pessoal e direta que geralmente ocorre em ambientes presenciais. Isso pode levar a uma comunicação mais impessoal e padronizada, onde as interações são conduzidas de forma mais mecânica e formal. Ao serem questionados sobre como enxergavam esse contato e o desenvolvimento do trabalho, os funcionários destacaram:

[...] tenho consciência que prejudica sobremaneira muitos beneficiários que necessitam de orientações presenciais e ficaram sem esse contato. A legislação previdenciária é, por demais, complexa, não é de fácil interpretação e entendimento. Essa nova metodologia de trabalho do INSS obriga a maioria dos seus clientes a recorrer aos profissionais externos e especializados, onerando-os ainda mais. (Entrevistada “A”).

As plataformas virtuais muitas vezes impõem limitações técnicas e de tempo que podem restringir a capacidade do servidor de oferecer atendimento personalizado e empático. Nessa direção, todos os participantes concordam que o contato direto melhora a forma de atendimento, afinal há informações e questões que podem surgir durante o contato, ampliando a acessibilidade e fortalecendo o atendimento.

Nesse modelo, segundo Batista, Paiva (2021), em vez de serem remunerados

com base no tempo trabalhado, os servidores são avaliados com base na qualidade e quantidade de suas interações, sob a tenção por parte da gestão, para que os servidores realizem o trabalho em menor tempo, resultando na ampliação da produtividade, tendo em vista o cumprimento das metas.

Em outubro de 2023, segundo o site O Antagonista (2023) e Landim (2023) o ministro da Previdência, Carlos Lupi, afirmou a necessidade do retorno 100% presencial como uma de suas prioridades a partir do ano de 2024, constatando que nas agências de INSS ainda existem de 30 a 40% de servidores trabalhando de forma remota. Nas palavras do ministro,

A partir de janeiro, [quero] começar uma nova fase da Previdência, a da humanização da Previdência Social. Nós precisamos cada vez mais. Temos em torno de 30 a 40% que trabalham remotamente. Eu quero todo mundo dentro das agências. Quero pedir, porque eu percebo a necessidade dessa população de ter o contato humano, de falar, ouvir. (Landim, 2023. *Online*).

Na oportunidade, o ministro aproveitou para ressaltar que a população gosta de ir até as agências e que há a necessidade de lembrar sempre que a previdência no Brasil é mais social que previdenciária e que pretende fazer esse retorno de forma lenta e gradual, mas que acontecerá.

Dessa forma, deve ser levado em conta que esse retorno pode significar uma melhoria na acessibilidade dos serviços para aqueles que preferem ou precisam de atendimento presencial, especialmente para pessoas com dificuldades de acesso à internet ou que enfrentam barreiras tecnológicas. Além disso, o atendimento presencial pode permitir interações mais humanizadas e personalizadas entre os servidores do INSS e os segurados, possibilitando uma compreensão mais profunda das necessidades e preocupações dos beneficiários, representando uma cobertura a defasagem relatada pelos funcionários participantes dessa pesquisa.

A entrevistado “A” destaca que sempre trabalhou bastante, reconhece a qualidade do ambiente, mas não atribui isso ao adoecimento. A compreensão do trabalhador sobre o impacto do trabalho na sua saúde pode variar por vários fatores, inclusive sobre a construção social voltada ao trabalho e o reconhecimento do trabalho como algo intrínseco ao ser humano. Muitos trabalhadores têm consciência de que o trabalho desempenha um papel fundamental na sua qualidade de vida, tanto positiva quanto negativamente.

O entrevistado “C”, ainda que não fale diretamente da própria experiência, agrega a informação de que há relatos sobre adoecimento mental dada a pressão por metas, que configura um excesso de trabalho. Segundo Freitas (2023), o excesso de trabalho pode levar à fadiga, estresse, distúrbios do sono, ansiedade e depressão, afetando negativamente sua qualidade de vida e produtividade no trabalho.

Os entrevistados “B” e “E” citam sobre o excesso de trabalho, demanda e da necessidade do cumprimento de metas, ficando evidente que compreendem a importância de manter um equilíbrio saudável entre vida profissional e pessoal, mas podem enfrentar desafios para alcançá-lo devido a pressões externas, como metas de produção, expectativas dos empregadores e cultura de trabalho competitiva.

Além disso, a instabilidade no emprego, marcada pela incerteza em relação à continuidade do trabalho, à falta de garantias de segurança no emprego e à precariedade das condições de trabalho, podem gerar estresse adicional e ansiedade entre os trabalhadores. Esses dois fatores, quando combinados, podem criar um ciclo prejudicial em que o estresse crônico relacionado ao trabalho afeta negativamente a saúde, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores a doenças físicas e mentais, ao mesmo tempo em que a instabilidade no emprego pode ampliar o impacto psicológico e emocional do estresse. Nessa pesquisa não houveram participações de funcionários com vínculos instáveis, mas cabe ressaltar que isso contribui de forma efetiva para o adoecimento tanto no espaço referente ao INSS, quanto a qualquer setor público ou privado, como informa Freitas (2023).

Por fim, foram questionados sobre o impacto do trabalho na saúde e a contribuição para essa precarização. A entrevistada “A” explicitou que a demanda alta diariamente, a exigência de raciocínio e análise de direito durante toda a jornada de trabalho e a convivência com o ser humano sempre na expectativa de ter seu direito reconhecido contribui, sim, na influência da saúde do servidor. Corroborando com o exposto anteriormente onde o excesso de trabalho cria determinantes sobre a saúde, ao passo que, precariza a execução do serviço em si. Para a entrevistada “C” a população geral consegue notar essa precarização e sucateamento da previdência social, afinal, tem vistas da efetivação do trabalho e conhecimento da fila para atendimento que já chega a mais de 1,8 milhões de pessoas.

Nesse sentido e em acordo com Souza, Anunciação (2020), o acúmulo de demanda por serviços previdenciários pode resultar em uma sobrecarga de trabalho para os servidores, que enfrentam uma pressão adicional para lidar com um grande volume

de casos. Isso pode levar a longas horas de trabalho, prazos apertados e uma carga emocional significativa, à medida que os funcionários se esforçam para atender às necessidades dos segurados. A frustração e a insatisfação dos segurados que enfrentam longos tempos de espera também podem se manifestar em interações negativas com os funcionários, aumentando o estresse e a tensão no ambiente de trabalho. Além disso, a falta de recursos adequados, como pessoal e infraestrutura, para lidar com a demanda pode contribuir para um ambiente de trabalho desgastante e inadequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento do capitalismo no mundo trouxe consigo uma profunda transformação na forma como o trabalho é organizado e realizado. O trabalho deixou de ser predominantemente agrícola e artesanal para se tornar cada vez mais industrializado e assalariado. O surgimento das fábricas e a mecanização dos processos produtivos levaram a uma concentração de trabalhadores em centros urbanos, onde passaram a desempenhar atividades repetitivas e rotineiras em troca de salários.

Esse novo modelo de produção aumentou a eficiência e a produtividade e segregou aqueles que detêm os meios de produção e os trabalhadores assalariados, perpetuando desigualdades sociais e econômicas, assentados na contradição capital do trabalho, contribuindo para o surgimento da questão social. Nessa perspectiva, no contexto mundial e brasileiro, o capitalismo trouxe consigo a busca incessante pelo lucro e pela acumulação de capital, às custas da exploração da força de trabalho e da precarização das condições de trabalho.

Durante as primeiras décadas do século XX, na efervescência do processo de industrialização brasileiro, as empresas brasileiras começaram a adotar princípios de administração científica, influenciados pelas ideias de Frederick Taylor. Isso incluía a divisão do trabalho em tarefas especializadas, a padronização de métodos de trabalho e a implementação de sistemas de supervisão e controle para aumentar a produtividade. Esse processo de racionalização do trabalho teve várias fases e influências, refletindo tanto as demandas do mercado quanto os desenvolvimentos globais em gestão e produção.

Especialmente na década de 1990, com o advento do neoliberalismo, as políticas sociais e seus locais de efetivação passaram a sofrer com as investidas do capital

financeiro, rumo à racionalização do trabalho oferecido. Nesse ínterim, o INSS passou por um processo abrangente de reforma e modernização, que para a população geral, visava enfrentar desafios como a burocracia, a falta de transparência e a ineficiência na concessão de benefícios, entretanto, tratava-se de uma busca para a desarticulação da autarquia e ampliação da precarização do trabalho e do movimento de incentivo a previdência privada e completar.

Uma das principais iniciativas do plano de modernização foi a informatização dos processos do INSS. Isso envolveu a introdução de sistemas informatizados para o processamento de benefícios, o que permitiu uma redução significativa no tempo de atendimento aos segurados, mas não teve impacto sobre as filas. Além disso, a digitalização de documentos e a criação de canais de atendimento online foram implementadas, sob a justificativa de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços previdenciários.

É intencional a trajetória da efetivação da racionalização dentro das Agências de Previdência no país, seja pela inclusão das características de flexibilização das funções dos trabalhadores, seja pela exclusão de beneficiários a partir da informatização do acesso aos benefícios presentes na instituição. O projeto de modernização encontrou nas novas formas de comunicação, espaço para se desenvolver, ainda que de forma tímida, dentro dos espaços de efetivação das políticas sociais no Brasil, criando uma ilusão de inclusão, se tratando, na realidade, de uma “incorporação da tecnologia baseada no modelo gerencialista esvaziando os conteúdos mais criativos do trabalhador/a, desencadeando o desgaste pela ação mecânica, repetitiva, que não instiga o estudo e a reflexão ética e crítica” (Cirilo e Mello, 2019. p. 10). Além de reforçar a ideia de criação de trabalhadores acrílicos e majoritariamente submissos às instituições.

O processo de racionalização do trabalho no INSS, portanto, foi gradual e multifacetado, com diferentes estágios de implementação ao longo das décadas. Os dados coletados nesta pesquisa demonstram haver um impacto da racionalização sobre o trabalho dos servidores, entretanto, demonstra que a defasagem de pessoal e a falta de concursos públicos gera uma sobrecarga maior de trabalho e impacto direto ao tamanho da fila virtual. Os entrevistados também não relatam questões de saúde diretamente relacionadas ao serviço, ainda que existam casos em seu convívio de trabalho.

Outrossim, processo saúde-doença relacionado ao excesso de trabalho e à instabilidade no emprego pode ter impactos significativos na vida dos trabalhadores.

Caracterizado por longas horas, pressão por produtividade e falta de tempo para descanso adequado, o excesso de trabalho pode levar a uma série de problemas de saúde física e mental, incluindo fadiga crônica, distúrbios do sono, ansiedade e depressão.

Em conclusão, a saúde dos trabalhadores ainda que intrinsecamente ligada aos aspectos da racionalização do trabalho, que é comumente caracterizado pela busca por eficiência, redução de custos e aumento da produtividade, pode resultar em condições laborais que afetam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores. O aumento da carga de trabalho, proveniente da alta demanda e da defasagem de servidores, somados a pressão por metas e prazos, a falta de autonomia e o trabalho repetitivo são apenas alguns dos elementos que podem contribuir para o estresse, fadiga, ansiedade e outros problemas de saúde entre os trabalhadores. Portanto, é essencial que os empregadores considerem os impactos da racionalização do trabalho na saúde dos trabalhadores e efetuem novas contratações, implementem medidas para promover um ambiente de trabalho saudável, equilibrado e sustentável. Isso não apenas beneficia os trabalhadores individualmente, mas também contribui para uma maior produtividade, satisfação no trabalho e sucesso organizacional a longo prazo.

Além disso, o aumento do fluxo de pessoas nas agências do INSS pode sobrecarregar os serviços e levar a longas filas de espera, gerando frustração e insatisfação entre os segurados. Ao oferecer a opção de atendimento presencial, o INSS deve garantir que todos os segurados tenham acesso igualitário aos serviços, independentemente de sua situação tecnológica ou preferências pessoais, corroborando para que haja uma igualdade de acesso. Adequar.

É importante considerar que o retorno 100% presencial do atendimento pode implicar em custos adicionais, como despesas com infraestrutura e pessoal, além de demandar uma gestão eficiente para evitar longas filas e tempos de espera excessivos e nasce de uma medida “unilateral, sem consultar a Federação Nacional (Fenasps) e sindicatos filiados, como informa Contente (2023). Portanto, é essencial que o INSS, juntamente com o governo Lula, que é quem sancionou essa proposta, estude uma forma de retorno e principalmente como suprir a lacuna de mais de “19 mil funcionários” (Contente, 2023. *online*) presente na autarquia.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.; CABRAL, M.S.R. **Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador**. São Paulo: Peerspectiva, 2003.

ANTONACCI, M. Antonieta M. A vitória da razão(?): O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

ANTUNES, R. A CORROSÃO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL. NAVARRO, V.L; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). in. **Avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R. DRUCK, G. A TERCEIRIZAÇÃO COMO REGRA? **Rev. TST**, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. PRAUN, L.. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. São Paulo. **Sev. Soc. Soc.** n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ALVES, G. PREFÁCIO: O ADOECIMENTO DO TRABALHO COMO FALHA METABÓLICA DO CAPITAL. NAVARRO, V.L; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). in. **Avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BATISTA, E. L. A influência do Taylorismo na indústria brasileira e o processo de constituição do IDORT na década de 1930. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p.25-38, jan./jun. 2015.

BATISTA, V. L; PAIVA, S. D. T. Contrarreformas neoliberais e suas inflexões para o trabalho profissional da(o) assistente social na previdência social brasileira: particularidades da Gerência Executiva/GEX-Belém/Pará. **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-19, jan.-dez. 2021.

BEHRING. Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. **In: Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, E. P. Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeos digital da Universidade Federal da Paraíba: Uma visão a partir do conceito de regime de informação. DT. 2018. **Tese**. Orientador Isa Maria. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12401/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRAGA, Ruy. A REBELDIA DO PRECARIADO: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: **Boitempo**, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da república, 2016. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Confirma a distribuição de novos servidores por gerência-executiva. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/veja-a-distribuicao-de-novos-servidores-por-gerencia-executiva>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

BRASIL, **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**. INSS abre concurso com mil vagas para o cargo de Técnico do Seguro Social. 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br>>; Acesso em 20 de jan. 2024.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Saúde do Trabalhador. 2023c. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador#:~:text=processo%20sa%C3%BAde%2Ddoen%C3%A7a%20dos%20trabalhadores,presentes%20no%20ambiente%20de%20trabalho>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. **PEC nº6/2019**. Senado Federal Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137999>>. Acesso em: 13/11/2020

BRASIL, Portaria N°1.325, de Junho de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.315-de-17-de-junho-de-2021-326837232>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL, PORTARIA N° 412, DE 20 DE MARÇO de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-412-de-20-de-marco-de-2020-249246679?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3F_com_liferay_portal_search_web_search_bar_portlet_SearchBarPortlet_INSTANCE_templateSearch_formDate%3D1584981636119%26_co Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. 1995. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. AS DUAS FASES DA HISTÓRIA E AS FASES DO CAPITALISMO. Escola de Economia de São Paulo. FGV. 2011. N°278. Disponível em: <file:///C:/Users/denis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o/trabalho%20no%20capitalismo/TD%20278%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf> Acesso em: 14 de jan 2024.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez., 2017

BOSCHETTI, I; BEHRING, E . Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.** (140) • Jan-Apr 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BLUE, **Governo cria programa para gestão de atendimento presencial do INSS.** Noc. 2021. Online. Disponível em: <https://bxblue.com.br/aprenda/programa-atendimento-presencial-do-inss/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CABRAL, Maria do Socorro Reis. Previdência Social. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais.** Brasília: CEAD; UNB; CFESS; ABEPSS; 2000. (Módulo 3), p. 119-135.

CHANLAT, J.F. Modos de Gestão, saúde e segurança no trabalho. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J.(Orgs.) Recursos Humanos e Subjetividade. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1995. p.118-128

CHESNAIS, François. Proeminência da finança no seio do capital em geral, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010, p. 97-182.

CIRILO, Joziane Ferreira de. MELLO, Queriane de Paula Gama de. INSS DIGITAL: Tendências para o trabalho do assistente social. **Anais do 7º Congresso Paranaense de Assistente Social.** 2019. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/anais/sites/default/files/INSS-Digital_-Tend%C3%AAscias-para-o-trabalho-do-assistente-social.docx.pdf> Acesso em: 30 abril 2022.

CONTENTE, O. Sem investimento e concurso, volta ao presencial não resolverá mau funcionamento do INSS. Sindsprev-RJ. Nov. 2023. Disponível em: <https://sindsprevrj.org/sem-investimento-e-concurso-volta-ao-presencial-nao-resolvera-mau-funcionamento-do-inss/> Acesso em: 01 mar 2024.

DATAPREV, A Virada da Previdência Social: Como acabaram as filas nas portas das agências. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. – 1. ed. – Brasília, DF : DATAPREV, 2013.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA / Tom Bottomore, editor; Lourence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, co-editores; [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, **revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar**, Antonio Moreira Guimarães]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS **Nota Técnica nº 203 de março de 2019.** PEC 06/2019: a desconstrução da Seguridade Social. Março. 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec203Previdencia.pdf>>. Acesso em: 24/06/2022

ENNES, Lydimara Lamarca. **TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL:** o trabalho do assistente social na Previdência Social brasileira no contexto da contrarreforma do Estado. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

EGLER, Helena. B. R; POLÔNIO, Insagela; MOURA, Livia M.; **ARRANJOS E REARRANJOS FAMILIARES: A POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E A**

PROTEÇÃO À FAMÍLIA DO TRABALHADOR, 2012. Online. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo3_007.pdf> . Acesso em: 25/06/2022

FREITAS, S. Novas formas de organização de trabalho causam adoecimento mental, afirma psicóloga. Maio 2023. UFES. Disponível em: <<https://www.ufes.br/conteudo/novas-formas-de-organizacao-de-trabalho-causam-adoecimento-mental-afirma-psicologa>> Acesso em: 01 mar. 2024.

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - **Ministro do trabalho e previdência quer que servidor do INSS tenha regime de trabalho com características análogas a escravidão**, 2022. Disponível em: <<https://fenasps.org.br/2022/04/08/ministro-do-trabalho-e-previdencia-quer-que-servidor-do-inss-tenha-regime-de-trabalho-com-caracteristicas-analogas-a-escravidao/>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. **Notícia:** INSS prorroga jornada de 6H + 1,22 pontos e pontuação de 4,27 pontos para meta diárias, após solicitação da Fenasps. 2023. Disponível em: <<https://fenasps.org.br/2023/12/28/inss-prorroga-jornada-de-6h-122-pontos-e-pontuacao-de-427-pontos-para-meta-diaria-apos-solicitacao-da-fenasps/>> . Acesso em: 05 fev. 2024.

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. **Notícia:** Fenasps orienta mobilização servidores do INSS em defesa da jornada de 30 horas. 2021a. Disponível em: <https://fenasps.org.br/2021/09/06/fenasps-orienta-mobilizacao-servidores-do-inss-em-defesa-da-jornada-de-30-horas/> Acesso em: 05 fev. 2024.

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. **Nota técnica:** Atenção trabalhadores e trabalhadoras do INSS! 2021b. Disponível em: <<https://fenasps.org.br/2021/12/15/atencao-trabalhadores-e-trabalhadoras-no-inss/#:~:text=Em%202019%2C%20com%20base%20em,condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho%20na%20autarquia.>>. Acesso em: 19 nov. 2022

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. **Notícia:** Presidente do INSS decreta fim do reat e impõe 40 horas de trabalho. 2021c. Disponível em: <<https://fenasps.org.br/2021/09/01/presidente-do-inss-decreta-fim-do-reat-e-impoe-40-horas-de-trabalho/>> . Acesso em: 05 fev. 2024

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. **Notícia:** MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA QUER QUE SERVIDOR DO INSS TENHA REGIME DE TRABALHO COM CARACTERÍSTICAS ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO. Abril, 2022. Disponível em: <<https://fenasps.org.br/2022/04/08/ministro-do-trabalho-e-previdencia-quer-que-servidor->

[do-inss-tenha-regime-de-trabalho-com-caracteristicas-analogas-a-escravidao/](#)> Acesso em: 01 mar. 2024.

FERNANDES, F. A Universidade brasileira: reforma ou revolução? 2. ed. São Paulo: Ed. **Alfa-Omega**, 1979.

FOLHA DIRIGIDA. **INSS: Ministro acredita em edital este ano. Níveis médio e superior.** Até R\$8.357. Nº2.952. Abril 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/denis/Downloads/EDI__AO_2952.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2024.

FRANÇA, A. Volta de servidor às agências, mutirões e telemedicina: como reduzir fila de perícia na Previdência Social?. **InfoMoney**. Out. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/volta-de-servidor-as-agencias-mutiroes-e-telemedicina-como-reduzir-fila-de-pericia-na-previdencia-social/>> . Acesso em: 14 jan. 2024.

FREEZE, Gregory L. (org.). História da Rússia. Lisboa: Edições 70, 2017.

GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social – Análise financeira do período 1990-2005.** 2006, 245 f. Dissertação (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em http://www.corecon-rj.org.br/ced/tese_previdencia_denise_lobato.pdf. Acesso em 24 out. 2022.

GERRING, J. Pesquisa de estudo de caso: Princípios e Práticas. Ed. (pt) 1º. São Paulo. **Vozes**. 26 agosto 2019.

GOES, H. Histórico dos Concursos do INSS. Hugo Goes. 07/2020. Disponível em: <<https://www.hugogoes.com.br/2020/07/historico-dos-concursos-do-inss.html>>. Acesso em: 14 fev. 2024

GORENDER, J. ALMEIDA, J. O Manual de Economia Política. Editorial Vitória Ltda, Rio de Janeiro, maio/novembro de 1961.

GOV.BR, Ministério da Previdência Social. **INSS é autorizado a nomear mais 250 técnicos aprovados no último concurso.** Out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/inss-e-autorizado-a-nomear-mais-250-tecnicos-a-provados-no-ultimo-concurso> Acesso em: 14 fev. 2024.

GOV.BR, Ministério da Previdência Social. **Regimes Próprios de Previdência Social.** Fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps> Acesso em: 01 mar. 2024.

GRANEMANN, Sara. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. **Serviço Social em Revista**, v. 19, n. 1, p. 171-184, jul.-dez./2016. Disponível em: <file:///C:/Users/224/Downloads/O_desmonte_das_politicas_de_seguridade_social_e_o_s.pdf> Acesso em: 08 nov. 2023

GRAMSCI, A. Escritos políticos. Vol. 1/1910-1920. Organização e tradução Carlos Néelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Vera Miriam; BATTINI, Odária. (Org.) **A prática do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Volume 2. São Paulo: Veras, 2014.

HORST, C. H. M. Transformações Societárias e Impactos nas Famílias: Diversidade Familiar ou Desestruturação Familiar?. In: Maria Lúcia Teixeira Garcia; Mirian C. V. Basílio Denadai. (Org.). **Família, Saúde Mental e Política de Drogas** - Temas Contemporâneos. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2018.

HORST, Claudio. Henrique. Miranda; MIOTO, Regina. Célia. Tamaso. Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família. **Serviço social: questão social e direitos humanos: volume IV** / organização Beatriz Augusto de Paiva, Simone Sobral Sampaio. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

INSS. Instituto Nacional de Seguro Social. **INSS Digital: uma nova forma de atender ao cidadão**. 2017/2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/inss-digital-nova-forma-de-atender-aos-segurado>> Acesso em: 20 jan. 2023.

IVASCO, D. E. B; SENE, P. T. C; Do desemprego estrutural ao trabalho informal: uma alternativa de sobrevivência na cidade de Curitiba. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 6, n. 14, p. 72-79, 2022. Disponível em: <C:/Users/denis/Downloads/ganjodossantos,+6+-+DO+DESEMPREGO+ESTRUTURA L+AO+TRABALHO+INFORMAL.pdf>. Acesso em: 03 Fev. 2024.

JESUS, J. C. L. A expropriação da previdência pública como estratégia de financeirização do capital. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 155-174, jan./abr. 2018.

LANDIM, L. Lupi vai acabar com o trabalho remoto no INSS: ‘Quero 100% no presencial em 2024’. Outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/congresso/lupi-vai-acabar-com-trabalho-remoto-no-inss-quero-100-no-presencial-em-2024-1.3260528>> Acesso em: 01 mar. 2024.

LESSA, Sérgio. Mundo dos homens: trabalho e ser social. São Paulo: **Boitempo**, 2002.

LUCAS, Marcilio Rodrigues. TRABALHO, RACIONALIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: DE MARX AO MARXISMO, E A VOLTA. Ensaio Essay. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 653-677, set./dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/denis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o/TRABALHO%20RACIONALIZA%C3%87%C3%83O%20E%20EMANCIPA%C3%87%C3%83O%20DE%20MARX.pdf> Acesso em: 09 nov. 2023.

MACEDO, A.C. MOREIRA, J.I.S. Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 31-48, jan.-jun./2017

MARINI, R. M, . A Superexploração do Trabalho e a Economia Política da Dependência. In: MARTINS, Carlos Eduardo et al (Orgs.) A América Latina e os Desafios da Globalização. 2010.

MARTINES, André de Barros. Tendências e desafios dos planos de saúde privados no Brasil em 2024. **Saúde Digital News**. 2024. Disponível em: <
<https://saudedigitalnews.com.br/24/01/2024/tendencias-e-desafios-dos-planos-de-saude-privados-no-brasil-em-2024/>> Acesso em: 20 jan. 2024.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: ____ O Capital: crítica da economia política. Livro I - 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Cap. 13.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. Boitempo. 2002

MORAIS, L.C. **O Serviço Social Previdenciário na Contemporaneidade Brasileira**: uma análise acerca dos limites, possibilidades e dilemas que permeiam o exercício profissional do (a) Assistente Social no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal/ RN. 2019.

MOREIRA, J. I. S. ; NOBRE, M. C. Q. . **Transformismo do PT e contrarreforma da Previdência Social**. Disponível em: <
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14636/12946> Acesso em: 10 nov. 2023.

MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo das tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MULLER, A. O “Acontecimento 1968” Brasileiro: Reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Rev. Hist.** (São Paulo), n.180, a03920, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rh/a/68MHPwRxfV7QDLJcWdWvPHQ/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 01 mar. 2024.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social).

O ANTAGONISTA. Ministro quer retomar trabalho 100% presencial no INSS em 2024. Outubro, 2023. Disponível em: <
https://oantagonista.com.br/brasil/ministro-quer-retomar-trabalho-100-presencial-no-in-ss-em-2024/#google_vignette>. Acesso em: 01 mar. 2024.

OMS. Covid-19 (doença causada pelo novo Coronavírus). Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 20/04/2020.

PEREIRA, G. O. FUNDO PÚBLICO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: as disputas em torno do orçamento bruto de pessoal. . MAURIEL, A. P. O.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M. da; LIMA, R. S. (Orgs.). in. **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PAULA, P. 71% dos brasileiros têm os serviços públicos de saúde como referência. Biblioteca Virtual em Saúde. **Ministério da Saúde**. 2014. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/71-dos-brasileiros-tem-os-servicos-publicos-de-saude-como-referencia/> Acesso em: 28 fev. 2024.

PINHEIRO, S. SANTOS, M. CUNHA, L. Digitalização do trabalho no INSS: tensões e estratégias de regulação na implementação do novo modelo de atendimento. **Loboreal**. V. 14. N°2. 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal/650#tocto1n2>> . Acesso em: 10 jan. 2024.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **REV. Saúde Pública**. 29 (4), São Paulo, 1995

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, controladoria da união. INSS. 2024. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/37202-instituto-nacional-do-seguro-social>>. Acesso em: 09 fev. 2024.

PRADO, Fernanda de Oliveira. DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. A racionalização do trabalho dos assistentes sociais do INSS. **Rev. katálysis** vol.18 no.2 Florianópolis July/Dec. 2015.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>> . Acesso em: 24 set. 2021.

REBECHI, Claudia Naciolini. A gênese da atividade de comunicação em organizações brasileiras: um estudo a partir do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). V Abrapcorp, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/denis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o/ORT%20\(Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Racional%20do%20Trabalho\)/trabalho_claudia.pdf](file:///C:/Users/denis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o/ORT%20(Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Racional%20do%20Trabalho)/trabalho_claudia.pdf) Acesso em: 13 dez. 2023.

RESENDE, T. CARAM, B. INSS tem 1 servidor para cada 3.100 segurados, governo tem 1 para 40. **Folha Press**. Fevereiro 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/02/inss-tem-1-servidor-para-cada-3-100-segurados-governo-tem-1-para-40-ck6fa3omr04g701nw8r2g3lmo.html>>. Acesso em: 03 fev. 2024.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. **A Saúde do Servidor Público em Tempos de Gerencialismo**. Online. 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/169.%20a%20sa%20DAde%20do%20servidor%20p%20DAblico%20em%20tempos%20de%20gerencialismo.pdf>

SÁ, A. A, MARTINS, M. P, BRITO, L. R. A precarização do trabalho e sua historicidade: Os impactos da racionalização do trabalho ao longo do processo de ascensão do sistema capitalista. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3

de novembro de 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/denis/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o/OS%20IMPACTOS%20DA%20RACIONALIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20TRABALHO%20AO%20LONGO%20DO%20PROCESSO%20DE%20ASCENS%C3%83O%20DO%20SISTEMA%20CAPITALISTA7.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTIAGO, E. A Crise da dívida. 2022. Disponível em: <<http://tilz.tearfund.org/webdocs/Tilz/Topics/Other%20advocacy%20training%20materials/AdvdebtP%20-%202-3.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2022

SINDPREV-AL. **Sem concurso público, o INSS corre sério risco.** Janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.sindprev-al.org.br/2022/01/sem-concurso-publico-o-inss-corre-serio-risco/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SINDPREV-AL. INSS publica Portaria sobre desconto da meta de produtividade em virtude de instabilidade do sistema. Janeiro 2021. Disponível em: <<https://www.sindprev-al.org.br/2021/01/inss-publica-portaria-sobre-desconto-da-meta-d-e-produtividade-em-virtude-de-instabilidade-do-sistema/>> Acesso em: 01 mar. 2024.

SILVA, M. L. L. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo n. 131, p. 130-154-154, jan./abr.2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000100130&lng=pt&tlng=pt> . Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUSA, A. S; OLIVEIRA, G. S; ALVES L, H; A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível: <file:///C:/Users/denis/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf> Acesso em: 01 mar. 2024.

SOUZA, E. A. ANUNCIAÇÃO, L. Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0. São Paulo: **Serv. Soc. Soc.** n. 138, p. 215-241, maio/ago. 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr. 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/denis/Downloads/site-seer,+7+AT+11827+\(p.48-60\)-2.pdf](file:///C:/Users/denis/Downloads/site-seer,+7+AT+11827+(p.48-60)-2.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2023

TEIXEIRA, S. O.; NEVES, D; Trabalho e Assistência Social no Capitalismo Dependente: uma análise marxista das chamadas políticas “ativas de mercado de trabalho”. In: **Marxismo, políticas sociais e direitos** / Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Rita de Lourdes Lima (orgs). - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2018.

TERNOSKI, S. COSTA, Z. F. MENON, R. A; A pesquisa quantitativa e qualitativa nas ciências sociais aplicadas. Ponta Grossa – PR. **Atena**. 2022.

VALOR INVESTE, **Adesão a planos de previdência cresce no ano, mas só 9% da população contam com proteção privada.** Dezembro 2023. Online. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/produtos/previdencia-privada/noticia/2023/12/18/adesao-a-planos-de-previdencia-cresce-no-ano-mas-so-9percent-da-populacao-contam-com-protecao-privada.ghtml>> Acesso em: 01 mar. 2024.

VARGAS, Nilton. Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil. Revista Ciências Sociais Hoje, 1985, p.155-187.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/denis/Downloads/Texto+do+artigo-18568-1-10-20191002.pdf> Acesso em: 01 mar. 2024.

ANEXOS:

ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: **Precarização do trabalho e adocimento laboral: o caso dos servidores de carreira do INSS de Viçosa-Mg.** Nosso trabalho busca reunir pesquisas e produções acadêmicas que tratam das investidas do capital na precarização do trabalho e seus reflexos sobre a saúde da classe trabalhadora. Essa pesquisa tem como principal foco o trabalho no INSS, por compreender a importância dessa instituição, responsável por viabilizar acesso aos serviços previdenciários, de trabalhadores das mais variadas profissões. Os objetivos dessa proposta de pesquisa serão alcançados a partir de revisão bibliográfica sobre a política de previdência social no Brasil; análise documental de legislações previdenciárias atuais e entrevistas semiestruturadas com funcionários que trabalham na agência do INSS do município de Viçosa-MG.

Por isso, pedimos que você responda às questões abertas sobre sua atuação nesse espaço sócio ocupacional. Para responder essas questões você gastará cerca de trinta (30) minutos. As entrevistas não serão gravadas sem autorização prévia de sua parte. Caso surjam outros questionamentos e necessidade de desvelar outros aspectos, encontros posteriores poderão ser marcados para entrevista, se você concordar.

Ao responder as questões, você poderá se sentir cansado(a) ou constrangido(a) por alguma questão, uma vez que serão feitas perguntas sobre sua vida profissional. Se isso ocorrer, você terá total liberdade para não responder esta questão ou interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo à sua pessoa. Os benefícios para você são indiretos, mas os dados coletados poderão subsidiar uma nova visão do usuário sobre o INSS e o papel dos trabalhadores dessa instituição. Outro risco é a possibilidade de você vir a ser reconhecido por suas falas. Por isso, garantimos que suas informações serão utilizadas somente para os fins acadêmicos e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Sua participação nesta pesquisa não implicará em nenhuma despesa ou benefício financeiro.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será disponibilizada a você. Os dados coletados ficarão arquivados com o pesquisador responsável após o término da pesquisa em computador protegido na UFV.

Eu, _____, contato _____, declaro que concordo em participar da pesquisa **"Precarização do trabalho e adocimento laboral: o caso dos servidores de carreira do INSS de Viçosa-Mg"**. Foi informado(a) dos objetivos, riscos e benefícios de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Coordenadora da pesquisa (pesquisador responsável):

Nome: Cristiane Natalício de Souza
Departamento: Economia Doméstica

E-mail: cristiane.souza@ufv.br
Tel.: (31) 96661639

Equipe de pesquisa

Nome: Denise Alves da Costa
Departamento: Economia Doméstica / Programa de Pós Graduação

E-mail: denise.alves@ufv.br
Tel.: (31) 98928-5346

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - www.cep.ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Av. PH Rolfs, s/n - Campus Universitário
Telefone: (31) 3612-2316

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Email: cep@ufv.br

Viçosa, MG _____ de _____ de 2022.



Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Fonte: autoria própria

ANEXO 2: Questionário



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO LABORAL: o caso dos servidores de carreira do INSS de Viçosa-Mg¹

Resumo

Assentado nas perspectivas de avanço da precarização do mundo do trabalho e seus reflexos na classe trabalhadora, com ênfase nos funcionários efetivos do Instituto Nacional do Seguro Social de Viçosa – MG, o presente projeto de pesquisa, apresenta em seu objetivo geral estudar o processo de precarização e suas reflexões em forma de adoecimento neste espaço sócio ocupacional. Propõe-se através de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório compreender o processo de adoecimento e sua influência sobre a vida dos funcionários. Sob esta ótica é possível observar as investidas ultraliberais do Estado e a pressão do capital financeiro para reformar e dominar as políticas sociais que compõem o tripé da Seguridade Social no Brasil, configurando uma afronta às conquistas da classe trabalhadora. Expondo cada vez mais os funcionários públicos às formas de precarização, flexibilização e racionalização assim como o desmonte da previdência social.

Palavras chave: Trabalho; Precarização; INSS.

Objetivo geral: Analisar os impactos da racionalização do trabalho nas condições de saúde de funcionários de carreira da agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Viçosa, MG².

QUESTIONÁRIO

Caracterização Socioeconômica:

- Idade;
- Sexo;
- Cor/Raça/Etnia;
- Estado Civil;
- Vínculo com a Agência do INSS;
- Tempo de trabalho nesse espaço sócio ocupacional;

¹ Qualquer dúvida **meu contato** é: (31) 989283346

As questões são abertas e podem ser respondidas com o retorno de links que acharem necessário, caso sinta a necessidade também podemos conversar por google meet ou pessoalmente.

² A conclusão da pesquisa está prevista para fevereiro de 2024, assim que for aprovada pela UFV será encaminhado aos participantes para leitura.

Contato orientadora: cristiane.socia@ufv.br



Associação Univer. de Viçosa

- Você possui motadia própria ou paga aluguel? Considera seu bairro seguro?
- Acessa os serviços de saúde pública ou convênios?
- Você é beneficiário dos serviços da Previdência Social ou acessa a Previdência Privada?
- Possui veículo ou utiliza transporte público?

Características do processo de trabalho:

- No seu cotidiano, como você percebe a carga de trabalho que lhe é demandada?
- Quantas horas por semana você trabalha?
- Consegue traçar uma média diária de beneficiários atendidos por você?
- É possível notar, enquanto funcionário, que há uma defasagem do contingente para atendimento?
- Enquanto parte humana componente do grupo de trabalhadores do INSS hoje, você acredita que haja a necessidade de realização de novos concursos?
- Como você interpreta o serviço oferecido por vocês?
- Algumas reportagens e a literatura, principalmente acadêmica, noticiam haver uma sobrecarga de trabalho devido ao não dinamismo das interações e informações no seio do INSS, no município de viçosa-MG, você nota algo parecido?

Características do INSS - DIGITAL



- Você se recorda de como funcionava o INSS antes de 2015? Se sim, quais maiores diferenças você nota?
- Como você percebe a influência da implementação do MeuINSS e do 135 no seu cotidiano de trabalho?
- Na sua visão, esses mecanismos de virtualização do contato com os beneficiários ajudam no desenvolvimento do seu trabalho?
- Sobre os sistemas digitais, você passou por treinamentos para utilização?
- Há trabalho remoto vinculado ao INSS ou a carga horária é cumprida apenas quando presente na agência?

Características do processo saúde doença e sua relação com o trabalho

- Em média, quantas vezes nos últimos 3 anos você precisou ausentar-se do trabalho por motivos de saúde física ou mental?
- Em relação às questões de saúde e adoecimento, você acredita que possam ser vinculadas ao excesso de trabalho ou algum determinante do espaço do inss e sua forma operacional?
- Sobre o trabalho em geral, para além do espaço do INSS, a partir das demandas presentes no seu dia a dia, você considera que o exercício laboral possui influência sobre a saúde dos trabalhadores contribuindo para que ela seja precarizada?

Fonte: autoria própria. Modelo apresentado aos participantes.

ANEXO 3: Respostas das entrevistas

	COR
ENTREVISTADO 1	BRANCA
ENTREVISTADO 2	PARDA
ENTREVISTADO 3	BRANCA
ENTREVISTADO 4	PARDA
ENTREVISTADO 5	BRANCA
	VÍNCULO COM A AGÊNCIA DE INSS DE VIÇOSA MG
ENTREVISTADO 1	Trabalhei 36 anos no INSS. Nesse tempo exerci minhas atividades em várias localidades. Inicialmente na Agência em Ponte Nova, depois em Viçosa, em seguida Belo Horizonte e por último em Viçosa, novamente. Aposentei em setembro de 2020.
ENTREVISTADO 2	Servidor
ENTREVISTADO 3	Técnica do seguro Social, servidora
ENTREVISTADO 4	Aposentado – Servidor até 07/2023
ENTREVISTADO 5	Aposentado
	Você possui moradia própria ou paga aluguel? Considera seu bairro seguro?
ENTREVISTADO 1	Possuo moradia própria. Posso considerar que o bairro não está entre os mais violentos da cidade.
ENTREVISTADO 2	Moradia própria, Sim.
ENTREVISTADO 3	Pago aluguel. Sim, meu bairro é seguro.
ENTREVISTADO 4	Tenho moradia própria em bairro seguro.
ENTREVISTADO 5	Sim, mais ou menos.
	Possui veículo ou utiliza transporte público?
ENTREVISTADO 1	Veículo próprio, mas também utilizo transporte público.
ENTREVISTADO 2	Veículo próprio
ENTREVISTADO 3	Possuo veículo
ENTREVISTADO 4	Possuo veículo próprio
ENTREVISTADO 5	Possuo veículo
	RESPOSTAS
ENTREVISTADO 1	Desde 2018, aproximadamente, a maioria das atividades é executada sem atendimento presencial ao beneficiário. Os pedidos e os contatos são feitos virtualmente. Posso dizer que dependendo da complexidade, não é possível concluir mais que cinco por dia. Mas há tarefas simples que é possível concluir em torno de 20 por dia.

ENTREVISTADO 2	Na atualidade quase não há atendimento presencial, somente online, mas quando havia era uma média 10 a 12, por servidor, dependendo do serviço demandado.
ENTREVISTADO 3	Cerca de 8 benefícios
ENTREVISTADO 4	Seis benefícios, em média.
ENTREVISTADO 5	SIM.
	RESPOSTAS
ENTREVISTADO 1	Sim. A demanda é muito maior que a oferta.
ENTREVISTADO 2	Sim, sempre tivemos esse problema, mesmo agora com implantação dos serviços online.
ENTREVISTADO 3	Sim, a cada ano o número de servidores vai diminuindo devido à aposentadoria e a não reposição proporcional do governo federal.
ENTREVISTADO 4	Sim, devido ao grande número de servidores que se aposentaram, sem que houvesse reposição.
ENTREVISTADO 5	Sim.
	REPOSTAS
ENTREVISTADO 1	Essa sobrecarga de trabalho se deve principalmente pela redução significativa do número de servidores, ocorrida nos últimos oito anos, pelo menos, em função de aposentadorias e ao mesmo tempo um aumento grande da demanda desde então.
ENTREVISTADO 2	Sim, como relatei na indagação anterior, a legislação previdenciária pode se comparar a uma “colcha de retalhos”, como por exemplo: há várias Ações Cíveis Públicas que um determinado benefício é concedido em um Estado da Federação e em outros não, há dezenas de Medidas Provisórias que não se tornaram Leis, que no período de sua vigência um determinado benefício era concedido e depois de sua vigência não era mais e muitos outros entraves.
ENTREVISTADO 3	Sim, acredito que em todos os locais que possui agência
ENTREVISTADO 4	Sim, devido a constantes alterações nos programas utilizados para realização das tarefas.
ENTREVISTADO 5	Sim.
	RESPOSTAS
ENTREVISTADO 1	Sim. O atendimento era presencial e a maioria dos serviços era executada durante esse atendimento, assim não gerava tanto acervo. Mas, por outro lado, havia número limitado de atendimentos diários, gerando uma grande fila de espera. Atualmente essa fila existe e é bem maior, mas virtual e há um grande acervo.
ENTREVISTADO 2	Sim, a maior diferença foi a informatização, que ainda está muito a quem do necessário.
ENTREVISTADO 3	Sim, o contato com o segurado era maior, porém não era possível o servido por exemplo, que hoje analisa cerca de 5 a 8 processos, analisar esse número. Era no máximo 3 processos por dia.

ENTREVISTADO 4	Antes de 2015, o regime trabalho era majoritariamente presencial e o volume de servidores era aproximadamente compatível com a demanda de trabalho. Desde então, o volume de servidores foi reduzido consideravelmente, em função de aposentadorias e não realização de concursos públicos. Além, a partir de 03/2020 foi estabelecido o trabalho remoto.
ENTREVISTADO 5	SIM ANTES MENOS INFORMATIZADO E COM MAIOR DIFICULDADES EM ATENDES A LEGISLAÇÃO.
ENTREVISTADO 1	O 135 já existe há mais tempo. O MeuINSS é que é relativamente recente. Sem dúvida que essa ferramenta melhorou bastante a relação dos clientes com a Instituição e facilitou o cotidiano de trabalho. Por outro lado há muitas pessoas que não possuem acesso a essa ferramenta, seja por questão financeira, seja por desconhecimento da tecnologia.
ENTREVISTADO 2	Sim, positiva, principalmente na demanda dos serviços presenciais.
ENTREVISTADO 3	Para o meu cotidiano é indiferente já que há 5 anos, só trabalho na análise de processos. Porém, para a população dificultou mais o acesso às agências, já que somente podem ser feitos pelos canais remotos.
ENTREVISTADO 4	O sistema 135 proporcionou uma ajuda ao segurado da previdência. No entanto, percebo que os segurados tem dificuldade de utilizar o MeuINSS, em função de ser um aplicativo que demanda familiaridade com uso de smartphones ou computadores / notebooks.
ENTREVISTADO 5	Excelente.
ENTREVISTADO 1	Com certeza: Sim. Mas tenho consciência que prejudica sobremaneira muitos beneficiários que necessitam de orientações presenciais e ficaram sem esse contato. A legislação previdenciária é, por demais, complexa, não é de fácil interpretação e entendimento. Essa nova metodologia de trabalho do INSS obriga a maioria dos seus clientes a recorrer aos profissionais externos e especializados, onerando-os ainda mais.
ENTREVISTADO 2	Sim, mas ainda tem muito que aprimorar.
ENTREVISTADO 3	Para o servidor a análise é mais ágil, porém, para a população pode não ajudar, já que no contato pessoal do servidor com o segurado pode haver alguma informação a mais, que não é possível dar à distância, nos canais remotos.
ENTREVISTADO 4	Não.
ENTREVISTADO 5	Não, pois o contato direto é mais salutar.
ENTREVISTADO 1	Sempre trabalhei bastante, os espaços do INSS não são totalmente adequados, mas não atribuo como causa do adoecimento.
ENTREVISTADO 2	Não, não acredito.
ENTREVISTADO 3	Colegas relatam adoecimento mental depois das mudanças e pressão por metas por parte do INSS.
ENTREVISTADO 4	Sim, a elevada demanda e necessidade cumprimento de metas, colaboram para o aumento de estresse e conseqüentemente surgimento de patologias.
ENTREVISTADO 5	Excesso de trabalho.